

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Josiele Oliveira da Silva.

***O DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA E OS MODOS DE SER PROFESSOR
NA CONTEMPORANEIDADE***

Porto Alegre

2023

Josiele Oliveira da Silva.

***O DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA E OS MODOS DE SER PROFESSOR
NA CONTEMPORANEIDADE***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Educação em Ciências.

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

SILVA, JOSIELE OLIVEIRA DA
O DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA E OS MODOS DE SER
PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE / JOSIELE OLIVEIRA DA
SILVA. -- 2023.
116 f.
Orientadora: ROCHELE DE QUADROS LOGUERCIO.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:
Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. NECROPOLÍTICA. 2. TRABALHO DOCENTE. 3. POLÍTICAS
CURRICULARES. 4. PRODUÇÕES MUDIÁTICAS. 5. DISPOSITIVO
EM MICHEL FOUCAULT. I. LOGUERCIO, ROCHELE DE QUADROS,
orient. II. Título.

**O DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA E OS MODOS DE SER PROFESSOR
NA CONTEMPORANEIDADE**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alessandro Tomaz Barbosa.

Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Alexandre Filordi de Carvalho.

Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Lavras

Prof.^a Dr.^a Maira Ferreira.

Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Rochele de Quadros Loguercio. (Orientadora)

Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Pela revogação do Novo Ensino Médio e pela luta em prol de
uma **biocência** onde o professor esteja na posição do
pensamento e da escolha.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à Prof.^a Dr.^a Rochele Loguercio pela orientação, ensinamentos, acolhida, confiança e tolerância com meus momentos difíceis. As palavras têm poder e mesmo assim não são suficientes pra demonstrar o quanto lhe sou grata. Gostaria de agradecer aos professores Alessandro Barbosa, Alexandre Filordi e Maira Ferreira por aceitarem avaliarem esse trabalho e pela leitura do mesmo. As contribuições na qualificação foram essenciais para a produção final dessa tese. Aproveito para agradecer também ao professor Jarbas Santos Vieira por suas aulas e discussões, pois foi a partir destas que emerge a *necrodocência*.

Agradeço demais aos meus colegas de grupo de pesquisa NECS que, foram importantíssimos na produção desse trabalho. Obrigada, queridas Tatiane Estácio e Cíntia Leal, pelo carinho e delicadeza em dar contribuições ao trabalho e pela amizade construída. Obrigada, Paula Nunes por ser tu! Que mulher! Sem palavras pra agradecer ao Alessandro Cury pela amizade e acolhimento imenso ao me receber como orientanda de estágio de docência. Eu amei retornar à UFPel sob tua orientação! Jorge Cândido, obrigada por todos os abraços apertados, pela implicância, pelas discussões. Eu te admiro muito, colega! Agradeço demais às Julianas, Boanova e Cardoso pela melhor companhia e pelas contribuições relevantes ao trabalho.

Gostaria de agradecer à minha amada família, pois sem ela não teria chegado até aqui. Obrigada à minha querida dinda (mãe) por teu amor durante esses anos todos. Obrigada ao meu dindo (pai) por me incentivar a estudar sempre e acompanhar minha caminhada. Obrigada por terem me escolhido com filha! Obrigada minha querida tia/mãe Doralina, por sempre cuidar de mim e estar do meu lado com o carinho de uma mãe. Não há palavras nesse mundo que consigam definir tamanha gratidão por ter vocês em minha vida.

Gratidão à essa profissão que tanto amo, a qual me permite aprender todos os dias e não falo sobre o profissional aprendente e inacabado que neoliberalismo reforça, mas àquele nos moldes de Larrosa, se permitindo ser tocado pelas experiências. Obrigada à profissão docente e à mim que vivo e sobrevivo todos os dias. Resistiremos!

RESUMO

SILVA, Josiele Oliveira da. **O Dispositivo de Necrodocência e os modos de ser professor na contemporaneidade**, 2023. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A docência, imbricada em uma racionalidade neoliberal, é atravessada por diferentes elementos, os quais podem ser compreendidos como práticas as quais, de diferentes maneiras, vão fabricando “modos de ser” professor e produzindo efeitos em seu trabalho e em seu reconhecimento enquanto profissional da educação. Assim, para realizar o processo analítico deste trabalho, utilizamos a noção de *dispositivo* em Michel Foucault (2015 - 2017) por nos mostrar ser uma ferramenta potente na construção de análises contundentes no que tange à docência nos tempos contemporâneos. Considerando aspectos acerca da racionalidade atual, articulamos o conceito mbembeano de *necropolítica* (MBEMBE, 2018) ao de *dispositivo*, pois em um contexto neoliberal, a política atua também a partir de preceitos como a aniquilação de determinados grupos sociais. Em relação à profissão docente, entendemos as políticas públicas e curriculares, as narrativas midiáticas e de grupos neoconservadores e a desestruturação das instituições públicas de ensino se relacionam de forma estratégica, atravessando o professor e produzindo no mesmo uma espécie de morte simbólica: a *necrodocência*. Admitindo que esses elementos não atingem a docência de forma isolada, podemos enxergá-los como linhas as quais, emaranhando-se entre si, engendram a morte do professor enquanto sujeito do conhecimento: um *Dispositivo de Necrodocência*. O entendemos como um conjunto de elementos heterogêneos interagindo em diagramas de poder e constituindo práticas que afastam a docência do mote de seu trabalho: a construção do conhecimento científico-pedagógico. Nesse sentido, o objetivo do trabalho é construir conceitualmente o conceito de *Dispositivo de Necrodocência* e utilizá-lo enquanto ferramenta teórico-metodológica para analisar os efeitos de alguns elementos os quais delineiam e interpelam a profissão docente, frente ao neoliberalismo e que, fabricam a docência e os modos de ser professor. Como resultado de nossas análises, observamos a mídia reforçando algumas marcas históricas da profissão e as políticas -públicas e curriculares- posicionando a docência como executora de currículos pré-organizados e pensados.

Palavras-chave: Trabalho Docente, Necropolítica, Políticas curriculares, Conhecimento

ABSTRACT

SILVA, Josiele Oliveira da. **O Dispositivo de Necrodocência e os modos de ser professor na contemporaneidade**, 2023. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

The teaching, imbricated in a neoliberal rationality, is crossed by different elements, which can be understood as practices that, in different ways, are manufacturing "ways of being" teachers and producing effects on their work and their recognition as education professionals. Thus, to carry out the analytical process of this work, we used the notion of *dispositive* in Michel Foucault (2015 - 2017) because it is a powerful tool in the construction of forceful analyses regarding teaching in contemporary times. Considering aspects about current rationality, we articulate the Mbembe concept of *necropolitics* (MBEMBE, 2018) to the device, because in a neoliberal context, politics also acts from precepts such as the annihilation of certain social groups. In relation to the teaching profession, we understand public and curricular policies, media and neoconservative groups' narratives, and the destructuring of public educational institutions relate strategically, crossing the teacher and producing in the same a kind of symbolic death: necrodocency. Admitting that these elements do not affect teaching in an isolated way, we can see them as lines which, entangled among themselves, engender the death of the teacher as a subject of knowledge: a *Necrodocency Dispositive*. We understand it as a set of heterogeneous elements interacting in power diagrams and constituting practices that move teachers away from the motto of their work: the construction of scientific and pedagogical knowledge. In this sense, the goal of this paper is to conceptually construct the concept of *Necrodocency Dispositive* and use it as a theoretical and methodological tool to analyze the effects of some elements that delineate and interpellate the teaching profession, facing neoliberalism and that manufacture teaching and the ways of being a teacher. As a result of our analyses, we observed the media reinforcing some historical marks of the profession and the policies - public and curricular - positioning teaching as an executor of pre-organized and thought curriculum.

Keywords: Necropolitic, Teaching Work, Curriculum of politics, Knowledge

SUMÁRIO

OS FIOS DO NOVELO COMEÇAM A SE EMARANHAR... ..	1
O DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA: A MORTE ANUNCIADA DO SUJEITO DO CONHECIMENTO	5
DA NECROPOLITICA À NECRODOCÊNCIA: O SUJEITO DO CONHECIMENTO AGONIZA.	28
A REVISTA NOVA ESCOLA COMO FIO ESTRATÉGICO EM UM DISPOSITIVO QUE FABRICA A DOCÊNCIA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
O PROFESSOR DE CIÊNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: O ENSINO REMOTO NO ENLACE DO DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA.....	74
A BNCC E OS FIOS QUE ALINHAVAM A NECRODOCÊNCIA: MODOS DE SER-RESISTIR DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE	84
A INFINITA MALHA DO DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA: QUE NOVAS LINHAS SURGIRÃO?	100
APENDICE I.....	103

OS FIOS DO NOVELO COMEÇAM A SE EMARANHAR...

*Morrer e matar de fome
De raiva e de sede
São tantas vezes
Gestos naturais
(Caetano Veloso)*

As problematizações e pesquisas acerca da profissão docente têm sido amplamente discutidas, tanto pela produção acadêmica, quanto em outros campos discursivos como nas produções midiáticas, nas narrativas de grupos neoconservadores, ou nas falas de políticos em diferentes posições partidárias. A docência, enquanto parte (ainda) crucial nos processos de escolarização, é visibilizada de forma contundente quanto se tratam das inúmeras reformas que podemos perceber atingindo a educação. É possível apontar, nas práticas discursivas acerca dos professores, algumas “marcas” históricas que são trazidas, retomadas, reforçadas, posicionando a profissão docente conforme o entendimento de educação e, no que tange à contemporaneidade, é possível presumir que os modos de vida sob uma óptica neoliberal também produzam efeitos na docência. Embora a profissão tenha emergido como necessidade da Idade Moderna (séc. XV), ainda se apresenta como um conceito fluido presente nas atuais discussões e problematizações acerca da sua posição na sociedade atual, um campo sempre em disputa.

A docência, imbricada em uma racionalidade neoliberal, é atravessada por diferentes elementos como as políticas públicas e curriculares, produções da mídia, relações interpessoais inerentes à profissão, assim como por uma desestruturação sistemática das escolas públicas de Educação Básica. Esses aspectos podem ser compreendidos como práticas que, de diferentes maneiras, vão constituindo “modos de ser” docente e produzindo efeitos no trabalho dos professores e no seu (auto)(re)conhecimento. Nesse sentido, é possível afirmar que o neoliberalismo, enquanto *éthos* de existência, acaba por produzir verdades sobre padrões de acesso social, justiça e oportunidade que, em nossa forma de entender a docência e o processo de escolarização, vai deslocando a posição de sujeito que o professor ocupa na sociedade.

Assim, ao encontro do nosso trabalho, a noção de *dispositivo* em Michel Foucault (2015¹ - 2017²) parece uma ferramenta potente e capaz de produzir modos analíticos interessantes no que tange à docência, visto que o mesmo pode ser entendido como uma rede de relações estabelecidas entre elementos heterogêneos, como os que identificamos

¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, 2015.

² FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*, 2017.

na constituição da docência. Acreditamos que o *dito* e o *não dito* sobre professores, as *materialidades* que os cercam e os produzem, as estratégias de *governo*, os espaços em que atuam e os programas que permeiam seu trabalho, especificamente na pesquisa a qual construímos até aqui, se relacionam entre si, afetando a docência. Nessa perspectiva, aproximamos o conceito mbembeano de *necropolítica* (2018³) ao nosso *dispositivo*, pois em um contexto político-econômico neoliberal, compreendemos que no Brasil atual, a política não opera voltada (somente) para a produção da vida (*disciplina-biopoder-biopolítica*) mas, tem como um de seus preceitos a aniquilação em larga escala de determinados grupos sociais – aqueles que sobram diante da sociedade pautada na meritocracia e na autorresponsabilização do sujeito.

Dessa forma, no que diz respeito especificamente à docência, entendemos que os elementos os quais permeiam, atravessam e interpelam o professor enquanto profissional da educação, têm se relacionado de forma estratégica a fim de produzir a morte simbólica da docência, o que nomeamos de *necrodocência*. A *necrodocência* pode ser compreendida como um conjunto de elementos como as políticas públicas, as reformas curriculares, as narrativas midiáticas, a visibilidade de grupos neoconservadores, a desestruturação regulamentada das instituições de educação pública, as formações iniciais pautadas na tecnicidade e as relações inerentes à profissão que vão atravessando e tangenciando, de forma estratégica, a profissão docente.

Admitindo que esses elementos não atingem a docência de forma isolada, consideramos que eles se inter-relacionam de forma estratégica e, os observando com as lentes de Deleuze (1994), podemos enxergá-los como linhas que vão se emaranhando entre si e produzindo como efeito **a morte do professor enquanto sujeito do conhecimento**. Logo, concebemos esse emaranhado como um *dispositivo: Dispositivo de Necrodocência*. Olhamos para o *Dispositivo de Necrodocência* como um conjunto de elementos heterogêneos os quais interagem em diagramas de poder, constituindo práticas (discursivas e não discursivas) que deslocam à docência afastando-a do que acreditamos ser o mote de seu trabalho: a construção do conhecimento científico-escolar.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é construir conceitualmente o conceito de *Dispositivo de Necrodocência* e utilizá-lo enquanto ferramenta teórico-metodológica para analisar os complexos processos que interpelam a profissão docente na contemporaneidade. Assim, analisando as diferentes linhas que tangenciam ou atravessam o professor, levando em consideração a ascensão de grupos

³ ACHILLE, Mbembe. *Necropolítica*, 2018.

neoconservadores, constituídas em uma racionalidade neoliberal, nossa **tese** é de que existe uma rede de elementos diversos que empurram a docência para o perecimento, enquanto profissão produtora de conhecimento científico-pedagógico. A partir disso, nossa **problematização** da pesquisa gira em torno de compreender quais são os efeitos do *Dispositivo de Necrodocência* na fabricação da docência e em “novos” modos de ser professor no contexto atual.

Em conformidade com nosso objetivo, enovelamos essa produção a partir da construção de cinco artigos. No primeiro artigo intitulado como *O Dispositivo de Necrodocência: a morte anunciada do sujeito do conhecimento*, buscamos fazer um apanhado teórico de alguns conceitos de Foucault e Mbembe que auxiliaram na construção da ferramenta teórica-metodológica-analítica do nosso trabalho. Já no segundo artigo, que tem como título *Da Necropolítica à Necrodocência: o sujeito do conhecimento agoniza*, identificamos como alguns elementos como o movimento neoconservador, mais especificamente o Movimento Escola sem Partido, têm se articulado atuando no deslocamento da posição do sujeito docente, reposicionando-o como um executor burocrático de conhecimentos previamente estabelecidos e organizados. Compreendemos que, no interior do conceito que cunhamos, esses dois artigos fazem parte das linhas de força e enunciação da ferramenta *Dispositivo de Necrodocência*, pois levamos em conta os arquivos em suas produções intelectuais, narrativas e documentos que permeiam a profissão docente.

Na sequência, produzimos o artigo *A revista Nova Escola como fio estratégico em um dispositivo que fabrica a docência* em que analisamos a atuação revista, direcionada aos professores, enquanto elemento midiático do/no *Dispositivo de Necrodocência* na composição de visibilidades e narrativas acerca da profissão docente. Para isso, buscamos referenciais teóricos acerca do discurso midiático para problematizar algumas publicações da **Revista Nova Escola** da Fundação Lemann⁴, procurando compreender quais enunciações a revista apresenta no que tange à docência.

Na quarta produção, concentramo-nos no trabalho docente em meio ao evento pandêmico COVID-19 e com isso percebemos a emergência de um novo elemento ao dispositivo: o Ensino Remoto Emergencial. Assim, a produção do artigo *O professor de Ciências em tempos de Pandemia: o Ensino Remoto no enlace do Dispositivo de Necrodocência*, reconhece o ensino remoto emergencial (ERE) como um tentáculo que compõe o nosso dispositivo e analisa os efeitos junto ao trabalho de professores de

⁴ A Fundação Lemann é a principal mantenedora da Revista Nova Escola desde o ano de 2015.

Ciências (Biologia, Física e Química) que atuaram nessa modalidade de ensino remoto em 2020.

Há, neste momento, em vigência um documento que nos serve de nó górdio na análise, qual seja a Base Nacional Comum Curricular. O documento, enquanto política curricular, opera com caráter normativo dos processos educacionais e, a partir de enunciações neoeconomistas, volta-se à práticas de gestão e regulação do trabalho docente. Nesse sentido, a BNCC se constitui como um fio que cria resistentes entrelaçamentos no emaranhado do dispositivo, sendo assim nosso quinto artigo nomeado como: *A BNCC e os fios que alinham a necrodocência: modos de ser e resistir docente na contemporaneidade neoliberal*, onde buscamos compreender como se deu a construção desse documento a partir de um contexto político e econômico e quais os efeitos do mesmo na produção da docência na atualidade brasileira. Discutindo questões acerca do pragmatismo educacional e do esvaziamento do conhecimento científico-pedagógico, buscamos destacar como os processos de ensino pautados em competências e habilidades detalhadamente organizadas se tornam uma ferramenta eficaz no afastamento da docência do seu processo de produção intelectual.

Encaminhamos as considerações finais da tese, sublinhamos alguns outros aspectos da arena educacional não analisados no trabalho, mas que apresentam potenciais problemáticas para as atuais discussões acerca do caminho delineado para a/pela profissão docente. Assim, a partir de todo o processo de produção (coletiva) dessa pesquisa, consideramos que o *Dispositivo de Necrodocência* se mostra uma potente ferramenta de análise da profissão, da formação e do trabalho docente na contemporaneidade, no contexto nacional, tendo em vista que o mesmo circunscreve uma rede com diferentes aspectos relacionados ao exercício da docência. O ensaio teórico realizado na constituição do *Dispositivo de Necrodocência* mostrou uma densidade teórica considerável, pois, tendo como pano de fundo a racionalidade neoliberal e o neoconservadorismo, articula dois conceitos pertinentes à observação estratégica da produção política e dos modos de ser contemporâneos.

ARTIGO I

O DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA: A MORTE ANUNCIADA DO SUJEITO DO CONHECIMENTO

Josiele Oliveira da Silva

Rochele de Quadros Loguercio

Resumo: O presente trabalho objetiva construir teoricamente o conceito de *Dispositivo de Necrodocência* a partir das noções de Dispositivo em Michel Foucault (2015-2017) e da Necropolítica de Aquille Mbembe (2018). A partir de uma discussão acerca dos modos como as políticas são produzidas em uma racionalidade neoliberal, tentamos compreender como alguns elementos relacionados à educação se relacionam na atualidade operando na morte do professor como sujeito do conhecimento. A fim de compreender como se localiza o *Dispositivo de Necrodocência* em um contexto histórico, trazemos as noções de *Biopolítica*, *biopoder* e *prática* em Foucault. Entendemos por *Dispositivo de Necrodocência* a articulação estratégica entre diferentes elementos como as políticas públicas e curriculares, as produções midiáticas, as relações interpessoais inerentes ao trabalho docente, a desestruturação sistemática das instituições de ensino, que operam produzindo modos de ser professor cada vez mais afastado do conhecimento.

Palavras chave: Biopolítica, Necropolítica, Dispositivo de Necrodocência, Conhecimento

Abstract: This paper seeks to theoretically construct the concept of *Necroteaching Dispositive* from the notions of *Dispositive* in Michel Foucault (2015-2017) and the *Necropolitics* of Aquille Mbembe (2018). From a discussion about the ways in which policies are produced in a neoliberal rationality, we try to understand how some elements related to education relate in the nowadays operating in the death of the teacher as a subject of knowledge. In order to understand how the *Necroteaching Dispositive* is located in a historical context, we bring the notions of *Biopolitics*, *Biopoder* and *practice* in Foucault. We understand by *Necroteaching Dispositive* the strategic articulation between different elements such as public and curricular policies, media productions, interpersonal relationships inherent to the teaching work, and the systematic destructuring of educational institutions, which operate producing ways of being a teacher increasingly removed from knowledge.

Keywords: Biopolitics, Necropolitics, Necroteaching Dispositive, Knowledge

Introdução

É possível assegurar que o professor é constantemente interpelado por um número considerável de documentos, tecnologias digitais, atividades produzidas em diferentes espaços, compondo assim um povoado de *enunciados e práticas* sobre a docência que se dispersam produzindo efeitos no que se entende, na contemporaneidade, por profissão docente. Para entender os múltiplos efeitos produzido nos modos de ser e estar desses sujeitos, elegemos trabalhar um conceito amplo desenvolvido por Michel Foucault – o conceito de *dispositivo* – que implica uma forma de análise que prioriza um olhar sobre as práticas existentes numa determinada sociedade em seu tempo histórico, cujo foco está em entender, numa rede de elementos heterogêneos, as suas posições de saber-poder e, portanto, as produções de saber que aí emergem, enfim uma série de técnicas, tecnologias, documentos, políticas que potencializam estrategicamente formas de se ver, falar e agir.

O dispositivo enquanto conceito potente para esta análise, se implementa pela urgência em entender e problematizar as diferentes formas pelas quais a docência tem sido narrada, interpelada e constituída na contemporaneidade. Nesse sentido, o dispositivo, enquanto ferramenta teórico-metodológica, nos permite perceber também as diferentes formas de conduzir as práticas discursivas (documentos, textos, leis, etc.) e não discursivas, (modos de distribuir os alunos, as disciplinas, a arquitetura dos espaços escolares) sobre a docência, a ética e a estética de si (entendidas como o agir no mundo).

Outro conceito que nos ajuda nessa pesquisa é o conceito de *biopolítica*, que, numa perspectiva foucaultiana, pode ser designada como a forma que o *biopoder*, entre os séc. XVIII e XIX, tende a se ocupar da gestão da vida das populações para que estas se tornem mais normalizáveis. Por *biopolítica* estende-se como uma nova racionalidade de gestão que se efetiva usando tecnologias, estatísticas, que focam as suas estratégias menos no indivíduo e mais nas populações, buscando a sua regulação. Em suma, o *biopoder* tem como objetivo cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, sendo esse fazer normalizado, populacional e estatístico, onde há sempre corpos que importam e corpos que sobram. Em contrapartida, considerando a racionalidade dominante nas políticas dos dias atuais, é possível pensar que o *biopoder*, operando sob uma óptica neoliberal, vem reconfigurando suas formas de governo⁵, e essa nova configuração implica numa inversão da população atingida

⁵ Segundo Castro (2016), o conceito de Governo para Foucault pode ser entendido a partir de dois eixos: da relação dos sujeitos com o governo e do governo com ele mesmo. No primeiro caso é possível conceber que o governo trabalha dentro de um campo de possibilidades, ou seja, é a forma de de atuar sobre os sujeitos atuantes, na medida em que estes atuam; conduzir condutas. Já no segundo eixo, o governo é

pela *Biopolítica*, produzindo o que Mbembe (2018) vai chamar de *necropoder*. O autor, ao observar uma outra perspectiva sobre as políticas atuais, afirma que as práticas são voltadas não mais para gestar a vida da população, mas para promover a morte dos sujeitos que sobram diante da sociedade, realizando uma inversão do *bio* para o *necro*.

A partir da concepção de *Necropolítica* de Mbembe (2018) encontramos elementos que nos levam a entender o momento da docência como um momento de morte. Nesse sentido, cunhamos o termo *Dispositivo de Necrodocência*, ou seja, um conjunto de elementos heterogêneos se interrelacionando e constituindo uma política de morte ao professor como sujeito do conhecimento, atingindo a docência, onde esta se constitui enquanto campo de saber.

O *Dispositivo de Necrodocência* é constituído por elementos diversos como os documentos que pautam a educação no país, as relações interpessoais constituídas no interior e no exterior das escolas, as condições de trabalho, a arquitetura dos espaços de ensino, as políticas públicas, as intervenções midiáticas, assim como as formas de falar e narrar a docência e o docente. Tomando quatro conceitos/movimentos básicos (docência, biopolítica, necropolítica, conhecimento) construímos um conceito operador de análise e marco metodológico cujo objetivo é desenvolver teoricamente o conceito de *Dispositivo de Necrodocência* constituindo *práticas* sobre a docência.

Prática como metodologia de pesquisa

O Foucault didatizado da maioria absoluta dos estudos analíticos é dividido em três fases (arqueologia, genealogia e ética ou desejo). Se no estudo arqueológico, Foucault procurava entender como se davam as condições de possibilidade para que determinadas enunciações entrassem na ordem do discurso, na genealogia ele buscava entender os efeitos produzidos pelo poder nas *práticas* discursivas e não discursivas, e na ética, os efeitos do ser consigo.

Nessa trajetória é possível perceber o conceito de *prática* permeando toda a obra do autor, embora esta não esteja detalhada/explicada em nenhum de seus livros e está totalmente interligada com a noção de *éthos* (atitude) que pode ser considerado, segundo Foucault como uma “série de investigações ao mesmo tempo arqueológicas e genealógicas acerca das práticas que nos constituem historicamente” (CASTRO, 2016, p. 337).

aquele que, na sua relação consigo mesmo, trata de dominar prazeres e desejos a partir/nas relações entre o governo de si e dos outros. Os processos de subjetivação encontram-se no cruzamento entre esses dois eixos.

Entender *prática* em Foucault implica constituir os modos de tratar os achados que farão parte desta pesquisa, pois a análise das práticas que instituem a docência e o sujeito do conhecimento precisam ser analisada enquanto *éthos*, compondo assim o que pode ser considerado uma metodologia de pesquisa numa perspectiva pós-crítica. Identificar as práticas em sua *homogeneidade* (modos de agir de acordo com uma racionalidade ou regularidade específica), *sistematicidade* (buscar evidências em três eixos bases: saber -o que se diz-, poder - o que se faz na relação com outros - e ética - o que se faz na relação consigo), *generalidade* (identificar o que recorre em tempos e condições específicas). Nos apoiamos nos estudos de Castro sobre Foucault para compreender quais características que delimitam ou definem o que Foucault entende por *prática*

1) *A Homogeneidade*: há formas de identificar uma certa homogeneidade de práticas que acontecem em momentos mais ou menos localizáveis na nossa história. Buscar essa homogeneidade é buscar as formas de racionalidade que organizam o fazer. Além disso é possível atentar para a regularidade dos modos de ser dos sujeitos, ou seja, pensar sobre a liberdade em que esses se movem nesse sistema, o que Foucault vai chamar de jogo estratégico. No que tange a docência busca-se entender qual a racionalidade que organiza a prática docente, o que consta em documentos oficiais, o que está escrito nas diversas mídias, o que é narrado sobre a profissão.

2) *A Sistematicidade*: Investigar as práticas requer que sejam considerados os eixos do saber (práticas discursivas), do poder (a relação do sujeito com os outros) e da ética (relação do sujeito com ele mesmo), levando em consideração o entrelaçamento entre esses três eixos. No que se refere à docência, observar as práticas implica em ver uma rede que produz o falar dos docentes sobre sua profissão, sobre seu modo de agir, sobre seu modo de pensar-se.

3) *Generalidade*: as práticas possuem caráter recorrente, porém em uma análise genealógica não faz sentido pensar em interpretar essa recorrência, mas sim percebê-las como uma configuração histórica singular, ou seja, embora seja possível perceber alguma similaridade em certas condutas na história, estas sempre emergem em racionalidades diferentes, se configurando como práticas diferentes.

Em síntese, podemos dizer que Foucault entende por prática a racionalidade ou os sistemas de pensamento que configuram uma regularidade e que sistematizam o que os homens fazem e/ou da forma que pensam. Enfim, práticas tem como característica possuírem um caráter sistemático e recorrente e que, portanto, constroem pensamentos e

modos de ser/existir. Em síntese, podemos dizer que Foucault entende por práticas a racionalidade a regularidade do que os homens fazem e de que forma se organizam. Nessa perspectiva, é preciso buscar o pensamento não em formulações teóricas, mas analisá-lo a partir das maneiras que o indivíduo diz, faz e conduz a si mesmo como um sujeito do conhecimento, ético e ciente (de si e dos outros).

No presente trabalho compreendemos que o *Dispositivo de Necrodocência* como um operador teórico-analítico que circunscreve os três eixos. Com relação ao eixo do saber, podemos problematizar o pouco destaque dado ao conhecimento no que concerne à docência, o que confere uma fragilidade à mesma em se legitimar enquanto profissão. É preciso ressaltar que os processos que atravessam a profissão são constituídos (e constituem) relações de poder, portanto, podemos ter como exemplo a ampla gama de documentos oficiais como a BNCC⁶ (BRASIL, 2017), onde o professor aparece apenas como um orientador dos processos de aprendizagem, corroborando com um processo de desintelectualização da profissão e colocando a singularidade dos saberes construídos a partir/nas experiências docentes como irrelevante para o ensino.

Podemos considerar que a *Necrodocência*, em sua complexa rede, é também efeito da lógica neoliberal que não foge aos projetos societários pautados na meritocracia e na competitividade de outros campos (econômico, político, midiático, etc.) na contemporaneidade. Podemos compreender que os projetos de mercantilização da educação, como o fortalecimento das parcerias público-privadas e o movimento estratégico por um ensino pautado em competências e/ou para o mercado de trabalho provocam um esvaziamento de sentido da profissão docente, fabricando professores não protagonistas nos processos de criação escolar.

O dispositivo como operador de análise

A partir do momento em que a análise de Foucault se concentra no poder, é cunhada a noção de dispositivo, que segundo Revel (2005, p. 89) são “operadores materiais do poder”. Foucault - usando como ferramenta de análise o *Dispositivo de Sexualidade* - visibiliza o comportamento dos sujeitos nesse campo, volta seu olhar para o entrecruzamento entre os aspectos biológicos, sociais e jurídicos na produção da sexualidade ocidental moderna, tendo em vista que toda produção sempre se dá em meio

⁶ Além da Base Nacional Comum Curricular, podemos citar as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores (BRASIL, 2015) que já pincelam alguns elementos referentes ao que entendemos como desintelectualização da profissão docente.

às relações de poder. Nos parece importante ressaltar aqui algumas características do entendimento de poder em Foucault:

- O poder se exerce a partir de inúmeros pontos em meio à relações desiguais e móveis, logo não é algo que se possui, se adquira ou compartilhe. Ninguém possui ou não poder, ele se dá nas relações e essas não são entre dominadores e dominados, pois é efeito e produção da correlação de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nas instituições, etc.
- As relações de poder não são exteriores a outros tipos de relações como as que já conhecemos, como econômicas, sociais, políticas ou mesmo as sexuais. Pelo contrário, lhes são imanentes, são efeitos imediatos das desigualdades e desequilíbrios que se produzem em quaisquer relações. Nesse sentido, pode se perceber que não se trata de um poder que tem em si somente o papel de proibição, ele é sobretudo produtivo. As relações de poder são intencionais e não individuais de um sujeito específico. São inteligíveis, mas não na ordem da causalidade e sim atravessadas de fora a fora por um cálculo. Não há poder exercido sem suas miras e objetivos.
- Onde há poder há resistência e esta nunca está em relação de exterioridade ao poder. Não há relações de poder se não em função das multiplicidades e dos pontos de resistência presentes em toda rede de poder.

O poder, num viés foucaultiano, traz consigo algumas características: incitar, fazer ver e falar e que são diferentes das características do saber: educar, tratar, normalizar, punir. Porém saber-poder tem uma integração recíproca, embora sejam de “naturezas” diferentes. A produção do saber e pelo saber se dá a partir/nos embates de força, tanto no visível quanto no enunciável. Ao contrário do que se pode pensar num primeiro momento, essa não é uma relação de causalidade, mas sim uma codominância, visto que toda produção de saber acaba remanejando e “atualizando” as relações de poder.

É preciso compreender o poder em dois níveis: o da produção tática (suas possibilidades de aplicação) e o da estratégia. No caso da estratégia, esta pode ser entendida como a forma pela qual o poder se reorganiza frente à uma resistência, ou seja, um poder “de nova roupagem”, resultado de um confronto produzido por embates de força. Enfim, entendido o poder ressignificado, Voltamos ao *dispositivo* como uma ferramenta de análise que consiste numa rede que pode ser estabelecida por diferentes elementos atravessados entre si, operando como um mecanismo de poder com múltiplas

dimensões em jogo. É o momento em que o autor sente a necessidade de trazer o agenciamento humano para dentro de sua análise, ou seja, como se constituem as condutas e como as subjetividades são produzidas a partir das práticas, dentre elas as práticas de si.

Foucault propõe o conceito de *dispositivo* em meados dos anos setenta, quando sua análise se volta para o “governo dos homens” (*governmentalidade*), ou seja, para análise dos jogos de poder. A noção de *episteme*, cunhada por Foucault anteriormente, se mostrava ineficiente, logo, o *dispositivo* foucaultiano emerge como uma mudança em sua racionalidade analítica. Este consiste numa rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos, tais como: as relações entre poder-saber e as relações entre as formações sociais/culturais e a constituição dos sujeitos de um determinado tempo histórico. Pode ser compreendido com um conjunto heterogêneo de práticas que incluem o dito e o não dito (discursos, leis, medidas de segurança, arquitetura de prédios de diferentes instituições, práticas, etc.), bem como o modo de agir dos sujeitos em diferentes espaços sendo o entrecruzamento desses elementos instituídos pelas relações de poder. Agamben, inspirado na conceituação de Foucault, amplia o conceito trazendo outros elementos que, na atualidade, também constituem um *dispositivo*.

Generalizando posteriormente a já ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar, assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc. cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também é a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e por que não a própria linguagem que talvez é o mais antigo dos dispositivos [...] (AGAMBEN, 2005, p. 13)

Nessa direção, numa perspectiva foucaultiana, tendo como eixo os jogos de poder, é preciso compreender tanto a natureza do nexos dos dispositivos quanto as suas funções estratégicas, a fim de estabelecer relações entre as práticas que interpelam determinados sujeitos, de acordo com a posição que estes ocupam. O *dispositivo* se compõe de diferentes elementos, dispostos em rede, cuja natureza do nexos é o que mantém unida a análise dos efeitos das conjunções de tais elementos, como por exemplo, no *Dispositivo de Sexualidade* podemos identificar diferentes instituições (a igreja, a escola, a família) operando esse modo de ser na sexualidade de seu tempo, como textos, legislações e práticas sobre/de sexualidade que compõem o possível para seu exercício. No nosso caso, a natureza do nexos é a morte do sujeito do conhecimento que pode ser percebida em diferentes elementos que se interpelam e produzem um novo sujeito docente que talvez,

efetivamente, não seja um conhecedor, mas consumidor de um conhecimento muitas vezes afastado da produção científica atual. Essa problemática era/é discutida por autor(a)es que estudam sobre os efeitos da produção dos livros didáticos e a utilização dos mesmos como único orientador dos processos de ensino (SILVA, 2012).

Por sua vez, o *dispositivo* como estratégia, requer que não olhemos apenas para o estrato (verdades estratificadas, o que é estável), mas para os embates de força que o produz. Enquanto função estratégica, o mesmo funciona como produtor de determinado aparato ou técnica que resolva uma urgência, não implicando que esse aparato ou técnica seja capaz de finalizar a demanda que o gerou, pois produz diferentes efeitos, nem sempre correspondentes a finalidade inicial do dispositivo. Foucault cunhou o termo *sobredeterminação funcional* para enfatizar que uma estratégia, aparato ou prática pode resultar diferentes efeitos que, ao se acumularem, sobreporem, antagonizarem-se acabam atualizando o dispositivo.

Um exemplo de *sobredeterminação funcional* e preenchimento estratégico, no que concerne à educação, foi a constituição de **disciplinas escolares** para estudar os conceitos de forma aprofundada, em campos disciplinares distintos⁷, o efeito, diferentemente de sua finalidade inicial, produziu um entendimento de conceitos específicos e um desconhecimento dos fenômenos em sua forma mais complexa, o que podemos chamar de *sobredeterminação do dispositivo*. Como forma de preenchimento estratégico se produziram diferentes textos sobre a importância da interdisciplinaridade; emerge daí, o que Veiga-Netto (1996) vai chamar de “Movimento pela Interdisciplinaridade”. Estrategicamente, foram constituídas, regulamentações, políticas públicas e curriculares, construção de novos espaços de ensino (e formação docente), com a intenção de produzir condutas interdisciplinares nos sujeitos pedagógicos (professores da Educação Básica e estudantes de cursos de licenciatura). Assim, olhamos para o conceito foucaultiano

⁷ A separação do conhecimento áreas emerge a partir da visão mecanicista acerca do mundo, construída a partir de Descartes e este pode ser considerado um precursor da concepção de uma natureza dividida entre de dois domínios: mente e matéria. Essa separação constituiu, no sistema ocidental moderno, os processos de aquisição, construção e disseminação do conhecimento, permanecendo como uma característica presente no desenvolvimento científico. Essa concepção sobre as formas como se dá e se desenvolve a ciência produziu efeitos no campo educacional e na constituição de disciplinas curriculares. Pode-se afirmar que a estruturação do currículo escolar de forma fragmentada decorre da influência que o pensamento cartesiano teve no desenvolvimento do conhecimento científico. Além disso, o processo de produção industrial ocorrida ao final do século XIX também pode ser considerado um elemento impulsionador de um currículo constituído em disciplinas fragmentadas. Santomé (1998), aponta que a tendência de um currículo escolar separado em disciplinas autônomas é efeito do processo de transformação cultural ocorrido nos países europeus mais desenvolvidos.

inspiradas em Deleuze (1996), assumindo-o como uma trama de enunciados e visibilidades, saberes, poderes e modos de subjetivação.

É antes de mais nada, uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. (DELEUZE, 1996, p. ver)

A ferramenta conceitual *dispositivo* permite que, ao traçar uma rede entre elementos díspares, com um foco determinado, se identifiquem diferentes ações, sobredeterminações e preenchimentos desse dispositivo e de sua potencialidade e por isso nos serve enquanto ferramenta de análise e produção da pesquisa, visto que buscamos compreender como se dão as relações de força que atuam regulando a docência e produzindo determinados modos de ser e estar docente na contemporaneidade.

Biopoder/Biopolítica e a fabricação da docência

Já mencionamos que as análises para a construção de nosso trabalho se dão a partir/no conceito de *Bio* em Michel Foucault. Cabe portanto discutir um pouco mais alguns dos conceitos desenvolvidos por Foucault como: *Biopoder*, *Biopolítica* e *População*, conceitos que mais tarde serão ressignificados na contemporaneidade. Nesse sentido, nos parece relevante, fazer uma breve retomada do que seria o conceito de *biopolítica* numa perspectiva foucaultiana. Segundo Foucault (2008a), a *biopolítica* começa a se desenhar no século XVIII, a partir das demandas da modernidade em gestar para a vida da população, tornando-a mais produtiva.

O conceito de Modernidade⁸ a partir de Foucault, pode ser visto como um período histórico que tem seu início no fim do século XVIII e se estende até nós e, nessa direção, olhando pelas lentes do saber, esta se refere ao período em que as ciências humanas também se legitimam enquanto verdade. Assim, podemos afirmar que o homem, tal qual compreendemos hoje é uma invenção da modernidade, ou seja, o homem, enquanto sujeito social, se torna objeto e sujeito do conhecimento. Além disso, numa perspectiva foucaultiana, a episteme moderna pode ser compreendida a partir das formas de exercício do poder disciplinar (sobre o indivíduo) e da biopolítica (poder sobre a população), constituindo assim a modernidade como a época dos processos de normalização.

⁸ Do ponto de vista político, podemos dizer que a Modernidade começa com a Revolução Francesa e se formos tomar como perspectiva o campo filosófico, a obra de Kant pode ser compreendida como um acontecimento que marca o início do sistema de pensamento moderno.

Segundo Castro (2016), o homem enquanto sujeito-objeto não é somente uma determinação constituída no campo conhecimento, mas produto do exercício das formas de poder e saber intrincadas entre si, ou seja uma construção histórica das práticas (discursivas e não discursivas). Nos parece importante ressaltar essa definição no texto, pois é a ciência que, de diferentes formas, na modernidade, vai determinar quais vidas (dentro da população) as estratégias políticas devem se ocupar.

Nessa direção, ocupar-se da *Biopolítica*, implica, entender como as relações de governo deixaram de focar no indivíduo e no território passando a se organizar em torno da população, em seus dados estatísticos, produzindo um saber sobre os sujeitos que permite regular suas práticas. Assim, é possível afirmar que *Biopolítica* e *Sociedade Disciplinar* são duas formas que engendram uma população produtiva em tempos que começa a surgir uma nova ordem econômica, o liberalismo⁹ – seguida pelo neoliberalismo.

Para Foucault (2008a), a invenção da população (biopolítica como corpo espécie) se dá ao mesmo tempo que o indivíduo nasce como um corpo adestrável¹⁰ (poder disciplinar como corpo máquina), se constituindo como uma estratégia de governo, com novos procedimentos políticos (e econômicos) para a produção de riquezas de uma nação. *Biopolítica e Poder disciplinar* constituem uma nova forma do poder operar sobre a vida, tanto individual quanto totalizante: o *biopoder*. Diferentemente, o Poder Soberano (séc. XVII – XVIII) - fazer morrer ou deixar viver - foi sendo paulatinamente deslocado por um poder inverso, que faz viver ou abandona os sujeitos à morte¹¹:

Dizer que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina de uma parte, e das tecnologias de regulamentação da outra. (FOUCAULT, 2010, p. 213)

⁹ É preciso destacar que o modelo econômico liberal institui a necessidade de uma população voltada à produção, visto que o comércio/mercado se compõe como eixo central do funcionamento da sociedade.

¹⁰ Foucault analisa como se constituem determinadas formas de ser/agir na sociedade ou como sujeito é narrado, ele foca sua análise nos espaços que este ocupa. Começa se configurar uma racionalidade diferente nos modos de governar os sujeitos: na sociedade disciplinar um corpo dócil, na biopolítica um corpo produtivo. Nesse sentido, enquanto na Sociedade disciplinar o foco do poder é o corpo, o que Foucault chama de anátomopolítica (política centrada na disciplinarização de corpos físicos), a biopolítica trabalha com governo de populações, a fim de fabricar condutas. É preciso ressaltar que uma racionalidade política não substitui a outra, antes disso, a biopolítica se mostra como um aprimoramento político; não há população produtiva se não houverem sujeitos normalizados e corpos docilizados.

¹¹ É preciso ressaltar, que numa perspectiva foucaultiana isso se dá na forma de uma emergência da sociedade e não como uma imposição do Estado.

Desse modo, a vida e a morte são deslocadas de sua naturalidade¹² e passam a ocupar o centro de uma **agência política**. Assim, é possível entender que o *biopoder* enquanto modo político e econômico de governar/normalizar as populações foi um elemento indispensável para o aparecimento do capitalismo (modelo econômico) e de uma ordem liberal (modelo político/econômico/*éthos*¹³). Foucault (2008b), embasado em questões históricas, apontava que o liberalismo estadunidense (EUA) não era apenas uma questão econômica ou política, mas sim uma maneira de ser e pensar, uma relação entre governantes e governados que extrapola as questões mais burocráticas do Estado, ou seja, “é também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica” (FOUCAULT, 2008b, p. 301). Em outras palavras, o liberalismo se apresenta como o princípio e o método de racionalização do governo, uma prática (maneira de fazer) orientada por seus objetivos e autorregulada.

Enfim, a mudança nas formas de organizar a vida passa de uma política territorial de morte, típica da soberania, para uma política populacional que transcende os conceitos de território, pois a população extrapola tais limites. Gestar, biopoliticamente, implica considerar o valor de cada um enquanto força motriz e potencial produtivo numa determinada sociedade, no entanto, nesse viés, o sujeito não é tratado como indivíduo, mas parte de uma população, sendo esta o foco da *biopolítica*. A população, em termos foucaultianos, pode ser compreendida como um grupo de sujeitos que possuem traços biológicos particulares, cuja vida pode ser gestada para torná-los mais produtivos econômica e politicamente. Essa gestão se dá não só levando em conta os traços biológicos desses sujeitos, mas também a partir das relações de coexistência que se estabelecem entre esses indivíduos numa determinada nação,

E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania -, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai se procurar atingir, precisamente uma população [...] O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008b, p. 28)

¹² A vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, se localizariam fora do campo do poder político.

¹³ “O *éthos* para os gregos é um modo de ser do sujeito que se traduz em seus costumes [...] a ética, uma maneira de ser e conduzir-se” (CASTRO, 2016, p. 154-156).

Logo é possível afirmar que a *biopolítica* atua a partir da construção de estratégias e saberes científicos articulados entre si que operam regulando condutas, a fim de determinar, em um contexto específico, o que é normal¹⁴ ou anormal. Assim, o *biopoder*, num primeiro momento, tem como cerne a produção da vida, porém pode se constituir como uma estratégia que também atua na produção de mortes, o que Foucault (2010) vai chamar de Racismo de Estado. O autor afirma que,

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX se constituiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e deixar morrer. (FOUCAULT, 2010, p. 202)

Dessa forma, é possível pensar que, mesmo dentro das estratégias políticas de regulamentação do *biopoder*, onde as tecnologias governamentais têm por finalidade organização e fabricação de vida da população (a partir dos dados estatísticos e também de técnicas de poder individualizantes), há também a produção da morte. O próprio Foucault (2010) levanta os seguintes questionamentos: “como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades [...] Como exercer o poder da morte, num sistema político centrado no poder”? Portanto, esse “paradoxo” consegue ser explicado a partir da invenção do racismo¹⁵, que, segundo Foucault, foi inserido nos mecanismos do Estado a partir do *biopoder*, podendo ser compreendido como um corte entre a população: os que devem viver ou morrer.

Nesse sentido, podemos reiterar que, o aparecimento das raças e a qualificação das mesmas (boas ou ruins), vai fragmentar o campo biológico de que o poder se incumbiu se constituindo, no interior de uma população, como um fragmentador biológico no que tange ao *biopoder*. Além disso, o racismo terá um papel produtor de relações entre os que diferem entre si, constituindo um sistema de pensamento baseado na melhora da vida de uns a partir da morte de outros: quanto mais eu deixo morrer, mais eu vivo. É preciso notar que esse tipo de racionalidade não é criado no Estado Moderno, mas o faz funcionar e uma maneira nova, baseada em verdades científicas. Segundo

¹⁴ A partir de uma perspectiva foucaultiana, podemos dizer que as inúmeras doenças mentais são produzidas pelos saberes científicos, logo não se trata de uma evolução da ciência, mas sim regularidades que vão constituindo formas de vida que, de certa maneira, não se encaixam na condição da normalidade.

¹⁵ Foucault afirma que o racismo foi inventado na modernidade, mas que existia há muito tempo, porém funcionando de modo diferente das formas que opera no *biopoder*.

Foucault (2010), de fato o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é militar ou guerreira, mas do tipo biológico.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria a minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2010, p. 215)

A raça se constitui, então, como a condição de aceitação em tirar a vida dentro de uma sociedade de normalização, ou seja, a função assassina do Estado só consegue operar, sem causar grandes impactos a partir do racismo. É preciso ressaltar aqui que por tirar a vida não se aplica simples e unicamente a morte da vida física ou diretamente realizada por um assassino, mas sim o fato de expor a morte ou de multiplicar para alguns o risco da mesma, seja ela biológica, política, social ou cultural. Assim, a produção de vidas passíveis de morte, no escrutínio do *biopoder*, em nome de uma parte da população que interessa ao Estado, seja econômica ou socialmente se dá arraigada na ciência; que, enquanto produtora de verdades, consegue enumerar, classificar as existências que “merecem” permanecer constituindo o corpo social.

Tais afirmações permitem afirmar que a gestão da população admite, estatisticamente, perdas, corpos que escapam e esses corpos são tomados como descartáveis. Assim, a *biopolítica* é a gestão de uma população, o que não implica a negação da morte do *Poder Soberano* e é justamente esse deixar morrer, agora, parte do *biopoder* que Mbembe (2018) toma como sua referência para construir um conceito que problematiza o *biopoder* na contemporaneidade e que possui como foco de estudo dos que “sobram” diante da sociedade; podemos entender a *Necropolítica* Mbembeana como uma atualização do Racismo de Estado mencionado por Foucault.

É preciso destacar que a produção foucaultiana não nega o poder de morte exercido pela política, pois afirma, em *Em Defesa da Sociedade*, que a mesma opera como a guerra continuada por outros meios. Nesse sentido, o poder soberano não desaparece, mas subordina-se ao *biopoder* a fim de garantir o desenvolvimento e da população e a manutenção de determinadas vidas em detrimento de outras. Assim, os modos de governar, interseccionados também pela soberania, embora não se limitem mais à uma só figura ou a um determinado território, acionam mecanismos de produção da morte, mesmo no interior de uma racionalidade *biopolítica*.

É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de

outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. (FOUCAULT, 2010, p. 215)

Logo, tangenciando a discussão, podemos ressaltar os diferentes movimentos existentes na atualidade que realizam de forma estratégica a morte, simbólica ou não, de alguns grupos sociais, como é caso da profissão docente. Podemos perceber um crescente número de práticas que colocam o sujeito professor na mira da morte enquanto profissional. Além dos estudos acadêmicos mostrando que a docência vem sendo foco do empreendimento de políticas de morte à profissão, os dados estatísticos reiteram essa prática, com discursos que responsabilizam o professor pelo “fracasso escolar” no ensino brasileiro.

Podemos compreender como um dos efeitos dessas estratégias (governamentais ou não), a produção de inúmeros documentos que normatizam os modos de ser professor, afastando-o assim, ainda mais, do cerne do seu trabalho: o conhecimento. Essa problemática faz, inclusive, nos moldes foucaultianos de análise, que o professor seja também visto como um grupo passível de morte, não somente simbólica (afastamento professor-conhecimento), mas biológica, dados os altos números de afastamento de professores de seus postos de trabalho por adoecimento.

A racionalidade política da morte: *Necropolítica* e as novas formas de conceber as populações

Outro conceito que será o mote da constituição do presente trabalho é o conceito de *Necropolítica*, termo cunhado pelo filósofo/sociólogo camaronês Achille Mbembe, que por sua vez problematiza alguns conceitos de Michel Foucault: *biopoder* e *biopolítica*. Com o conceito de *Necropolítica* (2018) - políticas voltadas para a morte de população em massa -, Mbembe opera um deslocamento nas concepções de *biopoder* e *biopolítica*, pois seus estudos analisam como diferentes relações de poder se manifestam produzindo outras formas políticas para além/aquém da biopolítica, levando em conta a constituição de estados democráticos e suas paradoxais práticas.

Os processos de transformação estrutural provocados pela flexibilidade econômica na morfologia dos Estados latino-americanos, mudou a mediação social e a maneira de gerir conflitos. Para as sociedades estudadas, a tendência não se acha no que Foucault (1995), chamou de biopolítica. Biopolítica está entendida como o conjunto de conhecimentos e estratégias sobre as características vitais dos seres humanos, que talvez não existiu como forma de controle do governo difundida na América Latina, mas como um gerenciamento técnico e administrativo da gestão do risco que faz o controle através de dispositivos de tecnologia de vigilância e contém pela força, não

através de sistemas de subjetivação o panóptico disciplinar. (DÍAZ, 2015, p. 440)

O conceito de *Necropolítica* é potente para entendermos como se dá essa nova racionalidade compreendida como uma forma de guerra (corpo, vida e morte inscritas na ordem do *biopoder*), para a promoção da morte, em períodos de crise, nos modos capitalistas. É preciso ressaltar que esse deslocamento acontece, pois Mbembe volta o seu olhar para países que vivem em Estado de Exceção, fugindo das análises centradas em países da Europa Ocidental. Em suas pesquisas, Mbembe traz, principalmente, como eixo central as questões de governo na contemporaneidade nesses contextos. O conceito de Exceção, de forma mais simplista, pode ser compreendido como a situação em que um país (Estado) vive um contexto de crise econômica ou política e, estando nessa situação, o líder desse país recorre a alguns mecanismos, seja a suspensão de alguns direitos garantidos pela própria constituição do país: os direitos fundamentais deixam de existir a fim de reestabelecer a “ordem” nacional. Um Estado de Exceção tanto pode ser um mecanismo utilizado para resolução de uma crise interna no país quanto uma prática duradoura de um governo.

A noção de Estado de Exceção de Mbembe é inspirada em Agamben que entende a exceção como modo de fazer político contemporâneo, produtora do que o autor chama de *vida nua*. O conceito de *vida nua* se refere ao sujeito submetido a viver sob o Estado de Exceção, algo que o filósofo entende como inerente às formas de vida do Ocidente, onde o corpo físico e social está sob o controle jurídico-político do Estado. Segundo Peixoto (2020), “a *vida nua* se tornou política no ocidente, ela é regra sempre vigente, e desse modo, o conceito está diretamente associado ao de estado de exceção.”

O conceito de *vida nua* é trabalhado por Agamben a partir da politização da *zoé* (animalidade ou infância), considerando a transposição para o espaço político daquilo que deveria estar circunscrito à esfera particular da casa [...] Quando o inqualificado da *zoé* ingressa no espaço qualificado e qualificador da polis, ele não pode mais permanecer na negação de toda qualificação, ainda que, como *vida nua*, ela seja qualificada apenas por meio de sua resistência a aceitar a investidura de uma qualidade (BAPTISTA, 2014).

Nos apoiamos em Agamben (2004) para pensar sobre o Estado de Exceção, pois segundo esse autor essa é uma questão que tem se tornado central nas políticas de governo da contemporaneidade, a partir dos anos 90, levando em conta decisões tomadas nas duas grandes guerras mundiais. A teoria do autor, defende que há uma tendência contemporânea onde há uma progressão do estado de exceção, onde a distinção entre

estado de guerra ou paz seja impossível, fazendo com que o estado de exceção seja uma regra universal, ou seja, na idade moderna a exceção tem se tornado uma técnica de governo e um dispositivo biopolítico para controle da população.

Originalmente, o estado de exceção foi pensado para ser utilizado em situações extraordinárias, porém, como observa Agamben, sua utilização se tornou um instrumento político e uma constante técnica de governo. Em suas investigações, o pensador italiano localiza a prática da exceção nas origens dos Estados dos novecentos com uma lei que tem poder de suspender o ordenamento jurídico vigente, fazendo com que o Estado atue por meio de decretos com força de lei, uma vez que as leis antigas não possuiriam forças para se impor. (SOUZA, 2018, p. 37)

Nessa direção, os limites entre *Soberania* e *biopolítica* se tornam tênues, visto que os direitos suspensos para a própria conservação do Estado dificultam um traçamento entre o que é o *Poder Soberano* e o poder sobre o corpo biológico – população – como técnica *biopolítica* de governo a fim de retomar a “normalidade”. Para Agamben é no Estado de Exceção que os direitos individuais são abolidos e o risco de morte violenta à determinados grupos sociais se tornam justificáveis. O autor constrói seu conceito de Soberania e Exceção a partir de diálogos entre Walter Benjamin e primeiro nome Schmitt, sendo o conceito de Soberania analisado a partir da decisão que produz o Estado de Exceção, para Schmitt (1996, p. 87), “soberano é aquele que decide sobre o Estado de Exceção”. Para o mesmo autor, o Soberano aparece, nesse caso, como um protetor do Estado, visto que na exceção as leis não se sustentam sozinhas.

Podemos nesse momento estar nos perguntando que articulação seria possível estabelecer entre a *Soberania* e a *Biopolítica*. Olhando apenas pelo viés foucaultiano, há um grande distanciamento entre esses dois conceitos, porém se levarmos em conta as formas políticas da contemporaneidade e olharmos através do prisma da técnica de governo defendida por Agamben, alguma aproximação é possível. Nessa direção, a Soberania pode ser compreendida como uma estratégia *Biopolítica* com vistas a evitar mudanças que possam prejudicar a ordem já estabelecida pela sociedade.

[...] a exceção não deve ser utilizada somente como autodefesa do Estado para sua conservação, mas apenas para garantir os direitos e as liberdades dos indivíduos, mesmo que isso signifique a redução deles por algum tempo. Embora isso não signifique que para Schmitt não haja importância na preservação do corpo político, uma vez que, segundo sua concepção, as leis não possuem forças para serem sustentadas por si mesmas. Elas necessitam de um poder (soberano) que possa lhe dar suporte e fazer com que elas realmente entrem em vigor. Porém, a manutenção desse corpo político não pode ser o fim a ser alcançado pelo dispositivo da exceção. (SOUZA, 2018, p. 40)

Assim, ao definir, de forma antagônica, *biopoder* (fazer viver ou deixar morrer) e *soberania* (fazer morrer ou deixar viver), parece-nos, num primeiro momento, que são

formas políticas discrepantes, porém essa distinção não leva em conta que, na contemporaneidade, existem formas de governo que buscam, nas características de um poder soberano, uma equivalência com o Estado que compreendido por *biopolítico* também opera deixando parte de sua população à morte. Nesse sentido, é preciso apontar que a diferença no contexto da “bionecropolítica” é que a esta se dá também na gestão da morte, mas não mais voltada para o indivíduo e sim de grupos da população.

Apoiando-nos em Foucault afirmamos que o poder disciplinar não foi substituído pelo *biopoder*, mas que este se constitui em formas de poder mais minuciosas. Assim, tomando como verdadeiro a concepção de Foucault sobre como se constituem “novas” formas políticas, podemos, a partir de uma concepção menos determinista, requalificar nosso entendimento sobre a figura do soberano.

As teorias passam da tentativa de justificação do sujeito do direito da soberania desde a figura do monarca às mais próximas temporalmente como a que demarca a soberania na figura da nação. Ou seja, O soberano se manifestou em formas distintas de governo e que não pode ser identificado exclusivamente com o rei, mas alcança aí, presidentes, ministros e, no limite, o próprio estado como entidade. (NASCIMENTO, 2012, p. 101)

Logo, é possível defender que, mesmo em uma sociedade governada nos moldes da *biopolítica*, podem (e existem), nas estratégias políticas, traços de soberania, não estando essa, na contemporaneidade, desvinculada ao *biopoder*, principalmente em contextos como a exceção conceituada por Agamben. O conceito de *biopolítica*, ainda que consiga explicar os complexos mecanismos político-econômicos que ocorreram no liberalismo, não dá conta da dimensão política específica de países como o Brasil que, no momento, dos países na América Latina, pois as práticas políticas¹⁶ nesses lugares, não assumem um caráter de preocupação com a aumento/manutenção de vidas produtivas, visto que se encontram em constante Estado de Exceção.

Logo, o *biopoder* nesse contexto, opera abandonando à morte aqueles os quais atrapalham o andamento econômico do Estado e não mais gestando essas vidas a fim de torná-las produtivas. A partir dessas percepções, é possível entender que o *biopoder* na contemporaneidade do que Mbembe (2018) chama de *necropoder*, pois essa nova racionalidade política tem como máxima manter a vida de poucos (os que importam economicamente) a partir da morte de muitos (os que oneram de alguma forma o Estado). Nesse sentido, Mbembe (2017, p. 108) levanta alguns questionamentos, dentre eles se a

¹⁶ Numa leitura normativa de política, pode se compreender que esta é o exercício da razão na esfera pública, como um agente plenamente moral.

noção de *biopoder* será suficiente para designar as práticas contemporâneas as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto?

Assim, é importante dissertar sobre a produção da mudança de perspectiva dos conceitos de *biopoder/biopolítica* realizada por Mbembe, pois o viés utilizado pelo autor amplia o debate para a compreensão das formas como se constituem a vida e a morte, em contextos neocoloniais na contemporaneidade. Nesse sentido, podemos afirmar que o conceito de Necropolítica se legitima enquanto um viés epistêmico-metodológico que contribui para refletir acerca dos processos político-econômicos no Brasil, que de certa forma, atualiza alguns aspectos de país colonizado.

A perspectiva necropolítica rompe as fronteiras dos países que passaram pelos processos de colonização e neocolonização e assume uma importância analítica numa agenda mundial onde podemos pensar em um devir negro do mundo onde a precarização da vida inclui não apenas as populações negras, mas também os não negros empobrecidos e cada vez mais precarizados. (LIMA, 2018, p. 23)

Podemos compreender que o conceito de *Necropolítica* se constitui como uma possibilidade de deslocamento do conceito de *Biopolítica* cunhado por Foucault, possibilitando assim a utilização de ferramentas analíticas ou epistemológicas que nos auxiliam ler os fenômenos da contemporaneidade marcados pela normalização das existências a partir ou, de uma economia dos poderes ou até mesmo a partir de práticas de violência, exclusão e opressão em contextos latino-americanos, como o Brasil.

Baseando-se nessas afirmações, é possível questionar como se dá a “passagem” da *Biopolítica* para a *Necropolítica*, isto é, quais os elementos que possibilitaram que uma política voltada pra a produção da vida se constituísse, nos países colonizados, como uma política que tem como foco a aniquilação em larga escala da população? Nesse sentido, se tormarmos emprestado o conceito de dispositivo em Foucault, podemos apontar as inovações tecnológicas se constituindo como um elemento essencial nessa nova racionalidade, tendo em vista que a produção, norteadada pelo capitalismo, precisa cada vez menos de força de trabalho humano, formando enclaves econômicos e modificando as relações sociais entre as pessoas. Assim, as tecnologias substituem o trabalhador, criando engrenagens sociais cada vez mais complexas, onde o sujeito - não mais útil e oneroso ao sistema – se constitui como uma vida descartável¹⁷.

¹⁷ Mbembe constrói a concepção de sujeito olhando para as categorias de morte e de “devir sujeito” baseando-se em Hegel - síntese dialética do ser e do não ser produzindo um desaparecimento do sujeito a partir da negação da natureza desse sujeito: primeiro o sujeito nega a natureza de suas necessidades,

Outros elementos de *Necropolítica* são importantes e cada vez mais acionados, por exemplo, o enfraquecimento das políticas de saúde, o impedimento à qualificação via educação, a falta de investimento em saneamento básico, o estímulo a destruição sistemática de florestas, a negação de benefícios sociais (aposentadoria, auxílio cárcere, congelamento de salários, etc.). Assim, a partir dessa breve introdução sobre o conceito de *Necropolítica* cunhado por Mbembe é preciso ressaltar que nosso objetivo em um primeiro momento é fazer uma derivação desse conceito. Pretendemos olhar para as políticas de morte não somente como políticas que operam na morte biológica do sujeito, pois compreendemos que o *necropoder*, diante do modo de vida neoliberal, opera também retirando direitos sociais da população “que sobra”, produzindo assim, uma morte também de cunho social de determinados grupos.

O Dispositivo de Necrodocência

Retomamos os subcapítulos anteriores para abrir o seguinte questionamento: como se constitui a profissão docente em tempos em que o modo político opera com traços necropolíticos. Nossa hipótese é a de que, a partir/na ótica neoliberal, em países subdesenvolvidos, a *Necropolítica* produz efeitos também na profissão docente. Ações políticas (seja de Estado ou de governo), nos últimos anos, tem acelerado o processo que vamos chamar de *Necrodocência*: políticas de morte à profissão docente. Alguns exemplos podem ser evidenciados de imediato, como a desvalorização financeira da profissão, seja em nível municipal, estadual ou federal.

Outro aspecto relevante é a questão do adoecimento docente, tema amplamente pesquisado em diferentes áreas (medicina, educação, psicologia, etc.). Há no país um número considerável de professores afastados por motivos de doenças adquiridas na própria profissão.

A profissão docente, existente há séculos, atravessa contemporaneamente um dos seus piores momentos. O mestre visto antes como uma figura profissional essencial para a sociedade, é hoje um profissional que luta pela valorização e reconhecimento social do seu trabalho. Daqueles que persistem na profissão, muitos já apresentam sinais de adoecimento físico ou psicológico com diagnósticos conhecidos e causas desconhecidas. (CRUZ & LEMOS, 2005. p. 65)

transformando depois essa negação por meio do trabalho de luta. Nessa perspectiva, a morte humana são os riscos assumidos pelo sujeito de forma consciente. “O ser humano verdadeiramente “torna-se um sujeito” na luta e no trabalho pelos quais ele enfrenta a morte [...] supõe sustentar o trabalho de morte [...] a política é a morte em que vive uma vida humana” (MBEMBE, 2018, p. 12 e 13) – ora articulando, ora contrastando com as noções de Georges Bataille sobre soberania, política e sujeito. Para esse autor, a morte e a soberania operam a partir do princípio do excesso tirando a morte do horizonte da significação, ou seja, “a política só pode ser traçada como uma transgressão em espiral, como aquela diferença que desorienta a própria ideia de limite” (MBEMBE, 2018, p. 16).

Essas políticas não estão desarticuladas de outros aspectos inerentes à profissão docente, como por exemplo, as relações interpessoais (professor/aluno, professor/direção da escola, professor/pais de alunos) e as construções arquitetônicas das instituições escolares. Além disso, podemos afirmar que as mídias possuem um relevante papel na fabricação de modos de ser docente na atualidade, funcionando como uma “máquina produtora de condutas” que dá visibilidade a determinados tipos de professor, assim como, funciona como um espaço de dispersão de discursos sobre a profissão docente. Apontamos a mídia como uma “máquina produtora de condutas”, pois compreendemos que esta, em suas múltiplas formas de enunciar/visibilizar os sujeitos, acaba por produzir nos professores desejos por determinados “modos de ser” em sua profissão.

Outra questão fundamental para compreendermos como vai se constituindo a Necrodocência são as reformas curriculares que ocorrem no país. Exemplo disso é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC - BRASIL, 2017) e a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) que, em diferentes aspectos, colonizam o trabalho do professor, tendo como efeito um corpo docente que acaba por ser reconhecido apenas como um executor de conteúdos já pré-estabelecidos por essas reformas.

A imposição de um currículo assume a transcendência de um certo conhecimento que tem potencial para conseguir uma sociedade melhor; contudo propor um currículo é eliminar estruturalmente outras possibilidades. Este processo nunca é neutro e desprovido de implicações sociais. O conhecimento sempre está inserido num mundo material e social. As contradições do currículo são idênticas às dos nossos papéis profissionais. (POPKEWITZ, 1992, p. 48)

A BNCC como política curricular faz uma leitura restritiva sobre a educação no país, sendo um documento normativo que produz na classe docente uma espécie de padronização, eliminando as questões sobre diversidade e diferença nas escolas de diferentes locais. Além disso, no que tange à profissão docente, a BNCC esvazia o mote do trabalho docente que é o conhecimento, visto que, ela representa um ensinar baseado só na questão cognitiva dos alunos sem perpassar na “autonomia” docente em produzir materiais didáticos, não levando em conta a heterogeneidade dos diferentes modos de aprender, os quais o professor está em contato todos os dias nas salas de aula.

Além disso, é preciso dar ênfase para as políticas voltadas para a Educação à Distância que, em seus modos operacionais acaba por destituir, de certa forma, o professor do papel do ensino, pois grande parte de processo formativo nos cursos à distância é realizado entre os alunos e os tutores. Nesse sentido, a Educação à distância, como é o caso da UAB (Universidade Aberta do Brasil) é um bom exemplo para

confirmar como a *Necropolítica* de Mbembe produz efeitos em profissionais como os docentes (OSÓRIO, 2014).

Logo, é possível afirmar que esses elementos estão relacionados entre si, constituindo o que vamos chamar de *Dispositivo de Necrodocência*: um conjunto de elementos heterogêneos (referentes à educação) se interrelacionando e se (re)produzindo em meio as relações de saber-poder, constituindo uma política de morte ao professor como sujeito do conhecimento. Esse dispositivo, em termos foucaultianos, é o operador de análise quando olhamos para a profissão docente na contemporaneidade. A partir disso, pretendemos perceber como esses elementos se inter cruzam para produção da morte e fabricação de determinados tipos de professor.

Considerações Iniciais

A construção do conceito de *Dispositivo de Necrodocência* se deu a partir da articulação entre o dispositivo foucaultiano e a necropolítica de Mbembe e, nesse sentido, nosso objetivo foi, num primeiro momento, aproximar esses dois conceitos a fim de perceber a potencialidade da articulação e os desafios conceituais que a mesma nos traria. Assim, emergiu a necessidade de contextualizar o conceito mbembeano em nossa pesquisa, pois consideramos que a necropolítica no Brasil não opera em condições iguais a análise realizada pelo autor.

Olhando para a necropolítica como um dos eixos da criação do conceito de *necrodocência*, entendemos que, no que tange à docência, a mesma se dá de forma simbólica em elementos que se vinculam sistematizando o afastamento os professores da sua posição de construtores do conhecimento científico-pedagógico. Observando esse emaranhado de elementos, percebemos que a necrodocência atua enquanto um dispositivo e assim, compreendemos que a construção do conceito de *Dispositivo de Necrodocência* é potente, enquanto ferramenta teórico-analítica para investigarmos as formas contemporâneas de se pensar e constituir a docência. Entendemos que esse dispositivo opera na produção de subjetividades docentes e que, no que tange ao conhecimento, essa subjetividade é a da morte do sujeito do conhecimento.

É possível perceber com relação ao *Dispositivo de Necrodocência*, na contemporaneidade, as linhas de força - constituídas pelas políticas públicas e de currículo - considerando também a produção de materiais didáticos norteadores da prática docente - pela mídia, pelas práticas escolares (ou não escolares, mas que envolvam a

docência) - construindo linhas de subjetividade docente, onde a desvalorização da profissão (simbólica ou física) se mostra como produtora de um novo sujeito docente.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004. 142p.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. **Outra travessia revista de literatura**, Ilha de Santa Catarina, n.5. p. 9-16. 2005.

BAPTISTA, Mauro Rocha. Notas sobre o conceito de vida em Giorgio Agamben. **Revista Profanações**, Canoinhas, vol. 1, n. 1, 2014, p. 53-74, jan./jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/>>

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores. Brasília, 2015. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/>>.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 477 p.

DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Editora Vega – Passagens, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 269p.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. 474p.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. 572p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições, 71 p.

PEIXOTO, Enock da Silva. Análise sobre a concepção de vida nua: por uma política vital. **Investigação Filosófica**, Macapá, v. 11, n. 1, p. 93-104, 2020.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, Marco Antônio. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 823-821, 2012.

SOUZA, Danigui Renigui Martins de. Estado de Exceção: Giorgio Agamben entre Walter Benjamin e Carl Schmitt. **Princípios Revista de Filosofia**, Natal, v. 25, n. 47, p. 35-58.

VEIGA-NETO, Alfredo. **A Ordem das Disciplinas**. 1996. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

ARTIGO II

DA NECROPOLÍTICA À NECRODOCÊNCIA: O SUJEITO DO CONHECIMENTO AGONIZA.

Josiele Oliveira da Silva

Rochele Loguercio

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns elementos que compõem o *Dispositivo de Necrodocência*. A partir dos conceitos de Dispositivo (FOUCAULT, 2014-2015) e Necropolítica (MBEMBE, 2018), buscamos compreender como a política, no que tange à educação, tem se voltado para a aniquilação da docência enquanto produtora de conhecimento, procurando perceber quais articulações ocorrem entre diferentes elementos como o Movimento Escola sem Partido e a constituição da Base Nacional Comum Curricular nesse processo. Além disso, procuramos destacar de forma breve como a *necropolítica* mbembeana tem se implementado no contexto nacional, pois a pesquisa, de caráter qualitativo, parte da análise documental de documentos oficiais e produções midiáticas. A partir do olhar sob as lentes foucaultianas, podemos compreender que a necrodocência se constitui como um dispositivo e que pode ser legitimar equanto conceito potente para compreender as práticas que permeiam a profissão docente produzindo modos de ser professor cada vez mais afastados da produção de conhecimento.

Palavras chave: Trabalho docente, Dispositivo de Necrodocência, Escola sem Partido

Abstract: This paper aims to analyze some elements that make up the Necrodocency Device. Based on the concepts of Dispositive (FOUCAULT, 2014-2015) and Necropolitics (MBEMBE, 2018), we seek to understand how politics, as far as education is concerned, has turned to the annihilation of teaching as a producer of knowledge, seeking to understand what articulations occur between different elements such as the no-party school Movement and the constitution of the Common National Curricular Base in this process. In addition, we seek to highlight briefly how the mbembeana necropolitics has been implemented in the national context, because the research, qualitative way, is based on documentary analysis of official documents and media productions. From the look under the Foucaultianas lenses, we can understand that necroteaching is constituted as a dispositive and that it can be legitimized as a powerful concept to understand the practices that permeate the teaching profession, producing ways of being a teacher increasingly removed from the production of knowledge.

Keywords: teaching work, Necroteaching Dispositive, BNCC, no-party school

Introdução

A profissão docente têm sido alvo de constantes discussões, seja nas pesquisas acadêmicas, na produção de políticas e enfaticamente nas mídias. É possível perceber que, embora a produção de enunciações acerca da profissão aconteça em diferentes campos e de forma heterogênea, algumas “marcas” da profissão são retomadas ou até mesmo reforçadas. Nesse sentido, embora o processo de escolarização tenha emergido como uma necessidade da Idade Moderna (séc. XVIII/XIX), a concepção de docência se apresenta como um conceito fluido que tenta, de diferentes formas, fixar os modos de ser professor em distintas formações históricas. Partindo de uma perspectiva crítica, o professor é visibilizado como sujeito fundamental na construção de uma sociedade mais igualitária e, nessa direção, ao mesmo tempo que cria um discurso sobre o prestígio da profissão, tem como efeito o deslocamento da mesma para um processo de responsabilização pelos modos de organização escolar e logo, de sociedade.

Assim, estamos diante de uma profissão que foi historicamente marcada pelo discurso religioso e psicológico e que foi construída a partir da noção de que para exercer o trabalho docente eram necessários alguns atributos como: amor, sensibilidade, dedicação, humildade, abnegação, vocação (LEITE, HYPÓLITO & LOGUÉRCIO, 2010). Para Louro (2014), os discursos pedagógicos, com suas legislações e normatizações produzem uma escola onde as relações e práticas são muito próximas das relações e práticas familiares, tendo como mote o afeto e o cuidado, fabricando formas de ser professor próximas a vocação. É a partir desses processos que o sujeito se reconhece e se “fabrica”, onde essas produções de significados permeiam todas as práticas e relações sociais.

A partir do entendimento de que as posições de sujeito são fabricadas singularmente em diferentes epistemes, podemos afirmar que as práticas de governmentação neoliberais vêm constituindo verdades acerca da profissão docente, desse modo quaisquer mudanças nos padrões de acesso social, justiça e oportunidade perpassam o trabalho dos professores. Ser professor na contemporaneidade é ser interpelado por um número considerável de diferentes práticas: documentos regulamentadores da educação no país, informações midiáticas, embates acerca da produção de currículos, relações interpessoais na escola, precarização das estruturas escolar, etc. Esses diferentes elementos podem ser compreendidos como tecnologias, entendidas enquanto teorias aplicadas em forma de técnicas, as quais produzem efeitos no trabalho docente e na constituição do *ser professor*.

Assim, podemos partir do pressuposto de que existe, sistematicamente, uma articulação entre esses elementos que, de diferentes formas vão permeando e enovelando a produção de uma docência. Logo, a fim de tentar compreender como se dá esse processo, utilizamos o conceito de *dispositivo* em Michel Foucault (2015/2016), pois compreendemos que este conceito nos serve como ferramenta capaz de produzir análises potentes dado que o mesmo pode ser entendido como uma rede de relações estabelecidas entre elementos heterogêneos que, no nosso entendimento, atravessam a docência constituindo modos de ser docente. Desse modo, é preciso apontar que essa construção é um ato político e sendo assim, não se dá desarticulada de outros aspectos da sociedade.

Assim, inspiradas em Mbembe (2018), compreendemos viver em uma sociedade *necropolítica*¹⁸, entendida como uma política não mais voltada para a produção da vida e, sim, uma racionalidade que tem como princípio a aniquilação em larga escala de determinadas formas de viver (MBEMBE, 2018). No que tange à docência em tempos neoliberais, há a produção sistemática do que passamos a chamar de *necrodocência*. Entendemos que nos dias atuais existe um *Dispositivo de Necrodocência*, ou seja, elementos heterogêneos se interrelacionando em diagramas de poder, constituindo uma política de morte ao professor como sujeito do conhecimento, atingindo a docência, onde esta se constitui enquanto campo de saber.

A partir dessas concepções sobre a profissão docente, o presente trabalho tem como objetivo analisar como se dá a operação do *Dispositivo de Necrodocência* e que efeitos este produz no trabalho docente e nos modos de ser professor na atualidade.

O Dispositivo de Necrodocência nas lentes analíticas de Foucault

Antes de iniciarmos a explicitar sobre a construção e os modos de operar do *Dispositivo de Necrodocência*, achamos necessário trazer à margem alguns conceitos que nos ajudaram na construção dessa ferramenta teórico-metodológica. Assim, traçamos brevemente alguns aspectos do método que Foucault chama de genealógico, pois o conceito de *dispositivo* recebe uma visibilidade maior nessa fase das pesquisas do autor. É preciso ressaltar que a divisão de fases (saber-poder-ética) na produção histórico-filosófica do mesmo se dá apenas para fins didáticos, pois a partir de uma leitura (estudo)

¹⁸ Mbembe entende a política como uma forma de guerra que faz com que o corpo, a vida e a morte estejam inscritos na ordem do poder. Em uma sociedade da necropolítica, os indivíduos começam a sobrar diante da forma social atual, pois já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a dispenderem de sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo (HILÁRIO, 2016).

atenta dos textos foucaultianos é possível perceber que o engendramento dos conceitos nos processos metodológicos/analíticos.

Com relação as fases arqueológica e genealógica, observamos que enquanto é possível compreender a primeira como um método de análise da discursividade, a segunda pode ser entendida como uma análise da tática de inscrição dos saberes na hierarquia dos poderes, ou seja, uma análise genealógica busca compreender como os jogos de poder produzem verdades e, para isso, foca seu olhar nas linhas de força e nos embates que dão visibilidade a determinados saberes. Nesse sentido, um estudo genealógico,

não pretende recuar no tempo para estabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência, é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria; é demarcar os acidentes, os íntimos acidentes, os ínfimos desvios – ou, ao contrário, as inversões completas -, os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor pra nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existe a verdade e o ser [...] (FOUCAULT, 2015, p. 63)

A genealogia, enquanto método de análise, busca entender como se constituíram, a partir de embates de poder, os saberes em formações históricas específicas, fazendo com que as relações de saber-poder se tornem mais evidentes nesse processo analítico, desnaturalizando práticas classificadas como verdadeiras ou essenciais. A genealogia exige novas ferramentas, pois analisar o saber enquanto arquivo audiovisual de uma época, de uma formação histórica, de uma positividade como na arqueologia, demanda uma análise de documentos, mas, o poder não está documentado, o poder é força, é ação, é relação. Nesse sentido, é preciso identificar as estratégias, as tecnologias, as práticas que podem ser epistemológicas ou não, filosóficas ou não, mas sempre produtivas.

A análise foucaultiana, nessa “nova” perspectiva, tinha como interesse compreender as produções de verdade a partir dos processos regulamentadores, pois é preciso levar em conta que estes são atravessados e constituídos pelos embates de poder. Assim, emerge nesse período analítico do autor a noção de *dispositivo* e esse pode ser considerado uma ferramenta analítica que tem como objetivo mapear o engendramento dos embates de força entre diferentes elementos da sociedade que produz, molda, implementa existências e subjetividades, . É possível compreender o dispositivo como um aparelho que produz condutas e fabrica sujeitos, com suas formas e nuances, onde

estes, em determinadas posições, atuam como vetores ou tensores dessas linhas. Enfim, o dispositivo, segundo Foucault, pode ser considerado

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Deleuze, em seu texto “*O que é o dispositivo?*”, aponta que este pode ser entendido como “máquinas de fazer ver e fazer falar” (DELEUZE, 1996, p.1) e, ratificando as palavras do autor, podemos afirmar que essa máquina opera a partir das/nas curvas de enunciabilidade e visibilidade. Sobre as linhas de enunciação - uma das três dimensões do dispositivo – se distribuem as posições de seus elementos, ou seja, enunciações são curvas que distribuem as variáveis, não que definem sujeitos ou objetos.

Para Deleuze (1996), um dispositivo precisa ter quatro dimensões: suas *curvas de visibilidade*, ou seja, as linhas emaranhadas de um dispositivo dão visibilidade para determinadas práticas e invisibilizam outras; suas *curvas de enunciabilidade* – aquilo que pode ser dito e o que é interdito; suas *linhas de força* controlando o visível e o enunciável e suas *linhas de subjetivação*, sendo compreendidas como os efeitos desses jogos de poder, ou seja, os processos de subjetivação são o eixo do dispositivo que se dá a partir do atravessamento entre as questões éticas e políticas, na relação do sujeito (emaranhado nas linhas do dispositivo) consigo mesmo, ou seja, os processos de subjetivação não se dão fora das relações de poder. Nesse sentido, podemos olhar para o dispositivo como o engendramento de práticas que atuam como uma grade de análise, articulando as instâncias de saber-poder-ética.

Assim, Deleuze (1996) aponta que, “uma ciência, num dado momento [...] ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem”. Já as curvas de visibilidade são as linhas de luz que, de diferentes maneiras, formam figuras variáveis e que fazem com que nasça ou desapareça um objeto que sem ela não existe. As curvas de visibilidade são as que distribuem o que é visível do que é invisível. Segundo Marcello (2004, p. 201), as curvas de visibilidade não podem ser confundidas como formas palpáveis ou figuras, assim como as de enunciabilidade não se referem necessariamente/diretamente aos ditos ou falas.

Nesse momento, é preciso ressaltar que compreendemos o dispositivo como função estratégica, ou seja, as curvas de visibilidade e as formas como a luz desse “eixo” se propaga não são ao acaso ou fenômenos que ocorram de forma desprezível, mas

antes disso, iluminam (ou desfocam) determinados objetos, e intersecções racionais (sistema político, moral, cultural, social, econômico, etc. de uma dada época), elementos do dispositivo. As unidades do visível e do enunciável só existem a partir de uma combinação sistemática entre enunciações¹⁹ que são entrecruzadas especificamente, conferindo às linhas suas condições de existência.

Diz-se que o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica. Que se trata como consequência de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está inscrito num jogo de poder e ao mesmo tempo sempre ligados aos limites do saber que derivam desse e na mesma medida condicionam-no. Assim, o dispositivo é um conjunto de estratégias, de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por eles são condicionados. (FOUCAULT, 2009, apud AGAMBEM, 2009, p. 28)

Além disso, a relação entre o enunciável e o visível não são da ordem da dependência ou influência, mas estabelecem entre si uma conexão de complementaridade. O que existe no entrecruzamento dessas curvas são os jogos de produção dos sujeitos, de práticas e de agenciamentos, ou seja, de fixá-los no discurso que os tomou como objeto. Ao emaranhar o sujeito em suas linhas, tornando-o visível e enunciável, os aparatos do dispositivo (enunciabilidade e visibilidade) fazem com que os agenciamentos sejam cada vez mais concretos, pois “o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada da visibilidade” (Deleuze, 2013, p. 66). As linhas de enunciabilidade e visibilidade constituem um eixo do dispositivo: o saber.

Há ainda, segundo Deleuze, um segundo eixo do dispositivo: as linhas de força. Essas, atuando num campo discursivo-prático, vão de um lugar a outro, atravessando os regimes de enunciabilidade e visibilidade arranjando-os de forma a delimitar seus trajetos e formas, perpassando por todo o dispositivo, dando conta da terceira dimensão deste: o poder. Em suma, as linhas de força se dão pela irmanamento entre saber-poder. Podemos considerar o poder como um produtor de singularidades, onde o saber age como um sistematizador, possibilitando o funcionamento do primeiro; nesse encadeamento (ou organização) das linhas de força, o saber faz com que estas tenham uma convergência, fazendo assim que funcionem de forma conjunta. Logo, podemos considerá-las linhas que estabelecem estratégicas relações de força, sustentando tipos de saber ao mesmo tempo em que são sustentadas por eles.

Entre o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também pressuposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de

¹⁹ Um regime de enunciação não se trata daquilo que se fala sobre os sujeitos, mas o que se torna possível e justificável que seja falado sobre eles.

um sobre o outro [...] as relações de poder não emanam de um ponto central ou de um foco único de soberania, mas vão a cada instante “de um ponto a outro” no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências. (DELEUZE, 2013, p. 81)

Nessa direção é possível afirmar que as linhas de força, suscitadas pelos jogos de poder, constituem o dispositivo como uma espécie de diagrama, que funciona produzindo/legitimando verdades e/ou interditando discursos e práticas, podendo ser compreendido como um agenciamento de materialidades ou concretudes. Compreendido como um diagrama, se constitui como uma máquina complexa que opera forjando condutas e subjetividades, sendo que o eixo da subjetividade, no dispositivo, é o que permite que as linhas de enunciabilidade, de visibilidade e de forças constituam um dispositivo como uma ferramenta de análise mais fluída, pois a existência de linhas de subjetivação consegue explicar as modificações que vão acontecendo na sociedade.

Nos processos de subjetivação estão as possibilidades de mudanças, ou seja, a sociedade e os sujeitos - enquanto foco de análise (do conhecimento) - não são estáticas e essa dinamicidade se dá nas relações de força/resistência que os sujeitos estabelecem consigo próprios e nas relações com os demais. Se faz necessário reforçar que estes embates estão em consonância com as posições que os sujeitos ocupam, porém podemos assumir as linhas de subjetivação como possibilidades de fuga, ou seja, o eixo da subjetivação não anula os outros, mas antes disso, atua concomitantemente com eles.

Não se aponta aqui para a ideia de um sujeito livre, autônomo e soberano criador de suas condições de existência, mas para a condição de escapar dos poderes e saberes de um dispositivo para outro. Assim, podemos dizer que as linhas de subjetivação indicam também as linhas de fratura, de descontinuidade, de ruptura do próprio dispositivo. (MARCELLO, 2004, p. 209)

Nessa direção, as linhas de subjetivação não atuam de forma linear com as outras, mas se volta e atua em si mesma, produzindo diferentes formas de ser e estar no mundo, em processos contínuos e nunca concluídos. Foucault chama esse movimento de *prática de liberdade* e este diz respeito a sujeitos ou grupos que, de diferentes formas, resistem aos saberes estratificados ou as forças já estabelecidas, tensionando e produzindo novos acontecimentos e práticas. Essa relação de si consigo escapa da ordem do visível ou enunciável e embora derive, também, de forças externas, não é sistematizada ou modulada por elas, se constituindo como um embate de força que o sujeito faz dentro de si mesmo, convergindo, no que Deleuze chama de *dobra*.

Assim, a produção de efeitos sobre si mesmo não é uma ação passiva, pois a multiplicidade das relações de força por meio das quais o sujeito se subjetiva (*prática de*

si) é um exercício de liberdade que esse pratica quando oferece ao pensamento uma possibilidade de “desnaturalizar” as verdades do mundo que vive. Segundo Weinmann (2006, p. 21), nesse movimento de “dobradura” a relação elabora-se também em relação aos outros sem que se constitua somente uma interioridade, como se as relações do lado de fora também se dobrassem. A relação consigo entrará nas relações de saber-poder, mas se reintegrará nesses sistemas dos quais começará a derivar, renascendo de outras formas e em outros espaços.

A partir dessa breve interpretação sobre o conceito de dispositivo, é possível levantar alguns questionamentos com esse conceito operador no que tange à profissão docente: Como as linhas de força constituem, na atualidade, a profissão docente? Como diferentes elementos interpelam a docência e se sobrepõem fabricando determinados tipos de professores nos dias atuais? Como é entendida a profissão docente em relação à produção do conhecimento? Como se dá o preenchimento estratégico sobre a docência? Entender a malha dos dispositivos sobre a docência é o foco de nossa pesquisa, no entanto, ao analisar os diferentes elementos que compõem um dispositivo sobre profissão docente, identificamos práticas que obscurecem o papel intelectual do professor, desqualificando a profissão. Passamos a compreender que esse dispositivo opera na morte desse sujeito (sujeito do conhecimento), chamando então nossa ferramenta de *Dispositivo de Necrodocência*.

Um breve olhar sobre Foucault, suas palavras e suas coisas

Os estudos de Michel Foucault foram didatizados ou estudados em três fases: arqueológica, genealógica e ética (subjativação) e o dispositivo é um dos conceitos mais potencializados na última fase, mas que perpassa toda a pesquisa do autor. Como já mencionado, esse conceito emerge na “passagem” da fase arqueológica (estudo sobre arquivos, documentos e materialidades discursivas constituindo como verdade determinados tipos de saber, numa dada época) para a fase genealógica (estudo sobre as práticas operando na produção de verdades legitimadas a partir dos embates de poder). É preciso compreender que o *dispositivo*, nos estudos de Foucault, aparece quando este sente a necessidade de realizar uma análise do poder, na relação entre o discursivo e o não discursivo em práticas. Logo, é possível compreender o dispositivo como uma ferramenta conceitual de descrição da genealogia, e um estudo genealógico busca compreender como os embates de poder possibilitam (ou não) o surgimento e a legitimidade de determinadas práticas. Vale ressaltar que Foucault não nega as noções de

poder e ética num primeiro momento de sua obra, apenas foca seu olhar em torno do saberes. Com o foco acerca do saber, Foucault escreveu quatro obras: *História da Loucura*, *O nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas* e *A Arqueologia do Saber*.

No primeiro livro (*História da Loucura* – 1961), o autor procurava compreender como o saber sobre a loucura se configurou em diferentes epistemes e com isso buscava questionar o status de sujeito racional/não racional/normal/regular/padrão. Na percepção do mesmo, era preciso fazer uma história da loucura em diferentes experiências culturais, a fim de poder compreendê-la. Nas palavras de Foucault “o livro História da Loucura foi percebido como um psiquiaticídio, porém era a descrição da história. Já sabe a diferença entre a verdadeira ciência e a pseudociência. A verdadeira ciência reconhece e aceita a sua própria história sem sentir-se atacada” (MOREY, 2008, p. 145).

Em *O Nascimento da Clínica* (1963), Foucault buscou entender como o saber médico se constituiu como científico/verdadeiro, pois para ele essa consolidação não se deu através de uma evolução conceitual ou da utilização de técnicas mais avançadas e sim de uma alteração do discurso médico, fazendo com que a medicina sofresse transformações acerca da organização de seu conhecimento e da sua prática, possibilitando que a medicina também fosse reconhecida como uma ciência. Esse movimento da medicina ocupando o lugar do “verdadeiro” sendo analisando com suas práticas e com a dispersão das mesmas.

No livro *As Palavras e as Coisas* (1966), Foucault mostra que a ideia de sujeito também é uma construção social, desconstrói a ideia de que o homem moderno era algo natural e universal, logo também em vias de desaparecer, pois se o nascimento do homem deste se deu na ruptura da episteme clássica, logo estaríamos em uma nova episteme. Segundo Foucault (1999, p. 425), “antes do fim do século XVIII, o homem não existia [...] É uma criatura muito recente que a demiurgia do saber fabricou com suas mãos há menos de 200 anos”. Neste texto, impactante é polêmico pôde-se ver fortemente a dedicação do autor a uma análise arqueológica, discursiva e centrada nos saberes.

A obra que inicia o estudo num viés genealógico dos dispositivos prisionais e jurídicos é *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, onde Foucault destaca as relações de poder/saber que são produzidas em uma sociedade disciplinar, um poder centrado na docilização dos corpos a partir do panóptico²⁰, se configurando em uma “anatomia

²⁰ O panóptico pode ser compreendido como uma invenção tecnológica na ordem do poder, que na Idade Moderna tem como finalidade as relações de disciplina, se constituindo como o princípio geral da anatomopolítica. Assim, o nascimento da prisão pode ser situado num contexto de panoptismo em meados do século XIX.

política”, radicalmente diferente de uma forma de governo anterior, qual seja a soberania. De acordo com Oksala (2011, p.75), nesse livro, “Foucault analisa as maneiras como sujeitos criminosos – indivíduos que são entendidos e entendem a si mesmo como delinquentes – são construídos em redes de poder/saber”.

Outro aspecto que Foucault aborda é a questão do corpo e da sexualidade, pois ele os compreendia também como uma construção social e histórica. O livro *A História da Sexualidade* foi escrito em quatro volumes²¹ e em *O Cuidado de Si* (terceiro volume), Foucault procurou entender como a noção de verdade produz efeitos nas práticas de autocontrole do corpo e da moral a partir do conhecimento de si (permeado por dispositivos científicos e religiosos) e o que emerge deste modo analítico é a questão da ética, que diz respeito à maneira como os sujeitos formam a si mesmos a partir dos processos de *normalização*.

Além disso, vale ressaltar a produção de três obras importantes para os estudiosos de Foucault: *Em Defesa da Sociedade* (1976), *Segurança, Território e População* (1978) e *O Nascimento da Biopolítica* (1979), produzidos a partir das aulas de Michel Foucault no Collège de France. O autor tem sua aula inaugural em Dezembro de 1970²², e encerra seu curso em 1984 com sua morte. Nesse período foram publicadas, em forma de livro, todas as suas aulas²³. Ressaltamos as três produções acima, pois é a partir delas que o autor constrói os conceitos de *Biopolítica* e *População*, relevantes na produção do presente trabalho.

Entendemos por *Biopolítica* as estratégias políticas (embasadas na estatística), em meados do século XVIII, utilizadas na produção e manutenção da vida, ou seja os modos como o poder se ocupa do corpo biológico de uma população. Há um processo de

²¹ O primeiro volume tem como título *A Vontade de Saber*, onde o autor procura analisar o lugar da sexualidade na sociedade ocidental, assim como compreender os comportamentos sociais a partir dos discursos sobre da ciência e da religião. *O Uso dos prazeres* (volume 2 da obra), o autor buscou investigar como a noção de sexualidade nasce na sociedade ocidental moderna e para isso, ele busca como a sexualidade se torna uma prática moral e de subjetivação desde a Idade Antiga (Grécia). Já em *História da Sexualidade IV – As confissões da carne*, Foucault buscou explicitar os modos de pensar a sexualidade nos contextos da Antiguidade e da Modernidade e suas relações com o cristianismo, evidenciando o processo em que a sexualidade humana passa, primeiramente por mecanismos de sujeição os quais vão se constituindo em modos de subjetivação.

²² Michel Foucault assume o lugar de seu professor Jean Hyppolite na disciplina História dos Sistemas de Pensamento e sua aula inaugural é publicada através do livro *A Ordem do Discurso*.

²³ Nesse período houve a produção das seguintes obras: *A Vontade de Saber* (1970-1971), *Teorias e Instituições Penais* (1971-1972), *A Sociedade Punitiva* (1972-1973), *O Poder Psiquiátrico* (1973-1974), *Os Anormais* (1974-1975), *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), *Segurança, Território e População* (1977-1978), *O Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), *Do Governo dos Vivos* (1979-1980), *Subjetividade e Verdade* (1980-1981), *A Hermenêutica do Sujeito* (1981-1982), *O Governo de Si e dos Outros* (1982-1983) e *A Coragem de Verdade* (1983-1984)

regulamentação da vida por parte do Estado que tem como objetivo “fazer viver ou deixar morrer” e pode ser compreendida como uma ramificação do biopoder (poder individualizante + poder totalizante). Logo, compreendemos *população* como um instrumento do governo e objeto do poder e é fundamental para o entendimento de como o poder opera na racionalidade biopolítica. Segundo Foucault, esse conceito se relaciona com dois elementos: relação número de habitantes/território, assim como as relações (biológicas) que se estabelecem entre os indivíduos de um mesmo território.

Nessa perspectiva, é possível questionar: como é possível o acontecimento das duas grandes guerras mundiais mesmo a racionalidade política se ocupando em manter e gestar a vida da população? A explicação pode estar na emergência do que Foucault vai chamar de Racismo de Estado²⁴ e, nessa direção trazemos à tona a discussão do conceito de *Necropolítica*, cunhado pelo camaronês Achille Mbembe com o intuito de explicar os modos políticos que operam na contemporaneidade em países os quais vivem em Estado de Exceção; uma espécie de “torção” na *biopolítica* de Michel Foucault.

Na tradução, a circulação do significante não tem origem nem fim, o processo é incessante. Na busca em fixar uma interpretação na pesquisa, operamos em vários momentos como se fosse possível interromper o processo, fixar uma possível significação a partir da qual a análise se torna possível, tirar como que uma fotografia que expresse de alguma forma um ponto a partir do qual se sucede a análise, com todas as opções violentas, com toda parcialidade, prioridades e negligências, que levam a uma fotografia, a uma forma de apreender determinada problemática de pesquisa (LOPES, CUNHA & COSTA, 2013, p. 405).

Assim, no presente trabalho utilizamos o conceito mbembiano operando com o mesmo a partir de uma “tradução contextual”, onde buscamos compreender os modos políticos atuais no país no que tange à educação. É preciso levar em conta que o processo de tradução está em constante movimento e que, não tem como objetivo fixar significados ou verdades absolutas, mas que busca dar sentido a um contexto, sempre fluído e descontínuo.

Necropolítica e Brasil: a morte da população como estratégia de governo

O conceito de *Necropolítica* de Achille Mbembe é cunhado pelo autor quando este tenha explicar os modos como emerge uma racionalidade política que tem como mote a

²⁴ Para Foucault (2010), o racismo não se trata de algo ideológico propriamente dito ou a uma racionalidade, mas sim a uma tecnologia do poder, a emergência do biopoder se dá a partir da inscrição do racismo nos modos políticos do Estado moderno. O autor compreende que a ciência, mais especificamente as teorias darwinistas, são elementos constituintes da teoria da degeneração: o racismo se trata, antes de mais nada uma ideologia científica.

promoção da morte, ou seja a morte se torna o centro do poder como modo de gestão na contemporaneidade neoliberal. Assim, é possível afirmar que o biopoder, dentro de uma racionalidade neoliberal, opera a partir de estratégias na decisão de quem deve morrer, como deve morrer e o que deve ser produzido a partir dessa morte. É preciso salientar que os estudos mbembianos tem como foco as questões raciais e esse pode ser considerado um dos pontos semelhantes à produção de Michel Foucault quando este traz a margem a questão paradoxal da existência de um Racismo de Estado dentro de uma racionalidade *Biopolítica* (política voltada para a produção da vida).

Apesar de ser possível realizar essa articulação entre a produção conceitual de Foucault e Mbembe, é preciso ressaltar que o segundo aproxima-se mais da realidade atual, por visibilizar os modos políticos existentes em países fora do contexto europeu e, nesse sentido, o autor aciona outros elementos importantes para compreender como os diagramas de poder se ocupam da vida/morte nesses contextos, como a questão do neocolonialismo, do sistema escravocrata e do modelo *plantation*²⁵. Segundo Noguera, Seixas e Alves (2019), Mbembe critica o conceito de democracia, pois entende que a mesmo se dá a partir de práticas escravagistas e, assim podemos compreender que a noção de *necropoder* na contemporaneidade vai além do “devir negro” (MBEMBE, 2014), pois segundo o autor o mundo está vivendo uma fenômeno social onde há a generalização das condições escravistas a todas as demais raças.

Desse modo, é possível afirmar que a *Necropolítica* de Mbembe se constitui como um conceito fecundo para se pensar acerca dos modos de precarização da vida em diferentes contextos e países, pois é possível perceber, na contemporaneidade neoliberal, em países outrora colonizados, uma vasta gama de elementos que vão constituindo uma espécie de engrenagem política que vai jogando determinados grupos sociais à margem da sociedade. Logo, a partir de um olhar perspectivado pelas lentes mbembeanas, entendemos que as formas que o poder tem gestado a vida da população no Brasil nos últimos anos se aproximam muito das políticas voltadas para a produção de morte de determinadas vidas: as dos sujeitos que sobram diante do modo de vida neoliberal; um biopoder que acaba incorporando o que Mbembe vai chamar de *necropoder*, o qual é

²⁵ O sistema *plantation* pode ser compreendido como formas de exploração colonial que ocorreram principalmente nas colônias europeias da América e seu funcionamento acontece a partir de quatro elementos principais: monocultura, latifúndios, trabalho escravo e exploração das colônias. Como mencionado, um dos elementos desse sistema é a escravidão, pois a mão de obra utilizada nos latifúndios eram, praticamente, de africanos trazidos para serem escravizados, compondo assim, também, um comércio de pessoas de raça negra que eram levadas à colônias para trabalharem nos latifúndios.

[...] em síntese enquanto o conjunto de tecnologias políticas que atuam para estabelecer a gestão e controle das populações e do indivíduo. Com o necropoder, tem-se uma política de gestão da morte, denominada de necropolítica e podendo ser descrita enquanto a submissão da vida ao poder da morte, apresentando-se contrariamente também à biopolítica foucaultiana que, por sua vez, se concentra em fazer viver e deixar morrer. Qualifica-se assim a necropolítica enquanto uma “política da morte”, ilustrando que “a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte” (NOGUERA, SEIXAS E ALVES, 2019, p. 157)

Em conformidade com a ideia dos autores, podemos afirmar que existem alguns elementos que selecionam e até mesmo fabricam vidas passíveis de morte e, nesse sentido podemos mencionar o avanço das tecnologias adentrando o mercado de trabalho e com isso deixando uma massa da população desempregada, jogando-a à margem e assim, adotada pela informalidade. Segundo Mbembe (2012), o conceito de necropolítica é utilizado por ele para se referir também ao projeto central de instrumentalização generalizada da existências humanas, assim como a destruição de corpos e populações entendidas como descartáveis ou supérfluas.

No que tange especificamente ao *Dispositivo de Necrodocência*, podemos destacar que a emergência pelas tecnologias digitais na educação também produziram efeitos que repercurtem na formação e na profissão docente, pois a partir de dados coletados no Senso da Educação Superior 2017 (BRASIL, 2019), é possível perceber um aumento considerável no número de cursos oferecidos na modalidade à distância.

Enquanto na modalidade presencial, nos anos de 2016-2017 houve um aumento percentual de 0,5 % nas matrículas, na modalidade à distância esse número salta para 27,3 % (entre 2007 e 2017 esse aumento foi de 226%) o que, a partir de nosso olhar analítico, se constitui em um elemento do dispositivo operando na morte docente enquanto sujeito do conhecimento, pois é possível problematizar como se dá a atuação docente nesses espaços levando em conta o elevado número de alunos matriculados por disciplina, assim como uma participação maior de monitores que acabam por ocupar o lugar de sujeito do professor. Além disso, é importante destacar que, segundo o documento, “o típico aluno de cursos de graduação à distância cursa o grau acadêmico de licenciatura” (BRASIL, 2017). Logo, os cursos EAD além de atravessarem o trabalho docente e a fabricação dos modos de ser professor, acabam também por formar novos docentes. Assim,

Essa racionalidade vem se impondo, interpelando e atravessando as ações e as reflexões políticas no campo da formação docente e dos princípios que conduzem e contribuem para fazer do professor, em sua mais profunda individualidade, um lugar de ação e intervenção. A forma com se apresentam, nesse momento, as possibilidades para a formação de professores (inovação, flexibilidade, liberdade, democratização) dificulta a percepção de uma série de

características e imperativos que qualificam a formação para uma ação determinada de poder e governo de condutas (OSÓRIO, 2014, p. 76).

Não nos cabe aqui e nem é nosso objetivo levar essa discussão para o campo da “qualidade de ensino/formação”, mas sim questionar quais os efeitos das tecnologias na constituição de professores, pois compreendemos que de diferentes formas, o ensino EAD acaba por distanciar a prática docente do que seria seu cerne: o conhecimento. Além disso, entendemos que a explosão e a visibilidade dos cursos superiores à distância se constitui como uma forma de governmentação na produção de condutas docentes.

Retomando a discussão cerca da *Necropolítica*, podemos inferir que no Brasil contemporâneo impera, desde os anos 1990, uma racionalidade neoliberal que, nos últimos anos encontra-se com discursos conservadores e produzem uma amálgama discursiva que capilariza ainda mais as técnicas na produção da morte, formando assim o que podemos (de forma ousada) chamar de *necrogovernmentalidade*, levando em conta que um dos princípios da política voltada para a produção da morte é a criação de um sujeito matável construindo uma “Política de Inimizade” (MBEMBE, 2017) que coloca o outro sob a égide da sujeição. Nesse sentido, Lima (2018) defende que o acoplamento dos diagramas do poder (biopolítica-necropolítica), pode se configurar em uma

[...] bio-necropolítica que nos coloca frente aos desafios atuais para pensar a emergência e pulverização microcapilares das relações e mecanismos de poder, principalmente em contextos sociais advindos dos processos de colonização e onde os elementos de colonialidade ainda são fortes. Nestes contextos, a vida (a bios) não foi o lugar historicamente onde as redes de poder encontraram territórios privilegiados, mas a morte e a possibilidade do matável constituiu o organizador das relações sociais (LIMA, 2018, p. 22).

Ressaltamos que, a partir das elucidações sobre os modos como a racionalidade política tem se voltado para uma gestão da morte, é possível tencionar o próprio entendimento de morte, pois esta não se dá necessariamente somente e através do corpo físico, mas antes disso, pode acontecer de forma simbólica quando os sujeitos são alijados de seus direitos constitucionais como saúde e educação públicas, direitos trabalhistas e etc.

Nessa direção, compreendendo a mídia como um modo de dispersão de discursos e, assim como Fischer (2002), um instrumento que produz enunciabilidades e visibilidades, mostraremos algumas reportagens sobre as políticas de governo dos últimos três anos²⁶ no Brasil. Construimos esses dados a partir da coleta de notícias a partir de

²⁶ A escolha do período se dá em função da posse da extrema direita na presidência do país, assim como o crescimento e a visibilidade de grupos conservadores.

palavras-chave (saúde pública + Brasil, direitos trabalhistas + Brasil, educação + Brasil) digitadas no site de pesquisa Google refinando a pesquisa no link “Notícias” do mesmo site. A partir dessa pequena busca, a fim de exemplificar o conceito de *Necropolítica*, elencamos as seguintes notícias:

Imagem 1²⁷: Notícia 06 de Setembro de 2019



Fonte: Site Estadão

Imagem 2²⁸: Notícia 16 de Julho de 2019



Fonte: Site de Notícias Estadão

Imagem 3²⁹: Notícia 08 de Maio de 2019.

²⁷ Notícia disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,saneamento-e-obras-em-hospitais-universitarios-sofrem-cortes,70002999679>

²⁸ Notícia disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-saude-suspende-contratos-para-fabricar-19-remedios-de-distribuicao-gratuita,70002923408>

²⁹ Notícia Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/cortes-no-mec-afetam-educacao-basica-anunciada-como-prioridade-por-bolsonaro-23646433>



Fonte: Site de Notícias O Globo

Elencamos as notícias acima a fim de visibilizar a *necropolítica* executando não somente políticas de morte no sentido físico/biológico da população, mas também políticas funcionando como máquinas de guerra (MBEMBE, 2018) na morte de sujeitos enquanto seres sociais. A política, vista como uma máquina de guerra, em nosso entendimento, atua, no Brasil, como uma máquina de cortar direitos sociais e assim jogar os sujeitos (os que sobram) cada vez mais para as margens socioeconômicas produzindo uma “morte social-cultural” dos mesmos.

Temos visto uma escassez geral de liquidez e sua concentração gradual em determinados canais, cujo acesso está submetido a condições cada vez mais draconianas. Como resultado o número de indivíduos dotados de meios materiais para controlar dependentes por meio da criação de dívidas diminuiu abruptamente. Historicamente, capturar e fixar dependentes por meio de dívida tem sido sempre um aspecto central tanto na produção de pessoas como da constituição do vínculo político. Tais obrigações foram cruciais para determinar o valor das pessoas e julgar seu valor e utilidade. Quando seu valor e utilidade não são demonstrados, podem ser destituídas como escravos, peões ou clientes. (MBEMBE, 2018, p. 56)

Segundo Hilário (2015), após os anos 1970, com a sobra de mão de obra trabalhadora, a estratégia política em benefício da produtividade e da economia se dá a partir da brutalização dos laços sociais.

Em termos de política, isso se traduz na passagem da biopolítica para uma necropolítica. Não mais, então uma política voltada para a produção da vida – ainda que adequada à forma social, é verdade – e sim uma política cujo objetivo é a aniquilação em larga escala. Aqui a tendência para o “trabalho morto” na produção de valor encontra o “trabalho de morte” da política. Os indivíduos começam a sobrar diante da forma social atual, pois já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a dispensarem sua força de trabalho no interior de um processo evolutivo amplo. Muito pelo contrário, são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens da cidade. (HILÁRIO, 2015, p. 10)

A racionalidade produtiva (industrial) cria um classismo (contra as classes trabalhadoras) gerando conflitos sociais no mundo industrial tendo como efeito uma política voltada para o trabalho de morte e o que Mbembe (2018) vai chamar de “Políticas de Inimizade”, ou seja, o *necropoder* fabricando divisões entre a espécie humana, sendo,

juntamente com o Estado de Exceção, a base normativa do direito de matar. Essa cesura, em termos foucaultianos, se dá e se inscreve no campo biológico³⁰ onde o biopoder funciona dividindo os sujeitos que devem viver ou morrer. Para Mbembe (2018), a assimilação do Outro como uma ameaça ou um perigo legitima a eliminação deste, a fim de reforçar a potencia de vida e segurança de alguns, logo, o processo de desumanização do outro pode ser compreendido como um efeito dessas Políticas de Inimizade.

O conceito de *Necropolítica* nos inspirou a compreender alguns movimentos, no Brasil, que podemos entender como uma morte do sujeito do conhecimento, a que chamaremos de *Necrodocência*. Essa perspectiva enfatiza não a morte de sujeitos reais, o que seria próprio da *Necropolítica*, mas a morte de um sujeito de conhecimento constituída junto a um dispositivo que buscava suprir uma falta de docentes e a acaba por permitir uma nova forma docente, que se distancia do sujeito do conhecimento.

Perspectivando a docência em tempos Necropolíticos

Como mencionamos, essa pesquisa utiliza o conceito de dispositivo como operador de uma perspectiva sobre as práticas que atuam como constituintes de uma política de morte (necropolítica) que atinge o sujeito do conhecimento da docência. Desta forma cunhamos o termo *Dispositivo de Necrodocência*: as políticas de morte ao professor como sujeito do conhecimento.

Aqui evidenciamos os alguns elementos que constituem os liames do *Dispositivo de Necrodocência* como as ações estratégicas utilizadas para suprir a falta de professores nas escolas de Educação Básica, as tecnologias de “vídeoweb”, as relações interpessoais na escola, as políticas públicas e curriculares, a dispersão dos discursos sobre a profissão na mídia, a legitimação de atores para assumir as vozes das docências, etc., que como podemos perceber são produtos de saber, de poder e de ética atuando e agenciando a docência e, assim, a partir de elementos heterogêneos do próprio dispositivo, fabricam a morte da docência como profissão que tem como mote a produção/construção do conhecimento.

Neoconservadorismo e a produção de uma docência do (des)conhecimento

Um dos elementos do *Dispositivo de Necrodocência* é a condução de condutas a partir de diferentes estratégias como o controle curricular estabelecido pelos documentos

³⁰ Em termos foucaultianos, o racismo é uma tecnologia destinada a permitir o uso do biopoder. (MBEMBE, 2018)

oficiais. Segundo Foucault (2014, p. 41), “a educação é uma forma de manter ou modificar a apropriação dos discursos”, por sua vez o currículo, não é somente o que fazemos as coisas, mas o que as coisas que fazemos fazem a nós (SILVA, 1999). Portanto a estruturação de currículos, mais do que a organização de uma gama de conteúdos que devem ser ministrados nas escolas, se constitui como uma forma de conduzir o processo educacional no país, controlar o que é dito, pode ser dito e permanece dito no currículo é uma das mais eficientes e necessárias formas de controle do discurso e, assim, das verdades que supostamente nele se encontra. Nesses complexos jogos de poder acerca da arena educacional, ganha visibilidade, dentro da lógica neoliberal, já articulada ao discurso pedagógico, o neoconservadorismo que, a partir de diferentes articulações, se impõe como um movimento social legítimo nas discussões acerca da formação escolar. A condução de condutas pode ser compreendida como um ato de governo, ou seja,

[...] governar não é *impor* uma conduta ou conjunto de condutas, mas orientar, conduzir as condutas das pessoas [...] são práticas dessa natureza que levarão a um processo de se pensar e praticar o Estado como uma arte de governar, como uma prática de condução da conduta de seus cidadãos. (CARVALHO E GALLO, 2020, p. 149)

Nessa direção, podemos considerar o Movimento Escola sem Partido (MESP), como um tentáculo desse grupo que já produziu diversos efeitos na constituição curricular nacional e na conduta de professoras nas salas de aula do país. O MESP foi criado pelo advogado Miguel Nagib no ano de 2004 e tem por objetivo incluir nas diretrizes que norteiam a educação nacional o Programa Escola sem Partido, onde os professores devem seguir, em sala de aula, seis (**imagem 5**) orientações sobre como se comportar, em sala de aula, cerceando a liberdade de expressão do mesmo relativos temas de cunho políticos-sociais Assim, na defesa do projeto podem ser percebidas algumas enunciações acerca da necessidade de um ensino pautado na (suposta) neutralidade na discussão de determinados temas, na tentativa de impedir debates sobre as questões de gênero e sexualidade, de tornar difusa a história nacional da era de chumbo e, ao contrário, trazer ao currículo orientações não laica e de sociedades de neoliberais organizadas em torno do capital.

Imagem 4: Cartaz Escola sem Partido



Fonte: <http://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>

Embora o MESP, no Brasil, tenha surgido em meados dos anos 2000, podemos afirmar que movimentos nesse sentido já existiam antes nos EUA, como o exemplo do *Monkey Trial* (Julgamento do Macaco) que aconteceu em meados de 1925 no estado do Tennessee, onde um professor de Biologia, foi condenado a pagar multa e impedido de lecionar aulas nas escolas locais, por explicar em sala de aula a Teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin. Nesse caso específico, o docente teria infringindo a *Lei Butler Act*³¹ que definia um código de conduta, baseado em questões morais e religiosas, para os funcionários públicos, no entanto a partir desse episódio, alguns estados como a Flórida e o Mississippi começaram a adotar a mesma lei.

O documento cerceava o direito de professores contestarem o criacionismo em sala de aula e impedia que a teoria evolucionista fosse ensinada nas escolas mantidas pelo estado. Embora saibamos que o caso do Tennessee ocorreu em um estrato histórico diferente dos dias atuais, há algumas regularidades no MESP que podem ser comparadas ao caso *Monkey Trial*, pois segundo Deleuze (2013), os estratos são formações históricas

³¹ A Lei Butler Act foi revogada em 1967 e a partir disso, uma ementa constitucional foi criada a fim de impedir que o Estado imponha regras na educação pautadas em dogmas religiosos.

produzidas no dizível e no visível não sendo preexistentes aos enunciados que a exprimem, pois se constituem como o próprio saber de uma época.

O movimento tenta conduzir os atos de fala, colocando em ordem um discurso neoconservador já percebido anteriormente em outros momentos históricos na busca por legitimar determinados tipos de conhecimento em detrimento de outros. Numa perspectiva foucaultiana vale lembrar que o embate se dá em torno do discurso, este “é o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10). A noção de neoconservadorismo poder ser compreendida a partir do conceito de Aliança Conservadora cunhado por Michael Apple (2002)³² que busca analisar as políticas produzidas pela articulação de diferentes grupos (neoliberais, neoconservadores, populistas-autoritários e nova classe média profissional) que, às vezes possuem com objetivos e perspectivas diferentes), onde o neoliberalismo pode ser considerado o eixo que mantém esses grupos alinhados.

É preciso ressaltar que o conceito de Aliança Conservadora pode ser compreendida como uma lente que busca analisar como surgem esses diferentes grupos nos Estados Unidos e como estes se comportam como incorporam em suas narrativas o discurso empresarial. Segundo Lima e Hipólito (2019), é possível perceber diversas características entre os grupos neoconservadores estadunidenses e brasileiros. Em alguns aspectos, os neoconservadores se aproximam dos liberais por defenderem que a interferência do governo nos programas sociais geram prejuízos à produtividade do país e que estes desestimulam o trabalho e a inovação por parte da população. Destaca-se que os movimentos neoconservadores não são exclusivos do Brasil, mas, antes disso, se constituem como grupos sociais, disputando modos de sociedade em diferentes culturas/países. Nesse sentido, o neoconservadorismo se constitui enquanto o grupo que defende a valorização das tradições culturais na busca pelo resgate do tradicionalismo dando ênfase às questões acerca da moralidade.

Assim, o documento produzido pelo MESP pode ser compreendido como um limiar que produz uma torção sobre o entendimento do papel da escola, pois dentro do conjunto de regras mencionadas no documento está previsto que “*o professor respeitará*

³² O conceito de Aliança Conservadora cunhado pelo pesquisador Michael Apple aparece no artigo “ENDIREITAR” A EDUCAÇÃO: as escolas e a nova aliança conservadora, publicado no ano de 2002 (volume 2; nº 1) da revista **Currículo sem fronteiras**.

*o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções*³³” tendo como justificativa o fato de que

[...] professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (MESP, Escola sem partido, 2019, <http://escolasempartido.org/>)

Alguns pontos podem ser problematizados diante dessa perspectiva, pois é sabido que nas escolas de Educação Básica há uma heterogeneidade de modelos familiares, ou seja, o grupo de pais de uma escola se constitui como um conjunto de pessoas que possui diferentes percepções acerca da política e dos modos de ser/estar no mundo e, nesse sentido, cabe destacar a quase impossibilidade de alguns temas relacionados à moral/ética não entrarem nas discussões em sala de aula.

Cabe considerar qual o papel das escolas de Educação Básica (particularmente as escolas públicas) no debate de temas de cunho social-cultural que transcendem as crenças/verdades de cada família em específico, pois além de serem previstos nos documentos legais que orientam a educação no país, são significativos na formação dos estudantes enquanto sujeitos pertencentes à uma sociedade cada vez mais heterogênea. Além disso, é possível perceber um tensionamento entre o que propõe o MESP e outros documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (DCNFP - BRASIL, 2019b), pois neste está previsto no Art. 6º que a política de formação docente tem como princípios:

[...]a compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural;
[...] a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. (BRASIL, 2019b)

A tentativa de cercear essas discussões no âmbito escolar ou pautá-las na instituição familiar se configura como um embate acerca do currículo, entendendo que este é em si um campo de disputas, visto que, mais do que uma ordenação de conteúdos, se trata de formação de sujeitos e, nessa direção, Lopes (2015), aponta que ele nunca é produzido em uma única direção, mas sim resultado de diferentes discursos (mercado, qualidade de ensino, cidadania, emancipação, etc.) que disputam significações. Nesse embate específico, o conhecimento científico cede espaço as crenças religiosas

³³ A frase destacada se refere a um dos deveres do professor em sala de aula e está presente no cartaz que o projeto propõe colar nas salas de aula das escolas de Educação Básica.

individuais, estabelecendo na escola um trabalho docente “controlado” por discursos neoconservadores. É preciso lembrar que o currículo é sempre alvo de disputas,

Logo, considerando o currículo como um elemento na constituição e subjetividades e que o sujeito pedagógico não se dá fora do currículo, a docência e a função que esta ocupa na malha pedagógica se dá no interior das agências de controle, ou seja, segundo Díaz (1998), o dispositivo pedagógico pode ser definido como um regulador simbólico das posições dos sujeitos da educação. Nesse sentido, há uma disputa da legalidade do que pode ou não pertencer ao currículo, portanto o MESP cria um projeto de lei para se apossar dessa narrativa. Assim, com o avanço do conservadorismo no país, o currículo, então, opera como uma espécie de *máquina de guerra*³⁴ (MBEMBE, 2018) sendo um colonizador do trabalho docente, descaracterizando-o como um produtor de conhecimento, o que provoca uma rachadura na relação professor/estudante a partir de processos de vigilância/punição/autocensura.

O processo de controle do MESP, *vigiar e punir* sobre a ação docente – trabalho - e o conhecimento na amálgama ciência-escola produz diversos efeitos, entre eles a descaracterização do que se compreende sobre a profissão docente. Segundo Ramos do Ó (2006), a educação sempre teve o objetivo de agir sobre corpo e alma dos sujeitos da escola e, nesse sentido, o embate entre os documentos legais e o que sugere o MESP se dá nos processos curriculares, ou seja, pelo tipo de sujeito se quer formar dentro das instituições escolares.

A criação do documento do MESP e a visibilidade que este foi ganhando nas diferentes mídias, produziu no ambiente escolar um sentimento de panóptico nas práticas da sala de aula, produzindo relações cada vez mais tensionadas entre professores e alunos, fabricando uma *Política de Inimizade*³⁵, a docência inimiga da moral familiar. A visibilidade dada ao projeto do MESP produziu diversos efeitos, entre eles a proposta da Deputada Estadual pelo PSL de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo³⁶ de que os

³⁴ O conceito de Máquina de Guerra cunhado por Mbembe em seu ensaio *Necropolítica* é inspirado na produção de Gilles Deleuze e Félix Guatarri em *Capitalismo e Esquizofrenia* (1973). “As novas ‘máquinas de guerra’ perpetuam mosaicos de direitos de governar e organizações heterônimas nos conflitos que contribuem para a perpetuação do necropoder” (MARQUES e PEREIRA, 2018, p. 159)

³⁵ Aquile Mbembe, em seu livro *Políticas de Inimizade* (2017), procura debater a questão das fronteiras e dos refugiados de guerra a partir de uma óptica filosófica que busca compreender as tensões da atualidade a partir de lentes analíticas que tomam a raça como eixo. Nesse sentido, o autor faz uma leitura acerca da “defesa da civilização”, apontando que esta, na contemporaneidade, se dá a partir da exacerbação do nacionalismo, de diferentes racismo de Estados e da suspensão dos direitos civis, constituindo as políticas baseadas na inimizade, ou seja, na criação de sujeitos inimigos da produtividade e da civilidade, com isso, justificando as tentativas de desmonte da democracia e dos direitos civis.

³⁶ Ana Caroline Campagnolo foi eleita Deputada Estadual do estado de Santa Catarina pelo partido PSL (Partido Social Liberal) em 2018, evangélica e professora de História no município de Chapecó – RS,

alunos filmassem, em forma de denúncia, os professores que estivessem fazendo manifestações político-partidárias em sala de aula. Diante disso, é possível se questionar sobre o entendimento de grupos neoconservadores acerca do papel do professor para/na escola, pois, considerando o discurso como uma prática, a disputa pela “neutralidade” do mesmo, em sala de aula, se torna um elemento estratégico no processo de desprofissionalização docente e opera nas práticas docentes na produção de uma autocensura. Segundo o próprio movimento, o documento ESP visa evitar o “abuso da liberdade de ensinar” e que tem como objetivo informar aos alunos o direito que têm de não serem “doutrinados” por seus professores, pois é preciso “informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar” (ESP- site³⁷), se configurando como um movimento que busca instituir uma educação baseada na coerção e na vigilância acerca dos modos de ser docente.

Além disso, é preciso ressaltar que esses grupos, atuando nos interstícios de toda a malha social possuem uma articulação que limita muito qualquer processo de resistência, visto que há uma tentativa de descaracterizar os saberes docentes e produzir um currículo que negue diferentes existências e que tenha como mote formar sujeitos padronizados. Um dos efeitos da proliferação das perspectivas do MESP podem ser percebidas no texto da BNCC, onde a palavra gênero é retirado do documento uma clara tentativa de silenciamento acerca das discussões sobre gênero e sexualidade na escola, tendo em vista que o MESP enuncia a importância de uma educação pautada na moralidade judaico-cristã e que esta seja feita pela família.

Em um dos artigos encontrados na página do MESP, o texto apresenta a “denúncia” realizada pelos pais contra uma escola de Belo Horizonte por discussões acerca de gênero, como título do artigo é *MP processa colégio particular de BH por martelar ideologia de gênero na cabeça dos alunos*³⁸ e mostra o modelo de uma petição inicial proferida pelo Ministério Público de base modelo para os pais poderem processar a escola de seus filhos, caso se sentirem desrespeitados. Além disso, o artigo traz algumas considerações sobre o que entende acerca das discussões de gênero, contrapondo as teorias de Simone de Beauvoir e Judith Butler.

[...] Como se vê, não resta dúvida de que a Teoria de Gênero afronta a natureza humana e para confirmar tal assertiva, basta tomarmos como exemplo a figura

publicou nas suas redes no dia 28 de outubro após a eleição do Jair Bolsonaro. Foi criada uma petição online com 200 mil assinaturas denunciando a medida proposta pela deputada.

³⁷ <http://escolasempartido.org/>

³⁸ Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/mp-processa-colegio-particular-de-bh-por-martelar-ideologia-de-genero-na-cabeça-dos-alunos/>

do incesto, desabridamente defendido por Firestone e tido como um tabu pela nossa sociedade.

Sendo assim, é interessante notar como a Teoria do Gênero, que tem como principal objetivo subverter a heteronormatividade social, vem sendo disseminada no mundo e, particularmente, em nosso país sempre com um viés “técnico” e não político, tudo com o objetivo de escapar de uma discussão mais ampla na sociedade, permanecendo como uma emanção de burocratas e de nichos de intelectuais e sábios eruditos, notadamente dos meios acadêmicos e educacionais [...]

Outro aspecto relevante foi o movimento de protestos, em 2017, contra as palestras sobre democracia da filósofa Judith Butler no Brasil, numa tentativa de invisibilizar as discussões acerca de gênero e sexualidade, pedindo o fim do que compreendem por “ideologia de gênero”. A reportagem realizada pela Revista Veja com o título “Protestos marcam palestra da filósofa Judith Butler no Sesc” mostra a imagem de uma boneca com o rosto de filósofa sendo queimada.

Imagem 5: Imagem do protesto contra Judith Butler



Fonte: Revista Veja

De acordo com a pesquisa de Sobral e Carvalho (2020), o termo “gênero” aparece na BNCC 49 vezes, porém nenhuma delas para tratar de questões como violência contra a mulher e LGBTQIA+, ou seja, podemos observar a tentativa por parte de grupos religiosos e conservadores de silenciar as narrativas e as discussões em sala de aula sobre o tema, visto que a BNCC se constitui como um orientador curricular da Educação Básica. Assim, além da regulamentação e da burocratização que o professorado vem sofrendo, há ainda movimentos de apagamento do mesmo com relação à “autonomia” dentro da sala de aula. Embora saibamos que a noção de autonomia, numa perspectiva foucaultiana, perpassa por todos os atravessamentos que as relações de poder produzem no sujeito, aqui falamos de um processo de silenciar o professor de forma mais contundente.

Nessa perspectiva é preciso compreender que a problemática desse tipo de regulação produz efeitos nos processos de subjetivação, tanto de alunos quanto dos próprios docentes. Segundo Popkewitz (1998), sendo a pedagogia um local perpassado por diferentes racionalidades políticas, a regulação se dá não só pelo estado, mas por múltiplas capilaridades discursivas da sociedade. Nesse caso, os embates de força produzidos pelo MESP coloca o campo educacional em uma posição quase exterior à produção do conhecimento, tendo em vista que a busca por uma educação imbricada numa pedagogia moralitúrgica³⁹ (HORN e LOGUERCIO, 2021) pode instituir o desaparecimento de enunciações e produções acadêmicas no âmbito escolar.

Embora, numa primeiro momento nos pareça que o MESP vem perdendo espaço e legitimidade no campo educacional, é preciso destacar que a movimentação dos sujeitos que apoiam as políticas defendidas pelo movimento continuam se dispersando. Podemos perceber isso, quando em 2021, em Santa Catarina é aprovado um decreto que proíbe o uso de pronome neutro nas escolas públicas e privadas do estado. A matéria publicada no G1⁴⁰ no dia 18 de Junho de 2021, mostra que:

O decreto estabelece que documentos escolares oficiais, provas, grade curricular, material didático, comunicados e editais de concursos "não trarão novas formas de flexão de gênero e de número das palavras" e obriga uso da norma culta da Língua Portuguesa [...] Após o anúncio do decreto, a deputada estadual Ana Caroline Campagnolo, apoiadora do presidente Jair Bolsonaro, afirmou em uma rede social que a decisão evita prejuízos educacionais provocados pela aberração linguística que chamam de 'linguagem de gênero neutro'.

No que tange propriamente à profissão docente, cabe destacar que, de acordo com grupos à favor do MESP, o professor deve ser responsável unicamente pelo ensino de conteúdos e não na educação de forma mais ampla, se tornando um instrutor de materiais didáticos produzidos fora do ambiente escolar. Entendemos que esses embates produzem efeitos nos modos como os professores se veem diante da sociedade e, segundo Garcia (2010, sem página), os modos de ser docente podem ser compreendidos como

um processo de identificação e diferenciação, não fixo e provisório, que resulta de negociações de ordem simbólica que os professores realizam em meio a um conjunto de variáveis como suas biografias, as relações e condições de trabalho, a história e a cultura que caracteriza a docência enquanto atividade profissional [...]

³⁹ HORN, Graciela Bernardi; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. **O Dispositivo Moralitúrgico em uma Escola Pública Brasileira**. 2021. 150f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-graduação de Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

⁴⁰ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/06/18/governo-de-sc-proibe-linguagem-neutra-em-escolas-publicas-e-privadas.ghtml>

Assim, perspectivando currículo e docência, considerando que, segundo Silva (1996), o currículo é o espaço onde se condensam as relações de saber poder na produção de subjetividades e o embate pela produção de verdades na escola, fragiliza a profissão docente em sua posição de sujeito formador e inviabiliza o professor como um sujeito intelectual capaz de produzir diferentes tipos de conhecimento. Logo, compreendemos que movimentos como o do Escola sem Partido, articulados com a produção curricular da BNCC, se constituem como um elemento do *Dispositivo de Necrodocência*, ferindo o professor no seu campo de trabalho e enquanto ponto de inflexão importante na constituição de uma sociedade mais democrática.

Considerações Finais

Levando em consideração os aspectos levantados no presente artigo, acreditamos que o *Dispositivo de Necrodocência* é um conceito potente quando o objetivo é analisar as práticas que produzem a docência nos dias atuais e, mais especificamente, no Brasil. É possível compreender que os diferentes elementos destacados nesse texto como o Movimento Escola sem Partido (MESP) se interpelam produzindo modificações acerca do discurso pedagógico e com isso realocam o professor em uma posição de executor, produzindo no mesmo a morte enquanto sujeito do conhecimento, acelerando a proletarização da docência.

Dessa forma, compreendemos que a articulação de diferentes elementos relacionados às políticas voltadas para a educação é dada de forma estratégica e que, operando de maneiras heterogêneas, acabam por afastando a docência de sua posição de construtora de conhecimento. Nesse sentido, cabe destacar que as políticas públicas legitimam esses processos a partir de enunciações sobre a posição do sujeito docente na sociedade, assim, é necessário problematizarmos como estão se dando os movimentos que compõem o que conceituamos como *Dispositivo de Necrodocência* e como este vem operando na produção dos modos de ser professor na contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Ed. Unochapecó, 2010, 92 p.

BRASIL.CNE/CEB. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2017.

BRASIL. CNE/CP. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores. Brasília, 2019b.

BRASIL. CNE/CEB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL.CNE/CEB. Resolução nº 13.005 de 25 de Junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília. jun. de 2014.

BRASIL.CNE/INEP. Resumo técnico do censo da Educação Superior 2017. Brasília, 2019.

CARVALHO, Alexandre Filordi de.; GALLO, Sílvio. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p. 146-160, 2020.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013. 142 p.

DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Editora Vega – Passagens, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes.; SIQUEIRA, Romilson Martins. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **RBPAE**. v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai./ago. 2019

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 84-94 – maio/ago 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 74 p.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 541 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 175p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 431 p.

GALLO, Sílvio. A Educação entre o governo dos outros e o governo de si. In: RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 211-225.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude**, n. 12, v. 7, p. 194 - 210, Jan./Jun. 2016.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Retratos da Escola**. Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019

LEITE, Maria Cecília Lorea.; HYPOLITO, Álvaro Moreira.; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. Imagens, docência e identidade. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p. 319-335, maio-ago, 2010.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, p. 20-33, nov. 2018.

- LIMA, Iana Gomes de.; Hypólito, Álvaro Moreira.; A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-15, 2019.
- LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 21, n. 45, p. 445-466, maio/ag. 2015.
- LOPES, Alice Casimiro.; CUNHA, Erika Virgílio Rodrigues da.; COSTA, Hugo Heleno Camilo. DA RECONTEXTUALIZAÇÃO À TRADUÇÃO: investigando políticas de currículo. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 392-410, set/dez. 2013.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 184p.
- MARCELLO, Fabiana de Amorim. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos maternos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 199-213, jan/jun, 2004
- MARQUES, Matheus Sousa.; PEREIRA, Tainah. Mbembe, Achille. Necropolítica. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1 jan/jun, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018, 71 p.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014, 306 p.
- MBEMBE, Achille. (2017). **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017. 250 p.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica, una revisión crítica. In: MC GREGOR, Helena Chávez. **Estética y violencia: necropolítica, militarización y vida lloradas**. México: Muac, Impresos Trece, 2012, 159 p.
- MOREY, Miguel. La cuestion del método. In: FOUCAULT, Michel. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. 1 ed. Buenos Aires: Paidós, 2008. p. 9 – 44.
- NOGUERA, Renato.; SEIXAS, Rogério Luis.; ALVES, Brunior Francisco. A necropolítica na eminência do devir-negro do mundo. **Voluntas Revista Internacional de Filosofia**, Santa Maria, v. 10, p. 150-167, 2019.
- OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 141 p.
- OSÓRIO, Mara Rejane Vieira. UAB e a casa do professor: enredando condutas docentes nas teias da formação ao longo da vida. In: OSÓRIO, Mara Rejane Vieira; GOMES, Vanise dos Santos. **Formação, Experiência Docente e Práticas Escolares**. 2.ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2014. p. 65 - 86.
- POPKEWITZ, Thomas S. Reforma Educacional e construtivismo: o estado como uma problemática de governo. In: SILVA, Tomaz Tadeu.; ROSE, N.; LARROSA, J.; LOURENÇO M. V.; POPKEWITZ, T. S.; WALKERDINE, V. **Liberdades Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas do governo do eu**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988. p. 135 – 142.
- RESENDE, Haroldo de. A Educação por toda a vida como estratégia de biorregulação neoliberal. In: RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 77-94

ROCHA, Nathália Fernandes Egito.; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Base Nacional Comum Curricular: os discursos sobre a docência. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 203-217, jan./mai. 2019.

SOBRAL, Marcos Paulo de Oliveira.; CARVALHO, Maria Eulina de.; Notas introdutórias sobre o lugar do gênero e da sexualidade na base nacional comum curricular. **XXV EPEN** - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, UFBA, Bahia, 2020.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **Dispositivo: um solo para a subjetivação**. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 16-22, set/dez, 2006

ARTIGO III

A REVISTA NOVA ESCOLA COMO FIO ESTRATÉGICO EM UM DISPOSITIVO QUE FABRICAÇÃO DA DOCÊNCIA

Josiele Oliveira da Silva

Rochele de Quadros Loguercio

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as práticas discursivas presentes na **Revista Nova Escola** sobre a docência. A construção e análise dos dados se deu a partir da perspectiva foucaultiana de *prática epistêmica* onde a produção de um saber se dá sempre permeada por relações de poder. Entendendo a mídia como um dos elementos do *Dispositivo de Necrodocência*, o trabalho tem como foco principal realizar uma análise das publicações digitais da revista no período de janeiro à dezembro de 2018, afim de compreender como a produção midiática da revista opera como produtora de modos de ser docente. Observou-se que os discursos sobre a profissão docente são dispersados pelas diferentes mídias e mais especificamente pelas mídias endereçadas a esse grupo profissional, muitas vezes corroborando com a morte do professor enquanto sujeito do conhecimento.

Palavras-chave: profissão docente; Dispositivo de Necrodocência, mídia

Abstract: This paper aims to analyze the discursive practices present in the Nova Escola Magazine about teaching. The construction and analysis of the data were based on the foucaultiana perspective of epistemic practice where power relations always permeate the production of knowledge. Understanding the media as one of the elements of the Necroteaching Dispositive, the focus of this work is to analyze the digital publications of the magazine from January to December 2018, in order to understand how the media production of the magazine operates as a producer of ways of being a teacher. It was observed that the discourses about the teaching profession are dispersed by different media and more specifically by the media addressed to this professional group, often corroborating the death of the teacher as a subject of knowledge.

Keywords: teaching profession; Necroteaching Dispositive, media,

Introdução

Na contemporaneidade, podemos considerar a mídia como um dos campos discursivos privilegiados no que tange à dispersão dos discursos, pois esta interpela diferentes campos produzindo efeitos na construção dos sujeitos em diferentes posições de poder. Neste trabalho, olhamos para as produções midiáticas ancoradas em Fischer, compreendendo-as como uma trama que produz visibilidades e enunciabilidades na constituição de verdades sobre os modos de existência. Considerando os efeitos de dispersão produzidos pela mídia em seus diferentes modos (mídia televisiva, escrita, redes sociais, etc.), compreendemos que esta atua como um elemento que, no caso da profissão docente, normaliza e produz a docência, provocando nos professores desejos por determinados tipos de condutas ou “modos de ser” professor, logo é possível afirmar que a fabricação docente se dá também a partir/nas mídias.

Além disso, pontuamos que a mídia faz parte de um dispositivo do qual chamamos de *Dispositivo de Necrodocência*⁴¹: elementos heterogêneos se interrelacionando para a produção da morte do professor, mais especificamente como sujeito do conhecimento. O conceito foi criado a partir dos conceitos de dispositivo (FOUCAULT, 2015) e Necropolítica (MBEMBE, 2018). No caso da docência, é possível pensar em como se dá a visibilidade da docência nesse campo, logo o sujeito docente é construído socialmente em um determinado tempo histórico, cujas rupturas ocorrem nos modos de saber ou ainda nas condições de possibilidade para que discursos sobre a docência se tornem verdadeiros. Nessa perspectiva, é possível perceber que a escola, assim como, a profissão docente não possuem uma essência e que se constroem nas práticas sociais a partir de processos de subjetivação, pois a mídia coloca em ação algumas estratégias na condução de condutas.

No presente artigo iremos analisar um pouco mais detidamente as práticas discursivas, pois um dos nossos principais documentos da análise é a **Revista Nova Escola** da Fundação Lemann. Construimos e analisamos os dados a partir da perspectiva de *Prática Epistêmica* de Foucault onde a produção dos saberes não se dá fora das estratégias de poder, onde operam sistemas os quais determinam o que é possível falar e não falar dentro de determinadas redes discursivas ou posições de sujeitos. É preciso ressaltar que os embates saber-poder na formação dos discursos não estão escondidos, aparecem em enunciados e relações que o próprio discurso põe em funcionamento.

⁴¹ O conceito de Dispositivo de Necrodocência é explicado/construído no artigo “O *Dispositivo de Necrodocência* e seus efeitos na profissão docente”.

Entendendo a mídia como um dos elementos do *Dispositivo de Necrodocência*, o trabalho tem como objetivo analisar as publicações digitais da **Revista Nova Escola** de Janeiro à dezembro de 2018, período posterior à publicação do documento o qual orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular BRASIL, 2017), onde foi possível perceber como os discursos trazidos pela revista cooperam para o alinhamento do emaranhado de práticas que engendram o dispositivo.

O professor e a visibilidade da profissão docente nas mídias

Como já mencionado, os “modos de ser” professor são constituídos em discursos de diferentes setores da sociedade que abordam a escola e os sujeitos que a constituem, sendo a mídia um campo discursivo que produz e atravessa outras discursividades como a política, a ciência, a pedagogia, etc. Nesse sentido, a mídia opera acionando algumas verdades já alicerçadas historicamente e para isso invoca algumas produções de saber/poder de diferentes âmbitos sociais. Assim, podemos compreendê-la como máquina produtora de assujeitamentos que, atravessando o tecido social, fabrica determinados modos de ser e se reconhecer professor na atualidade. Com relação à docência, é possível afirmar que a mídia envolve a docência a partir da visibilização de alguns aspectos, pois não é raro assistirmos filmes que abordam e propagandas que remetem à profissão docente, séries de TV que representam professores em atividade na escola ou em espaços não convencionais de ensino, páginas em redes sociais que discutem a profissão e até mesmo mídias produzidas diretamente para os professores e para a escola, como é o caso da **Revista Nova Escola**, da Fundação Lemann.

É possível perceber o discurso midiático (seus textos, suas imagens, suas cenas) como uma trama de enunciabilidades e visibilidades a qual se aproxima e se apropria de outros discursos, legitimando assim, verdades hegemônicas sobre determinados tipos de sujeito. Nessa direção é possível pensar a mídia e “suas práticas de produção e circulação de produtos culturais constituiriam uma espécie de reduplicação das visibilidades de nosso tempo” (FISCHER, 2002a, p. 86). Além disso, compreendemos a mídia, inspiradas em Fischer (2002a), como um jogo complexo que se opera entre criadores e receptores, passando por todos os outros níveis (produção técnica, atores, etc.) e em diferentes condições de recepção e criação.

Pesquisar a partir de uma perspectiva pós-crítica e, mais especificamente, foucaultiana requer a compreensão de que a produção de enunciações e visibilidades sempre se dá imbricada nas relações de saber-poder. No caso desse trabalho, construímos

e analisamos a materialidade a partir da noção de *prática epistêmica*, levando em conta as enunciações que emergem em meio a dispersão dos discursos os quais surgem na mídia e em outros espaços. Entende-se por *episteme*, as condições de possibilidade de diferentes discursos serem proferidos em uma determinada época, ou seja, o conjunto de relações que liga tipos de discursos e que corresponde a uma dada época: as práticas discursivas.

Desse modo, se faz necessário atentar para os arquivos e tentar perceber, a partir dos discursos, como as leis, manuais, ou seja, o saber de uma determinada época produzia modos de ser nos sujeitos a partir da função enunciativa. Fazer uma análise sobre mídia e profissão docente requer olhar a heterogeneidade do dito e do visível nesse campo discursivo, tentando abrir “rachaduras” nas produções midiáticas, tentando perceber, também, as relações de saber-poder implicadas nesse processo de produção/recepção.

Se o visível e o enunciável entram em duelo, é na medida em que suas formas respectivas, como formas de exterioridade, de dispersão ou de disseminação, transformam-nos em dois tipos de “multiplicidade”, nenhum dos quais pode ser reduzido a uma unidade: os enunciados só existem numa multiplicidade discursiva, e as visibilidades numa multiplicidade não-discursiva. (DELEUZE, 2013, p. 90)

Assim, ao falar do trabalho docente de professores da Educação Básica, precisamos considerar que estas são atravessadas pelo discurso pedagógico e científico e que esses atravessamentos produzem efeitos nos modos como esses professores se veem na sociedade, assim como em seu trabalho nas escolas. Nessa direção, a mídia opera como produzindo e legitimando modos de existência no que tange à profissão docente, operando como um “Dispositivo Pedagógico da Mídia” (FISCHER, 2002b). A autora desenvolveu o conceito de “Dispositivo Pedagógico da Mídia”, ancorada no conceito de *dispositivo* em Michel Foucault, a fim de mostrar os modos que operam a mídia na participação da constituição de sujeitos e subjetividades, ensinando às pessoas modos de ser e estar numa dada cultura.

Longe de entender unilateralmente a força da mídia, tento mostrar como estão em jogo, no processo de comunicação por meio da TV, múltiplas e complexas questões relacionadas às formas pelas quais produzimos sentidos e sujeitos na cultura. (FISCHER, 2002b, p. 153)

É preciso ressaltar que para Foucault os sujeitos são construídos em um determinado tempo histórico e isso se dá, também, a partir das verdades (atravessadas por relações de saber-poder) que, de diferentes formas, constroem subjetivações e determinados tipos de condutas para as posições que esse sujeito ocupa na sociedade.

No âmbito específico das práticas escolares, o próprio sentido do que seja “educação” amplia-se em direção ao entendimento de que os aprendizados

sobre modos de existência, sobre modos de comportar-se, sobre modos de constituir a si mesmo – para os diferentes grupos sociais, particularmente para as populações mais jovens – se fazem com a contribuição inegável dos meios de comunicação. Estes não constituiriam apenas uma das fontes básicas de informação e lazer: trata-se bem mais de um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações – relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiências, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante. Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas. (FISCHER, 2002b, p. 153)

No que diz respeito às produções discursivas e não-discursivas da mídia acerca da profissão docente, a Revista Nova Escola pode ser um exemplo de como os discursos sobre os “modos de ser” professor tangenciam o trabalho docente, delineando padrões muitas vezes almeçados pelos mesmos com relação à sua posição na educação escolar. Segundo Gadelha (2009), o sujeito em Foucault é uma invenção moderna, historicamente situada e agenciada a partir de processos políticos e mecanismos de subjetivação. Nessa direção, é possível afirmar que a mídia também atua na fabricação dos modos de ser professor na contemporaneidade, (re)produzindo enunciados os quais foram (e são) legitimados sobre a profissão. É importante ressaltar que o sujeito não é passivo nesse processo, pois o mesmo ocorre em meio a relações complexas na produção de modos de ser/estar na sociedade.

Segundo Fischer (2002b), Foucault relacionava o termo subjetividade com as experiências que o sujeito faz de si mesmo, na relação consigo e em meio aos jogos de verdade que vão modulando modos de ser. Para a mesma autora, essas experiências são visíveis nas técnicas propostas por espaços institucionais, onde o sujeito é convidado “a observar-se e a reconhecer-se como um lugar de saber e de produção de verdade” (FISCHER, 2002b, p. 154). Desse modo, é possível prever que as enunciações acerca da profissão aparecem na mídia, já interpeladas por narrativas expressas em outros campos discursivos, atuam na produção de subjetividades, onde os professores tentam ajustar-se a determinados modos “salvacionistas” de ser, no compromisso de educar crianças, jovens e adultos.

A Revista Nova Escola e os modos de ser docente nos dias atuais

Olhar para os modos de ser professor numa perspectiva foucaultiana, requer compreender que tanto os discursos presentes nos documentos oficiais, quanto os que circulam em outros espaços (como as mídias), operam na fabricação da docência,

subjetivando os sujeitos escolares, principalmente os professores em atividade. Se compreendermos a mídia como elemento constitutivo de uma tecnologia política atuando na condução de condutas docentes, podemos afirmar que a mídia “coloca em movimento um conjunto de estratégias [...] na intenção de capturar os sujeitos” (OSÓRIO, 2014, p. 71) e com isso institui como adequado determinados aspectos no que tange à docência e ao trabalho de professores. Nessa direção, Garcia, Hypolito e Vieira (2005), apontam que os professores são interpelados por discursos que dizem como devem ser e agir para que sejam mais competentes e notáveis em sua profissão. Os possíveis atravessamentos produzidos a partir dos discursos midiáticos sobre a profissão fazem com que o professor circunscreva para si um conjunto de características desejadas com relação a seu trabalho nos dias atuais.

Nessa direção, é possível afirmar que a mídia pode ser considerada um elemento do *Dispositivo de Necrodocência*, uma vez que ela pode ser tida, também, como uma estratégia na condução de condutas, utilizando de imagens, vídeos e textos produzindo nos docentes desejos e aspirações no que diz respeito ao exercício de sua profissão: empreendedorismo, esforço, amor, entrega à profissão, etc. Como já dito anteriormente, a mídia (re)produz e legitima proposições acerca dos modos de existência e faz isso alicerçada em diferentes campos discursivos atuando na produção de condutas, ora (re)produzindo saberes sobre a docência, ora dando visibilidade à determinados tipos de saberes.

[...] A subjetividade demandada da professora e do professor é montada, moldada e regulada por meio da ativação nela/e de motivações, desejos, esperanças e sonhos pessoais e profissionais, individuais e coletivos. Argumento que as técnicas a que recorre esse discurso curricular são, em sua maior parte, suaves e românticas, mas nem por isso menos eficientes no processo de governo desses indivíduos. (PARAÍSO, 2006, p. 97)

A partir da compreensão de que a mídia é um elemento do *Dispositivo de Necrodocência* e de que os textos produzidos nesse campo discursivo podem ser considerados produtores de condutas docentes, no presente trabalho decidimos analisar reportagens da **Revista Nova Escola** no período de Janeiro à Dezembro de 2018 que tenham alguma conexão direta com a docência. A escolha do período de análise se deu baseada na publicação da Resolução CNE/CP nº2, do dia 22 de Dezembro de 2017, a qual institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular nas escolas de Educação Básica do país a fim de tentar perceber algum indício de orientação a professores em vistas de atender a política curricular. Assim, selecionamos reportagens que, juntamente com discursos de outros campos, produzam efeitos nos modos como os

professores se veem e atuam na sociedade contemporânea. Como já apontado anteriormente, os “modos de ser professor”, compreendidos a partir da produção de discursos, não devem ser vistos como algo fixado ou essencial, mas sim o resultado de uma construção social e, desta maneira, intrinsecamente ligados às posições que o professor ocupa e as representações sobre seu papel social.

Segundo Paraíso (2006, p. 97) “o currículo da mídia educativa inventa meios ou tecnologias para governar as/os professoras/es, para subjetivar, para moldar ou orientar suas condutas nas direções desejadas”. Nessa direção, pode-se compreender a **Revista Nova Escola** como uma mídia que, a partir de suas reportagens, entrevistas, proposições sobre metodologias de ensino nas diferentes disciplinas/áreas pode ser considerada como produtora de verdades acerca do cotidiano da escola e sobre os “modos de ser” professor. Antes de analisar as reportagens, faz-se necessária uma breve apresentação da revista. A Revista Nova Escola nasce no ano de 1986 pela Editora Abril e inicialmente, a partir de uma parceria com o Governo Federal (MEC – Ministério da Educação e Cultura), a revista foi distribuída de forma gratuita para mais de 200 mil escolas públicas no país. Desde 2015 a revista é mantida pela Fundação Lemann.

A Fundação Lemann existe desde 2002 e é uma organização sem fins lucrativos quem, a partir de parcerias estabelecidas com os governos, atua em escolas da rede pública do país, assim como na produção de materiais pedagógicos e de ensino. Nos textos presentes na página da fundação⁴² aparecem constantemente enunciações acerca da importância da liderança e do empreendedorismo para o processo de transformação do país, o que pode ser percebido nas seguintes passagens abaixo:

Nossa missão é fortalecer o educador para transformar o Brasil.

Trabalhamos por um novo paradigma de gestão de pessoas no setor público brasileiro, capaz de atrair, desenvolver e reter lideranças preparadas para entregar os melhores serviços públicos aos cidadãos. Atuamos também para criar um ecossistema de organizações da sociedade civil e do setor privado que considerem a formação de líderes no setor público e no terceiro setor como prioritária.

Nos exemplos acima é possível perceber a fundação trazendo visibilidade às noções de gestão e liderança enquanto cruciais para as inovações necessárias no ensino

⁴² Site da Fundação Lemann (<https://fundacaolemann.org.br/somos>)

e, além disso, é perceptível um processo de responsabilização do professor com relação ao “futuro do país”. Nessa direção, relembramos o discurso fortemente dispersado - em diferentes campos - com relação à escola enquanto única instituição capaz de transformar a sociedade a partir da formação dos sujeitos. Nesse sentido, cabe problematizar como se constroem os processos de ensino pautados a partir da racionalidade de instituições privadas e como estas vão fomentando determinados modos de ser professor, visto que, as noções de liderança e empreendedorismo, além de posicionarem o indivíduo como único responsável de seu “sucesso” ou “fracasso” (nesse caso o sucesso ou fracasso da educação e do país), normalmente vêm permeadas de práticas meritocráticas, uma das bases do neoliberalismo.

É importante destacar que grande parte dos parceiros/criadores da Lemann não são professores ou pedagogos, mas sim empresários, advogados, engenheiros, etc. e a mesma foi fundada pelo empresário Jorge Paulo Lemman (graduado em economia em Harvard). Com relação especificamente à Revista Nova Escola, cabe mencionar que a mesma também possui páginas nas redes sociais Facebook (mais de 1 milhão de seguidores) e Instagram (por volta de 100 mil seguidores), fazendo com que a revista tenha ainda mais visibilidade no meio midiático.

Atualmente, existe a possibilidade de assinatura virtual da revista e a página da mesma é dividida em diferentes tópicos, sendo eles: **Notícias** (Confira os conteúdos mais recentes do Jornalismo de NOVA ESCOLA); **Educação Infantil** (Conteúdos que podem ajudar a reciclar seu conhecimento e mudar práticas); **Planos de Aula** (Confira planos de aula alinhados à BNCC de todos os componentes curriculares); **Cursos** (Formação de qualidade com experiência de sala de aula); **Revista Digital** (Informação e formação para a prática em sala de aula); **Gestão Escolar** (Gestores e educadores: encontrem aqui tudo para organizar a escola); **Saúde do Professor** (Aqui você encontra conteúdos sobre a saúde do educador e dos alunos); **BNCC na prática** (Entenda como a Base Nacional Comum Curricular vai mudar o seu dia a dia na escola); **Nova Escola entrevista** (Conversamos com especialistas de diferentes áreas para refletir sobre temas da educação); **Tv Nova Escola** (Reportagens, entrevistas e muita aprendizagem em vídeos); **Secretários de Educação** (Uma série especial com os planos, projetos e prioridades dos secretários estaduais em todo o país); **Mais leitura, por favor** (Como incentivar e cultivar o hábito de ler na sua turma) e **Vagas e Oportunidades** (Oportunidades de vagas, bolsas, cursos e concursos para progredir na sua carreira).

Dentre estes, atentamos ao tópico que visibiliza questões acerca da Saúde do Professor e na BNCC (Base Nacional Comum Curricular - BRASIL, 2017), pois entendemos que a precarização da profissão docente e as políticas públicas e curriculares voltadas à Educação Básica são elementos importantes para compreender como se constitui o *Dispositivo de Necrodocência*. Existem hoje diversas pesquisas que abordam o adoecimento docente, logo é possível afirmar que existe um crescimento do número de professores adoecidos, tanto no que tange à ordem psicológica ou fisiológica.

A Revista, no dia 16 de Agosto de 2018 publica uma matéria que tem como título: *66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde*⁴³, onde são apresentados alguns dados sobre o adoecimento docente no país. A reportagem começa trazendo a fala do presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), onde este aponta:

A falta de infraestrutura, o excesso de alunos por sala de aula, a dupla jornada, a falta de segurança nas escolas e a má remuneração contribuem para desvalorizar a carreira e desestimular os profissionais, causando uma série de doenças.

A partir dessa fala, podemos afirmar que uma das problemáticas no que tange à docência é o adoecimento o qual esses vivem. Além de questões psíquicas/emocionais, um fator que aparece fortemente é o sofrimento de professores com relação às cordas vocais.⁴⁴ É preciso ressaltar que os altos índices de professores adoecidos tem ligação com a desvalorização/proletarização que os docentes vêm sofrendo na contemporaneidade. O *mal-estar docente* (VIEIRA et al., 2010) acaba produzindo nos professores um processo de desestímulo à carreira docente e, além disso, há uma proliferação de enunciações, em diferentes campos, que leva professores a se autorresponsabilizarem pelos resultados do desenvolvimento de seu trabalho nas escolas (VIEIRA et al., 2010). Diante do encolhimento de recursos destinados à educação, que ocorre de forma estratégica, alguns professores acabam naturalizando o sentimento de sacrifício como inerente ao trabalho docente, visto que a falta de estrutura e de materiais didáticos é uma realidade de muitas escolas públicas de Educação Básica.

Os discursos que constituem a docência são marcados por um desejo de ajudar e transformar a vida dos estudantes de uma forma quase religiosa e maternal, mas talvez não menos construídos pelas políticas educacionais, pelas

⁴³ Endereço virtual da matéria: <https://novaescola.org.br/conteudo/12302/pesquisa-indica-que-66-dos-professores-ja-precisaram-se-afastar-devido-a-problemas-de-saude>

⁴⁴ Pesquisa realizada pela parceria entre o Núcleo de Estudos em Saúde e Trabalho da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais e o MEC (Ministério da Educação)).

orientações midiáticas, pelas experiências familiares, pela construção da profissão docente. (VIEIRA ET. AL., 2010, p. 316)

A racionalidade que orienta os processos educativos no país, também pode ser percebida nos textos das políticas públicas e estas acabam produzindo, nos professores, “modos de ser” orientados pela devoção e pelo “salvacionismo”, podendo ser citado como efeito, o considerável número de profissionais abdicando da própria saúde a fim de manter firme a “vocação” de educar e transformar a realidade dos estudantes. Para os mesmos autores (2010), o discurso vocacional pode ter relação com as representações sobre a docência que permeiam a sociedade, considerando que enunciados são (re)produzidos em diferentes espaços sociais, constituindo verdades acerca da profissão. Emaranhado e fazendo parte desses jogos de saber-poder estratégicos, podemos perceber que a docência faz com que a desvalorização e, muitas vezes, a precariedade do seu espaço de trabalho acabe tendo no solo vocacional uma espécie de indenização.

Em contrapartida, o processo de desvalorização do trabalho docente, a frustração acerca dos resultados obtidos em seus processos educativos e a crescente burocratização no ensino tem feito muitos professores abandonarem a carreira em busca de outras atividades que ofereçam melhores condições de trabalho. O *mal-estar docente*, produzido pelas questões aqui levantadas vai constituindo nos sujeitos um conjunto de insatisfações que acabam por afastar da docência um número considerável de professores. Uma pesquisa⁴⁵ realizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no Brasil, menos de 20% dos docentes dos anos finais do Ensino Fundamental estão satisfeitos com o salário recebido. Além disso, corroborando com nossa pesquisa, os dados mostram que o fator de escolha da maioria dos professores pela profissão docente se dá em vistas de **contribuir com a sociedade e beneficiar pessoas em vulnerabilidade social**. Visibilizando essa situação, a Revista Nova Escola traz em Dezembro de 2018 uma reportagem na capa de sua 318ª edição com o título: *De pedreiro a Uber: o malabarismo para viver com os salários do magistério*, onde apresenta alguns exemplos de professores que fazem “serviços extras” a fim de complementarem sua renda.

Figura 1: Capa da Revista Nova Escola – Edição 318

⁴⁵ O relatório/pesquisa tem como título *A Educação no Brasil - uma perspectiva Internacional* e está disponível em: <https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>



Fonte: Revista Nova Escola – Dezembro de 2018

Na reportagem da revista há falas de alguns professores sobre sua atual situação no que tange às questões financeiras vivenciadas por eles.

Se colocar na caneta, estou pagando para trabalhar.

Minha paixão é dar aula, mas ganho o dobro como motorista.

À noite, faço serviços gerais.

Quase todo colega meu da escola pública faz alguma coisa por fora, vende cosméticos, lingerie, dá aula particular de violão ou de pintura.

Apontamos que em 2008 com a Lei nº 11.738 foi instituído o Piso Salarial dos professores, podendo esta ser considerada uma conquista para a classe docente, porém, na própria reportagem, é ressaltado que apenas 14 estados remuneraram os docentes com o mínimo previsto na lei. É possível afirmar que com a necessidade de complementar a renda com outros tipos de serviços, professores tem menos tempo para a preparação das aulas e para investir na própria formação, tendo como efeitos a perda de sua posição como sujeito do conhecimento, acelerando ainda mais o processo de proletarização. Segundo Enguita (1991), embora as condições de vida e de trabalho da docência não sejam as mesmas de operários (sem formação específica), isso não impede de perceber a categoria docente experienciando a mesma tendência de trabalhadores assalariados: a proletarização.

É importante ressaltar que a mídia utiliza de diferentes materiais para a (re)produção e dispersão de determinados discursos, logo é necessário que em uma

análise da mídia se problematize essas questões que são dadas como verdade. Analisar a mídia, no âmbito educacional requer compreender o novo de relações entre criador/espectador, tentando perceber os modos de ser, construídos nessa prática discursiva, buscando investigar formas pelas quais seja possível estabelecer um movimento entre a análise dos produtos da mídia e o alcance aos espectadores (FISCHER, 2002a).

Nessa direção, um *corpus* de análise, construído nessa perspectiva, deve levar em conta os diferentes recursos midiáticos que representam e criam subjetividades nos sujeitos. Um exemplo disso é a imagem abaixo, retirada de um site de internet, onde nela é representada uma professora negra carregando uma mochila “gigante” e nela as responsabilidades do professor. Imagens como esta dispersam enunciações acerca da profissão docente visibilizam as inúmeras tarefas que seriam “obrigação” de um professor.

Diversos artigos acadêmicos, assim como reportagens produzidas na mídia, apontam aspectos levantados nessa imagem como motivos pelos quais o número de professores só aumenta. Além disso, o excesso de trabalho do professor, juntamente com a desvalorização salarial, vem constituindo um processo de proletarização na classe docente. Segundo Fischer (2002b, p. 153), “torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas”. Ou seja, a dispersão do discurso midiático, ora surge denunciando as más condições de trabalho a que são submetidos o corpo docente, ora (re)produz imagens já tidas como verdade em outros campos discursivos.

Imagem 2: Dia 2 de Abril de 2017



Fonte: <https://www.soescola.com>

É importante ressaltar que esse processo de proletarização o qual os professores vêm sofrendo ao longo dos anos transcende a questão de desvalorização salarial. Quando pensamos em um *Dispositivo de Necrodocência*, “matando” o docente como sujeito do conhecimento atentamos para o fato de que aspectos como a desvalorização da posição que o sujeito professor se encontra é também um dos elementos desse dispositivo. Segundo Garcia (2013), a regulamentação demasiada dos processos de ensino modula o professor como um sujeito assujeitado a ser um “prático da educação”, levando a docência a perder progressivamente sua autonomia na construção de conhecimentos acerca do ensino, visto que os documentos e normativas chegam até a escola com características cada vez mais descritivas, pré-estabelecendo o que deve ser trabalhado/ensinado pelos docentes. Um exemplo disso é a implantação, no dia 22 de Dezembro de 2017⁴⁶, da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental para todas as escolas públicas e privadas de Educação Básica do país. Segundo o Capítulo II, Art. 5º do documento:

A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e conseqüentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade. (BRASIL, 2017, p. 5)

⁴⁶ Base Nacional instituída obrigatoriamente, nesta data, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. A instituição da BNCC para o Ensino Médio se deu em data posterior.

A BNCC se torna, enquanto política curricular uma regulamentação que retira, em grande parte, a autonomia do professor, o que para Enguita (1991), também pode ser considerado um processo de desqualificação do trabalho docente. Reiterando nossa afirmação de que a mídia, enquanto parte do *Dispositivo de Necrodocência*, opera na legitimação e fabricação de determinadas condutas docentes, em Agosto de 2018, em sua edição 314 traz na revista uma espécie de “manual” para os professores aprenderem a trabalhar com a BNCC, com o título *Prepare-se para colocar a Base em prática* a matéria traz dicas a fim de mobilizar ou sensibilizar os docentes a trabalharem com a base, fazendo com que entendamos a mídia, juntamente com os documentos e políticas que norteiam o trabalho do professor, como uma espécie de produtora curricular e de “modos de ser” professor.

Figura 2: Revista Nova Escola – Edição 314



Fonte: Revista Nova Escola – Agosto de 2018

Juntamente com a imagem e com o título, a revista faz uma espécie de convite ao professorado:

O Brasil tem uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Agora, vem a segunda parte do desafio: transformar o documento em realidade. Por onde começar? Como compreender a Base, colaborar na construção dos currículos de cada rede e, por fim, transformar o que está escrito em aulas? Para ajudar você, professor, a navegar nesse mar de competências e habilidades ainda desconhecidas, NOVA ESCOLA apresentou, os Guias da BNCC.

Nessa direção, como já mencionado, os textos das mídias operam como uma espécie de sensibilizadora da importância de uma boa operacionalização de currículos pré-estabelecidos para a melhoria da educação. Não se trata mais do que ensinar, mas também de como ensinar, atravessando os professores em exercício, a partir de mecanismos de controle, como as avaliações em larga escala.

A imposição de um currículo assume a transcendência de um certo conhecimento que tem potencial para conseguir uma sociedade melhor; contudo propor um currículo é eliminar estruturalmente outras possibilidades. Este processo nunca é neutro e desprovido de implicações sociais. O

conhecimento sempre está inserido num mundo material e social. As contradições do currículo são idênticas às dos nossos papéis profissionais. (POPKEWITZ, 1992, p. 48)

A BNCC como política curricular faz uma leitura restritiva sobre a educação no país, sendo um documento normativo que produz na classe docente uma espécie de **padronização pedagógica**, impedindo/dificultando discussões acerca da diversidade e da diferença no ambiente escolar, afastando o professor da produção de conhecimentos e saberes científico-pedagógico. Consideramos que o documento, de caráter também regulatório, apresenta modelos de ensino que dão ênfase aos processos cognitivos do estudante, não levando em conta a heterogeneidade dos diferentes modos de aprender, das diferentes culturas e dos diferentes níveis econômico-sociais existentes nas escolas do país. No que tange à especificidade do professor com relação à sua formação/competência para/na produção de materiais didáticos, o currículo “comum” atravessa o trabalho docente, desconsiderando que os mesmos estão em contato diário com as salas de aula e com a disparidade existente nas escolas.

A partir das breves análises realizadas, é possível perceber que a mídia, se legítima, na contemporaneidade, no que tange à profissão docente, como uma produtora de subjetividades e de “modos de ser” professor, seja dando visibilidade as diferentes situações enfrentadas pelos docentes ou até se constituindo como uma espécie de regulamentadora do trabalho dos professores. Nesse sentido afirmamos que a mídia é um dos elementos do *Dispositivo de Necrodocência* e opera, a partir de enunciações sobre o campo pedagógico, produzindo, também, a morte do professor como sujeito do conhecimento.

Considerações Finais

A partir da análise proposta neste artigo, levando em conta que os dados foram construídos e analisados a partir da noção de prática epistêmica em Michel Foucault, é possível afirmar que a mídia constitui o *Dispositivo de Necrodocência* atuando na dispersão de enunciações acerca dos professores e produzindo representações docentes legitimadas ao longo da história da profissão. Debruçamo-nos nessas questões para problematizarmos a fabricação da docência a partir de diferentes tipos de produções midiáticas.

No que tange aos “modos de ser” professor, a análise realizada nas matérias produzidas pela **Revista Nova Escola** indica haver um endereçamento aos professores da Educação Básica, logo, foi preciso compreender a trama de relações envolvidas no

processo de produção e recepção dos materiais produzidos nas mídias a fim de perceber como os textos, imagens e vídeos mobilizam as pessoas a partir de suas próprias experiências.

Observou-se que os discursos sobre a profissão docente e sobre características e “modos de ser” professor na contemporaneidade são dispersados na mídia, mas que essa busca elementos de outros campos discursivos a fim de legitimar e visibilizar as enunciações que produz acerca da docência, muitas vezes sendo uma tecnologia que corrobora com a morte do professor como sujeito do conhecimento.

As análises mostram que são recorrentes as matérias voltadas à docência, sejam elas acerca de questões de ensino e aprendizagem, documentos que norteiam o trabalho dos professores ou como forma de estatísticas sobre a carreira docente, dando indícios de que há uma preocupação crescente com as formas de ser/estar docente, numa tentativa de normalização da profissão.

Referências Bibliográficas

DELEUZE, Gilles. O mistério de Ariana: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze. Lisboa: Vega, 2005.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013. 142 p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 197 – 223, nov. 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002b.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 84-94 – maio/ago 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno . Imagens da Mídia, Educação e Experiência. In: FANTIN, Mônica; GIRARDELLO, Gilka. **Liga, Roda, Clica – Estudos em Mídia, Cultura e Infância**. Campinas - SP ed. Papirus, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 74 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 175p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 431 p.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009, 238 p.

GARCIA, Maria Manuela Alves; HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas Santos. As identidades Docentes como Fabricação da Docência. **Educação e Pesquisa**, n.1, v. 31, p. 45 – 56, jan/abr. 2005.

GARCIA, Maria Manuela Alves; FONSECA, Márcia Souza da; LEITE, Vanessa Caldeira. Teoria e prática na formação de professores: a prática como tecnologia de eu docente. **Educação em Revista**, n. 3, v. 29, p. 233 – 264, set. 2013.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude**, n. 12, v. 7, p. 194 - 210, Jan./Jun. 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018, 71 p.

OSÓRIO, Mara Rejane Vieira. UAB e a casa do professor: enredando condutas docentes nas teias da formação ao longo da vida. In: OSÓRIO, Mara Rejane Vieira; GOMES, Vanise dos Santos. **Formação, Experiência Docente e Práticas Escolares**. 2.ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2014. p. 65 - 86.

PARÁISO, Marlucy Alves. Política da subjetividade docente no currículo da mídia educativa brasileira. **Educação e Sociedade**, n. 94, v. 27, p. 91-115, Jan./Abr. 2006

POPKEWITZ, Thomas S. Profissionalização e formação de professores: algumas notas sobre a sua história, ideologia e potencial. In: NÓVOA, António. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 35 – 50.

VIERA, Jarbas dos Santos.; GARCIA, Maria Manuela Alves.; MARTINS, Maria de Fátima.; ESLABÃO, Leomar.; SILVA, Aline Ferraz da.; BALINHAS, Vera Gainssa.; FETTER, Carmem Lucia da Rosa.; GONÇALVES, Vanessa Bugs. Constituição das doenças da docência. **Cadernos de Educação**, v. 37, p. 303-324, set./dez. 2010.

ARTIGO IV

O PROFESSOR DE CIÊNCIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: O ENSINO REMOTO NO ENLACE DO *DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA*

Josiele Oliveira da Silva

Rochele de Quadros Loguercio

Resumo: Esse trabalho refere-se a um estudo sobre como o ensino remoto se constitui, de modo transitório, como um elemento do *Dispositivo de Necrodocência* e busca analisar como as práticas docentes no ensino remoto produzem modos de ser professor. Além disso, procuramos compreender como se dá o ensino de ciências nesse contexto. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada com professores de ciências (Biologia, Física e Química), de instituições públicas e privadas de Educação Básica, que atuam como docentes na cidade de Pelotas-RS, em meio a pandemia COVID-19. A partir dos resultados, destacamos que a tecnologia no ensino é um dos desafios encontrados pelos docentes e que o trabalho docente realizado de forma remota produz efeitos, inclusive, na saúde de professores que estão trabalhando nessa modalidade de ensino.

Palavras chave: trabalho docente, ensino remoto, Dispositivo de Necrodocência.

Abstract: This paper refers to a study on how remote teaching is constituted, in a transitional way, as an element of the Necrodocency Dispositive and seeks to analyze how teaching practices in remote teaching produce ways of being a teacher. In addition, we seek to understand how science teaching occurs in this context. The research, qualitative in nature, was carried out with science teachers (Biology, Physics and Chemistry), from public and private institutions of Basic Education, who work as teachers in the city of Pelotas-RS, in the midst of the COVID-19 pandemic. From the results, we highlight that technology in teaching is one of the challenges faced by teachers and that the teaching work done remotely produces effects, including on the health of teachers who are working in this teaching modality.

Key words: teaching work, remote teaching, Dispositive of Necroteaching.

Introdução

As discussões sobre Ensino Remoto (ERE) e Educação à distância se intensificaram no país a partir da chegada da pandemia COVID-19, tendo destaque tanto em trabalhos acadêmicos quanto nas mídias e documentos oficiais que propõem, instituem e normatizam a educação no país. Assim, houve uma grande necessidade de adaptação, tanto curricular quanto metodológica por parte dos professores, a fim de dar seguimento ao ano letivo, como o uso de tecnologias digitais e avaliações que legitimem as aulas ministradas nesse período. A portaria do MEC nº 544 de 16/06/2020 instituiu/autorizou a substituição das aulas presenciais por atividades remotas que incluam recursos educacionais digitais, fazendo com que os professores se vissem diante de uma nova forma de ministrar suas aulas e as discussões acerca da educação emergiu ainda mais como uma problemática a ser resolvida.

Assim, faz-se necessário discutir como se dá o trabalho docente a partir do ERE, pois compreendemos que os modos de ser professor nesse contexto reforçam algumas verdades já fabricadas sobre a profissão. É importante destacar que compreendemos esses movimentos a partir da concepção de *poder* em Michel Foucault (2015; 2017a) e que essa emergência em produzir uma docência não se dá desarticulada dos embates de força que permeiam e constroem verdades acerca dos professores. Assim, ao falar de profissão docente é preciso considerar que a mesma é interpelada por diferentes formas de saber-poder, desenvolvidos em processos históricos, e que esses atravessamentos produzem efeitos nos modos como os docentes se veem na sociedade atual.

Desse modo, o presente trabalho analisa a profissão docente, no contexto de ERE, a partir da noção de *Dispositivo de Necrodocência* - diferentes elementos que se enovelam na produção da morte do professor como sujeito do conhecimento. Nossa hipótese é que o ERE se constitui como um elemento desse dispositivo, atuando nos modos como os professores entendem o seu papel na educação.

O trabalho docente em tempos de Pandemia

Os debates acerca do trabalho docente são recorrentes em diferentes campos discursivos, e temas como a jornada extensa de trabalho, a qualidade da formação (inicial e continuada) dos professores, os salários baixos/ou em atraso e a estrutura escolar são visibilizados tanto em trabalhos acadêmicos, quanto na mídia e nas políticas públicas, visto que a educação no país vive em constante pauta no que tange à sua potência. Nesse

sentido, há um recorrente número de documentos⁴⁷ que enunciam como objetivos a “melhora” da educação tendo a docência como eixo principal, pois entende-se que para que isso aconteça é preciso olhar para os modos em que se constituem a profissão.

Logo, para a produção e análise do presente trabalho usaremos o conceito de *dispositivo*⁴⁸ que, para Foucault é a rede estabelecida entre leis, documentos, enunciados, proposições filosóficas/religiosas, produções arquitetônicas, etc. Nessa perspectiva, compreendemos o dispositivo como uma ferramenta teórico-metodológica que nos possibilita visibilizar as redes de força que se estabelecem entre diferentes elementos, constituindo(-se) (n)as relações de poder. O *poder* opera de modo capilar e se espalha por uma rede social que possui instituições diversas (famílias, escolas, hospitais, prisões, etc.) se constituindo como um conjunto de relações de forças multilaterais.

Nessa direção, afirmamos que a docência é fabricada, em diferentes práticas, em meio a um emaranhado de relações de força que modulam os modos de ser professor e, assim, considerando a arena educacional e a grande permeabilidade do neoliberalismo sobre a mesma, é preciso ressaltar que a constituição do “eu docente” se dá também permeada pelas questões econômicas onde estas tangenciam e até mesmo atravessam o trabalho de professores. Desse modo, cabem os seguintes questionamentos: como o ensino remoto está atravessando o trabalho docente? Esta estratégia recente contribui ou desestabiliza a constituição do ser professor em tempos de necrodocência?

O “novo” professor que participa do estado moderno é um professor flexível, sensível às mudanças e age com maior autonomia na busca de soluções para os problemas sociais [...] a “natureza” do envolvimento do corpo docente é frequentemente prescrita através da racionalidade do “autogoverno”. (POPKEWITZ, 1998, p. 101-102)

O termo *Dispositivo de Necrodocência* visibiliza como se dão os processos de constituição da docência na contemporaneidade, levando em conta os diferentes elementos que atravessam o trabalho e a vida do professor como a mídia, as políticas

⁴⁷ Analisando o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) que estabelece estratégias e objetivos para a melhora da educação a partir de 20 metas a serem atingidas no período de 2014 à 2024, percebemos que quatro destas são voltadas especificamente para a docência: a **meta 15** tem como princípio estabelecer uma união entre estados, municípios e distrito federal a fim de garantir a formação, em nível superior, dos profissionais da educação. Já a **meta 16** tem como objetivo garantir até 2024 a formação continuada de 50% dos professores da educação básica. A **meta 17** tem como pauta a valorização do magistério da educação básica com a finalidade de equiparar o rendimento dos mesmos com profissionais com escolaridade equivalente e a **meta 18** pretende assegurar a existência de planos de carreira tomando como referência o piso salarial definido pela lei federal.

⁴⁸ O conceito de dispositivo aparece na obra de Foucault quando o mesmo sentiu a necessidade de realizar uma análise de poder, visto que sua pesquisa, nesse momento, entrava na fase genealógica. A divisão arqueologia/genealogia/ética é pensada para fins “didáticos”, visto que podemos encontrar traços de genealogia na fase arqueológica.

públicas/curriculares, e, no caso desse trabalho, também o ERE. O conceito emerge a partir da interlocução da noção de *dispositivo* em Michel Foucault (2015, 2017b) e de *necropolítica* (MBEMBE, 2018), levando em conta que ambos são constituídos e atravessados pelas noções de poder.

Ainda olhando para as múltiplas das facetas em que o poder se exerce em diferentes formações históricas usaremos o conceito de *necropolítica* cunhado pelo filósofo/sociólogo Achille Mbembe: política onde as diferentes formas de poder ditam quem poder viver e quem deve morrer, onde o sujeito matável é aquele que sobra diante da sociedade neoliberal. Mbembe (2018), parte do pressuposto que, na contemporaneidade, existem mecanismos em que o Estado opera a partir de estratégias que, não contrapondo a *biopolítica* de Michel Foucault, mas complementando-a, acaba por permitir (ou até provocar) a morte de grupos sociais e esses processos se dão permeados e legitimados em práticas, por exemplo, de políticas de segurança. O exercício do (necro)poder se dá como um regulador das relações sociais onde se criam as *Políticas de Inimizade*⁴⁹ entre os sujeitos, ou seja, o sujeito passível de morte é aquele que, pelo prisma neoliberal, “fracassou” ou até mesmo se constitui como um perigo na sociedade.

Nessa lógica, podemos pensar que o professor, na sociedade brasileira, vem se constituindo como um grupo social passível de morte, pois as relações de força que atravessam, ou até mesmo tangenciam, a docência têm se fundamentado em estratégias de poder que operam afastando-o cada vez mais do seu cerne de trabalho: o conhecimento. Assim, o *Dispositivo de Necrodocência* emerge como uma ferramenta/rede estabelecida entre políticas públicas voltadas à educação, reformas curriculares, práticas escolares, relações interpessoais na escola, mídias (voltadas ou não diretamente à docência), a proletarianização docente, o sucateamento das estruturas arquitetônicas escolares e as formas de narrar a docência, onde esses elementos convergem para a morte do professor como sujeito do conhecimento.

O Dispositivo de Necrodocência em tempos de pandemia

⁴⁹ As Políticas de Inimizade se dão a partir da figura de um inimigo, onde esta é baseada na intolerância, no racismo ou na lógica do terror. O Estado legitima o combate às liberdades políticas, civis, raciais, culturais ou religiosas a partir de discursos em prol da proteção de um nacionalismo ou proteção dos sujeitos. Achille Mbembe, no entrecruzamento da biopolítica com a necropolítica, afirma que o capitalismo se mantém com bases no racismo e colonialismo e, que essa lógica avança nas sociedades contemporâneas. Em resumo, é apresentado o discurso de que determinados grupos encarnam um inimigo (por vezes fictício). A resposta é que, com suas mortes, não haverá mais violência. Assim, matar as pessoas desse grupo pode ser aceito como um mecanismo de segurança.

O presente trabalho busca analisar os efeitos do ERE no trabalho e na vida de docentes de Ciências (Biologia, Física e Química) da cidade de Pelotas a partir dos pressupostos analíticos das noções de *dispositivo* e *prática* em Michel Foucault e busca compreender como o ERE se constitui, transitoriamente, como um elemento do *Dispositivo de Necrodocência* e como está se dando a constituição dos modos de ser docente nesse contexto.

Assim, é preciso compreender que a fabricação do sujeito docente, se dá em uma rede de práticas sociais que, segundo Veiga-Netto (2000), podem ser compreendidas como técnicas combinadas que se constituem como uma tecnologia, cujo objetivo é também imprimir nos corpos e, portanto, nas almas⁵⁰, suas disposições sociais: essa rede de práticas a que Veiga-Netto se refere é o que entendemos como *dispositivo* que retomamos nas palavras de Deleuze.

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fratura, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar umas nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento [...] E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam noutro dispositivo. (DELEUZE, 1996, p. 3)

Nessa direção, olhamos para o *dispositivo* de Michel Foucault como uma complexa rede que interliga híbridos e heterogêneos elementos possuindo uma função estratégica e se inscrevendo em múltiplas relações de saber-poder produzindo processos de subjetivação. No que tange ao nosso trabalho, esse conceito assume o eixo teórico e metodológico da pesquisa, pois a construção do mesmo, dos dados e da análise se dá mergulhado nessa perspectiva. Assim, considerando que os dados são construídos ao longo da pesquisa, apresentamos o modo como organizamos os materiais para a produção e análise dos mesmos.

Usamos como ferramenta para construção dos dados, um questionário via Googleforms e enviamos para vinte professoras(es) de ciências (Biologia, Física e Química) da Educação Básica atuantes, tanto em escolas particulares quanto em escolas públicas, da cidade de Pelotas – RS. A partir de sete questões abertas, acerca de práticas que envolvem temas como o trabalho docente, a saúde do professor e o Ensino de Ciências em meio à pandemia COVID-19, procuramos compreender como se constituem

⁵⁰ Segundo Foucault (2017a), é por intermédio do corpo que se constitui a alma, sendo essa o produto do investimento político do corpo e um instrumento do seu domínio.

os modos de ser professor e quais os efeitos do ERE como elemento do *Dispositivo de Necrodocência*.

O processo de aquisição dos dados se deu a partir de uma consulta pública na rede social Facebook, fizemos a escolha desta plataforma como base por ser uma das mais antigas de acesso e, portanto, com mais possibilidades de encontramos respondentes para a pesquisa. Enviamos o link do questionário para 20 (vinte) professores, os quais se dispuseram a participar da pesquisa, porém apenas nove terminaram de respondê-lo. Nosso material de análise se constitui então a partir das respostas de nove professoras(es) identificadas(os) de P₁ à P₉ onde podemos perceber alguns aspectos relativos aos anseios dos professores no que tange ao desafio de trabalhar de forma remota.

Embora pareça, num primeiro momento, um número pequeno de dados, o material analítico disponibilizado pelas respostas dos docentes se mostrou muito potente para compreendermos como o ERE produziu efeitos tanto no trabalho, quanto na saúde psicológica dos professores durante esse período. A partir do material empírico, foi possível reconhecer o uso das tecnologias se constituindo com um dos principais empecilhos para o trabalho docente e, além disso, a exaustão por excesso de trabalho, nessas condições, emerge como um tema relevante a ser discutido.

“Educar é preciso, viver não é preciso”: o ensino remoto como elemento transitório do *Dispositivo de Necrodocência*

Enfim, temos como objetivo analisar os efeitos do trabalho remoto na profissão e nos modos de ser docente, procurando perceber como se constituem tais sujeitos em meio a práticas pedagógicas produzidas nesse novo formato de ensino. Além disso, objetivamos compreender quais desafios encontrados pelos professores no que tange a questões de planejamento para as aulas e construção do conhecimento em ciências nessa modalidade de ensino e o quanto podem ir-se constituir como elemento no *Dispositivo de Necrodocência*. Nas respostas está presente um componente: a exaustão.

Figura 1: Fala dos professores P₁ e P₂

*Emergencial, precarizado, **exaustivo** e mal remunerado. (P₁)*
*Trabalho **exaustivo**, exigindo um tempo além do que temos de carga horária. (P₂)*

Fonte: autora

Compreendemos a exaustão docente como um dos efeitos desse dispositivo, pois este fator também se dá permeado por questões acerca da proletarização que o corpo de

professores vêm sofrendo na contemporaneidade. Esses processos contribuem para fabricar o status que professores assumem atualmente e, juntamente com outros elementos vão modulando o trabalho do professor. Na mesma direção, apontamos que o exercício da docência no ERE contribui para a exaustão dos profissionais da educação, visto que é perceptível um aumento nos processos burocráticos do ensino nessa modalidade, como apontado na fala do professor P₉.

Figura 2: Fala do professor P₉

*Estamos **sobrecarregados com preenchimento de planilhas**, solicitando a participação de alunos com acesso, mas que não respondem as atividades. (P₉)*

Fonte: autora

Em consonância com as autoras, Karla Saraiva, Clarice Traversini e Kamila Lockmann, a educação remota

vem trazendo questões e desafios para a Educação Básica e para a docência, mas, mesmo com todas as dificuldades, não se coloca em questão a paralisação dessas atividades. Insegurança, necessidade de adaptações rápidas, invasão da casa pelo trabalho e pela escola, ansiedade frente às condições sanitárias e econômicas são elementos presentes no cenário atual que vêm produzindo professores em estado de exaustão. (SARAIVA, TRAVERSINI & LOCKMANN, 2020, p. 12)

Cabe questionar: como ficam os processos de construção do conhecimento frente ao “novo normal” da educação? Pode-se pensar que a necessidade de uma adaptação emergencial na Educação Básica e no Ensino Superior se constituiu como mais um elemento no *Dispositivo de Necrodocência* já em desenvolvimento antes da pandemia. A perda dos principais recursos didáticos utilizados pelos docentes em sala de aula, o distanciamento social, e o baixo estímulo por parte dos estudantes são fatores consideráveis acerca dos processos educativos na modalidade remota e ferem a profissão por diminuir o tempo dedicado à produção intelectual docente. Outra questão relevante e muito presente na fala dos respondentes tem relação com os processos de ensino e aprendizagem:

Figura 3: Fala do professor P₅

Outro desafio é estimular a participação dos/as estudantes, na maioria das vezes são os/as mesmos/as que participam das aulas” (P₅).

Fonte: autora

Nota-se que a principal preocupação dos docentes é encontrar estratégias de ensino, o que nos remete a um entendimento, por parte da própria docência, de que o

processo de ensinar e aprender está pautado em práticas e metodologias, o que contribui para o afastamento por parte dos mesmos do que consiste o cerne da profissão docente: o conhecimento.

No que se refere à aprendizagem dos alunos, temos o fato do investimento realizado por parte dos professores, a fim de atender as novas necessidades da modalidade remota, como outro aspecto a ser considerado, por dois motivos: primeiramente, o investimento financeiro feito por parte dos docentes que atuam em um dos países que mais desvaloriza a classe enquanto profissionais, nos mostra que o atravessamento do discurso religioso, ainda no século XXI, fabrica a posição do sujeito professor como um missionário. As falas dos sujeitos abaixo contemplam nossa discussão:

Figura 4: Fala dos professores P₇ e P₄ e P₃

Agora durante esse período de pandemia estou utilizando vários outros aplicativos e recursos que não utilizava, como por exemplo gravação e edição de vídeos, net, classroom, zoom, etc.. (P₇)

Investi numa mesa digitalizadora para que a aula fosse mais dinâmica. Tenho usado laboratórios virtuais da plataforma Plurall que a escola adotou e também do Phet colorado. (P₄)

[...] fiz da minha área de churrasqueira um laboratório de Biologia, para não perder as aulas práticas. (P₃)

Fonte: autora

O processo de interpelação do discurso religioso pode ser considerado um dos “tentáculos” do *Dispositivo de Necrodocência*, pois esse mesmo discurso é sustentado pela própria classe, produzindo modos de ser docente pautados na vocação para educar o que contribui para o processo de desvalorização da profissão. Uma matéria da revista Super Interessante (Novembro de 2018) aponta que o Brasil está na última posição em um ranking⁵¹ que avalia o status dos profissionais da educação. Segundo Popkewitz (1992), “profissão é uma palavra de construção social” e, nesse sentido, é importante ressaltar que as características de determinadas profissões legitimam e criam espaços/lugares de poder que, no caso da profissão docente, atualmente, migram para a desprofissionalização.

Ainda a respeito das discussões acerca da profissão docente⁵² e em consonância com as falas dos pesquisados, podemos notar que, no que tange à aprendizagem dos

⁵¹ Link da matéria: <https://super.abril.com.br/sociedade/brasil-cai-para-lanterna-em-ranking-de-valorizacao-do-professor/>

⁵² Embora pareçam termos antagônicos, a noção de proletarização e profissão, no caso da docência, existem e atuam concomitantemente na fabricação dos modos de ser professor. Esse termo será discutido em outro momento.

alunos, o foco dos professores está mais direcionado para as metodologias/ferramentas utilizadas do que na produção de um conhecimento adequado às novas plataformas digitais. O silenciamento sobre a produção do conhecimento no “novo normal” também constitui o *Dispositivo de Necrodocência* e, em Foucault (2017) sabemos que os jogos de poder se dão a partir e nas correlações de força e operam estrategicamente na produção de posições de sujeitos, esse jogo complexo e instável produz subjetividades docentes que atuam em prol do próprio perecimento. Logo, é importante ressaltar que,

[...] todo processo de constituição subjetiva é um assujeitamento, é forjado como efeito das relações de poder nas quais se é envolvido; mas é porque se é constituído sujeito aí, nestas relações, que se pode agir sobre si mesmo, transformando-se. De modo que agir sobre si mesmo não é, de forma alguma, tornar-se autônomo em relação ao poder; a própria autonomia do sujeito só pode ser pensada como efeito das relações de poder. (GALLO, 2018, p. 215)

Não se trata aqui de conduzir essa discussão na direção de culpabilizar o corpo docente pela própria morte, mas problematizar alguns aspectos no que tange ao conceito de educação que parece continuar reduzido ao “como” ensinar, mesmo no redirecionamento impactado pelo acontecimento do ERE.

Considerações Finais

Emaranhando o corpo docente no que chamamos de *Dispositivo de Necrodocência* e fazendo com o que o mesmo opere a partir de estratégias cada vez mais complexas, a emergência e “necessidade” desenfreada de continuar (des)educando em meio a uma pandemia a partir do ERE constitui um elemento que alimenta ainda mais esse dispositivo, fazendo com que a docência, defendendo a sua “missão” acabe por ser jogada para fora do campo intelectual.

O *Dispositivo de Necrodocência*, a partir das análises aqui empreendidas ganhou um novo elemento com o ERE, fazendo com que a exaustão docente seja um dos aspectos a ser considerado nessa perspectiva, e ampliando o abismo por parte dos professores do que acreditamos ser o material principal de seu trabalho: o conhecimento. Pensar a docência como uma profissão que trabalha com o “como” ensinar é atestar para todos os fins que esta é uma profissão da prática e não da intelectualidade, reforçando os processos de desprofissionalização em que, às vezes, o próprio corpo docente acaba por contribuir com as técnicas de desvalorização da profissão.

Referências Bibliográficas

BRASIL.CNE/CEB Ministério da educação, secretária de educação básica. Resolução nº 13.005 de 25 de Junho de 2014 define o Plano Nacional de Educação. Brasília. jun. de 2014. Disponível em :< <http://www.mec.gov.br/>>.

DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Editora Vega – Passagens, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b. 431 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017a. 175p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b. 319p.

GALLO, Sílvio. A educação entre o governo dos outros e o governo de si. In: RESENDE, H. **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018. p. 211 - 225

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições, 71 p.

POPKEWITZ, Thomas S. Profissionalização e formação de professores: algumas notas sobre a sua história, ideologia e potencial. In: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 35 – 50.

POPKEWITZ, Thomas S. Reforma Educacional e construtivismo: o estado como uma problemática de governo. In: SILVA, Tomaz Tadeu.; ROSE, N.; LARROSA, J.; LOURENÇO M. V.; POPKEWITZ, T. S.; WALKERDINE, V. **Liberdades Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas do governo do eu**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988. p. 135 – 142.

SARAIVA, Karla.; TRAVERSINI, Clarice.; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1 -24, 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (Org). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p.179-217.

ARTIGO V

A BNCC E OS FIOS QUE ALINHAVAM A NECRODOCÊNCIA: MODOS DE SER-RESISTIR DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE

Josiele Oliveira da Silva

Rochele de Quadros Loguercio

Resumo: Neste artigo buscamos analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC – BRASIL, 2017), compreendendo-a como um elemento fundamental no *Dispositivo de Necrodocência*. Aplicando os conceitos de Dispositivo (FOUCAULT, 2014-2015) e de Necropolítica (MBEMBE, 2018), consideramos a BNCC como uma política curricular a qual afasta a produção de conhecimento como uma atribuição da profissão docente. Na articulação com outros elementos do *Dispositivo de Necrodocência*, como as reverberações do Movimento Escola sem Partido (MESP) e das produções midiáticas, o documento se constitui como um fio que alinhava a desintelectualização do processo pedagógico-científico, posicionando o professor como um executor de conhecimentos previamente estabelecidos. A partir da análise qualitativa do documento e do processo de implementação do mesmo, observamos a BNCC atravessando a docência, num movimento estratégico de colonização do trabalho docente, o que produz como efeito a morte simbólica do mesmo como sujeito do conhecimento.

Palavras chave: Dispositivo de Necrodocência, Base Nacional Comum Curricular, Trabalho docente

Abstract: In this article we seek to analyze the National General Curricular Base (BNCC - BRASIL, 2017), understanding it as a key element in the Necrodocency Dispositive. Applying the concepts of Dispositive (FOUCAULT, 2014-2015) and of Necropolitics (MBEMBE, 2018), we consider the BNCC as a curricular policy which removes the production of knowledge as an attribution of the teaching profession. In articulation with different elements of the Necrodocency Dispositive, such as the declarations of the School without Political Party Movement (MESP) and midiatic productions, the document is like a line sewing the deintellectualization of the pedagogical-scientific process, positioning the teacher as an executor of pre-established knowledge. From the qualitative analysis of the document and its implementation process, we observe the BNCC crossing teaching, in a strategic movement of colonization of the teaching work, which produces as an effect the symbolic death of the same as a subject of knowledge.

Key words: Necrodocency Dispositive, National General Curricular Base, Teaching work

Introdução

Com as mudanças no mundo do trabalho e abertura política no Brasil (final dos anos 1980 e início dos anos 1990), pôde ser percebida a ascensão de uma racionalidade neoliberal, na qual as instituições privadas -a partir de seus pressupostos como eficiência e tecnicidade- passaram a obter posições de destaque na constituição de políticas públicas do país. Intrinsecamente a essa nova organização social, política e econômica, as enunciações acerca da educação escolar e de seus objetivos começavam a apontar a necessidade de uma adequação da mesma a fim de atender demandas voltadas à produtividade e à qualidade da formação humana.

Nesse sentido, indo ao encontro das (supostas) inovações do mundo globalizado, a discussão acerca dos conhecimentos básicos, ao longo da formação escolar, já é prevista no artigo 210 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) que aponta a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, com o objetivo de assegurar uma formação básica comum aos estudantes. É possível observar que o delineamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se dá a partir desse marco legal, sendo reforçada, nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) a indispensabilidade de um documento que oriente e normatize o ensino em todas as escolas de Educação Básica do país. O documento encontra suporte no direito de aprendizagem, indispensável à toda criança e opera a partir da normatização dos processos educacionais e assim na condução de condutas docentes.

Assim, consideramos a BNCC como uma maquinaria de poder na arena educacional brasileira que, a partir de processos de subjetivação mapeados pela racionalidade neoliberal, fabrica sujeitos úteis e produtivos, perpassando a constituição de modos de ser e estar docente na contemporaneidade. Considerando a produção de políticas públicas e curriculares como espaços construídos a partir de relações de poder-saber, consideramos que a BNCC é um dos fios que compõem a malha do *Dispositivo de Necrodocência*, pois fundamenta-se na concepção pragmática da docência, onde o professor é entendido como um gestor dos processos de aprendizagem dos estudantes, visto a ênfase nas noções de competências e habilidades trazidas pelo documento.

Assim, no presente artigo, buscamos compreender como se deu a construção desse documento a partir de um contexto político e econômico e quais alguns efeitos do mesmo na produção da docência na atualidade brasileira. Discutindo questões acerca do pragmatismo educacional e do esvaziamento do conhecimento científico-pedagógico, buscamos destacar como os processos de ensino pautados em competências e habilidades

detalhadamente organizadas se tornam uma ferramenta eficaz no afastamento da docência do seu processo de produção intelectual, ou seja, como a BNCC se configura como um elemento inerente no *Dispositivo de Necrodocência* operando como uma linha que coloniza o trabalho do professor.

A Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Para quê(m)?

A constituição e implementação de um currículo comum a todas as escolas nacionais traz consigo uma ampla discussão em diferentes setores da sociedade (educacional, econômico, político, midiático, etc.), pois o entendimento de que a escola necessita ser normatizada em suas práticas, levanta questionamentos acerca do papel da mesma na sociedade contemporânea. Nesse sentido, percorrendo o cenário político no qual a BNCC foi pensada/estruturada, é considerável analisar os processos de produção de conhecimento que a mesma traz consigo, assim como a própria concepção de conhecimento. É preciso ressaltar que os discursos sobre a necessidade de uma base curricular nacional são discussões intermitentes no país, oscilando por reformas educacionais desde as Reformas Francisco Campos e Capanema (décadas de 30 e 40), sendo retomada fortemente, nos anos 1980, com a redemocratização do país e a necessidade de políticas públicas que se ocupassem de outras métricas educacionais.

Considerar a produção de uma política pública como resultado de diferentes processos perpassa a concepção de que, no âmbito educacional, a mesma produzirá efeitos na formação humana a partir de pressupostos sobre elementos supostamente essenciais nos processos educativos. Entretanto, é inegável que o momento histórico produz discursividades a respeito da escola e da constituição dos sujeitos e, assim, é possível entender como a racionalidade neoliberal adentra, estrategicamente, na arena educacional com enunciações a respeito da (não)produtividade escolar.

Assim, a partir de enunciações sobre a necessidade da escola se adaptar às mudanças econômicas e culturais da sociedade, é possível observar, nos documentos oficiais, um ideário pragmático sobre os processos de ensino que se manifesta a partir de afirmações de direitos e objetivos de aprendizagem. Nessa direção, a construção das políticas curriculares se dá em torno das noções de competências e habilidades que, a priori, objetivam a equidade na formação escolar. Cabe a nós questionarmos as estratégias e os efeitos que essa equidade produz enquanto homogeneização dos processos educacionais que prepara os sujeitos escolares para a produtividade, a autonomia e o empreendedorismo típicos da racionalidade vigente, neste momento neoliberal.

Não surpreende que frente ao avanço de práticas neoliberais, temos a iniciativa privada protagonizando discussões acerca da escolarização pública, ou seja, colocando em funcionamento o discurso de que o Estado é oneroso, logo deve ser gestado segundo o pensamento privado, fazendo com que o processo de empresariamento da educação seja cada vez mais forte.

o currículo é campo político que envolve tensões, negociações e acordos culturais e econômicos, o que acaba por legitimar determinados saberes e dar respaldo a certos grupos. Aqueles que ganham visibilidade acabam por produzir um discurso de dominação que ofusca os outros saberes e os atribui um caráter ilegítimo ou de menor valia (SILVA, FREITAS & LEITE, 2018, p. 859).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC – BRASIL, 2017) foi entregue pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em Abril de 2017 que, após fazer a análise do respectivo documento, o homologou como uma norma curricular nacional. A análise e construção da BNCC foi feita a partir de audiências públicas regionais que contribuíram com a elaboração do documento, e, embora as mesmas não tivessem caráter deliberativo, contribuíram para o CNE compreender o posicionamento e as propostas acerca da educação de diferentes grupos na sociedade, enfatizando os saberes de quem ocupava lugares de poder neste determinado momento, é isso inclui educadores em ciências.

Segundo Dourado e Oliveira (2018), a partir do golpe de 2016, que, de diferentes formas, rompe com a legalidade democrática do país, ao invés da materialização do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), percebemos um significativo retrocesso no que tange as políticas educacionais. É preciso ressaltar que a produção de políticas públicas curriculares se dá no âmbito neoliberal e, de acordo com Garcia e Osório (2013), há a conformação dessas proposições aos pressupostos do mercado e operam como “veículos de práticas discursivas imbricadas em sistemas de classificação culturais e históricos” (GARCIA e OSÓRIO, 2014, p. 162)

Assim, Mendonça Filho, ministro da educação de 2016 à 2018, mesmo amparado legalmente no art. 205 da Constituição Federal, a qual assegura a educação como um dever do Estado e da família e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – BRASIL, 1996), que aponta a educação como elemento essencial para o desenvolvimento dos estudantes, assim como sua formação para o exercício da cidadania e **qualificação para o trabalho**, instituiu a BNCC emaranhada por diferentes discursos/práticas e, com isso, estabelece diretrizes para Educação Básica. Logo, destacamos que a educação vista como um modo de formar o sujeito para o mercado de trabalho “é agenciada como estratégia

biopolítica para o controle do corpo populacional” (RESENDE, 2018). No caso específico da BNCC, podemos perceber a centralidade da formação cidadã e voltada para o trabalho nos seguintes excertos da Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de Dezembro de 2017:

Art. 2º. Parágrafo único. As aprendizagens essenciais compõem o processo formativo de todos os educandos ao longo das etapas e modalidades de ensino no nível da Educação Básica, como direito de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 3º. No âmbito da BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017)

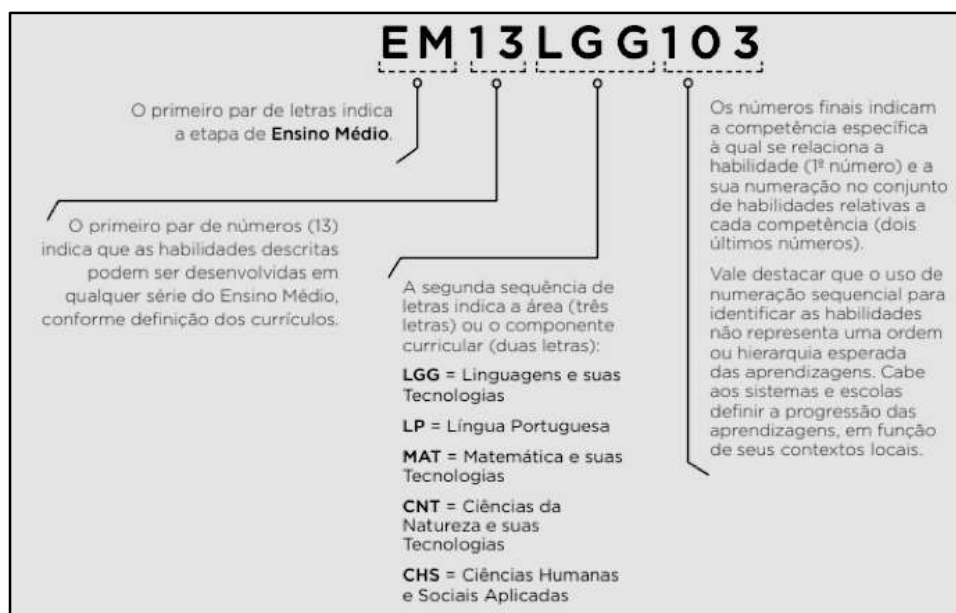
Compreendendo a noção de competência como a expressão dos conhecimentos aprendidos, salientamos brevemente algumas delas apresentadas pela BNCC, como a *vi) Trabalho e Projeto de Vida* que objetiva ensinar aos estudantes técnicas de gestão da vida através do esforço, autoeficácia e autoavaliação e a *viii) Autoconhecimento e Autocuidado*, trazendo para o cerne da ensino escolar noções de equilíbrio emocional e reconhecimento de potenciais e fragilidades em si mesmo. Ambas competências implicam no autoexame, no cuidado de si e no cuidado do outro e, por isso mesmo, pode parecer potencialmente inovadora, libertária e motivadora frente a uma escola clássica, recheadas de conteúdos sem significado pessoal ou social, mas é preciso destacar que, no campo pedagógico, os processos de significação produzidos a partir dessas enunciações se dão numa aproximação do discurso econômico, onde a autorresponsabilização do sujeito opera como um componente essencial para a noção de produtividade (neoliberal). O autocuidado, a construção do eu e o autoconhecimento imerso em práticas discursivas e precedidos pelo termo competência, e a tantos outros termos tecnicista e empresariais, implica bem mais na autoculpabilização de si e na constituição de um ente nas redes do neoliberalismo meritocrático.

Sabendo que o ideário pedagógico recai diretamente sobre os sujeitos que a sociedade demanda e considerando que o ambiente escolar e o processo de escolarização moderno funcionam como um projeto de modulação social, é possível problematizar os regimes de verdade que constituem os fundamentos do papel da escola em tempos necropolíticos. Segundo Carvalho e Gallo (2017), a escola e suas práticas atuam a partir de um “dispositivo pedagógico” (2009), o qual direciona fluxos e representações de sujeitos à demanda de uma determinada racionalidade. A partir dessas implicações, pensamos que

a verdade passou a ser qualificada pela instauração dos processos de evidências em sua própria ordem, lugar onde se encontra, ao mesmo tempo, a possibilidade de consciência e a possibilidade de verdade, assim dada de pleno direito ao sujeito. Mas neste “aquário” em que aprendemos a viver, o conhecimento torna-se verdadeiro à medida que também é convertido com conhecimento atestado pela verdade institucional (CARVALHO, 2013, p. 5)

Assim, ao enunciar como pressuposto que “Educação é a base”, olhamos o documento BNCC como uma prática de homogeneização de todo o processo educacional, tendo em vista que a partir de suas enunciações, há a produção de outras políticas como a BNC Formação de Professores (BRASIL, 2019) que aloca a formação docente no parâmetro da tecnização, reduzindo a posição do professor a uma executor de conteúdos previamente determinados e minuciosamente organizados, como pode ser percebido na figura abaixo:

Figura 1: Código de aprendizagens expressas pela BNCC



Fonte: documento BNCC

Como pode ser percebido no esquema explicativo acima, todo o processo de ensino se dá em torno das competências, conceito que, no Brasil, emerge nos documentos voltados à educação em meados dos anos 1990, o qual configura uma referência educativa pautada na produtividade, visto que advém do campo empresarial com vistas à formação de trabalhadores⁵³. No artigo *Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências* (SILVA, 2019), a autora faz um histórico acerca das diferentes noções sobre **competência** em países como Canadá, Alemanha, México e

⁵³ Segundo Silva (2019), o conceito “competência” é retomado na França, nos anos de 1990, a fim de nortear a formação de trabalhadores, porém o mesmo já era problematizado pela Sociologia do Trabalho.

Estados Unidos. Nesse último país o conceito está diretamente atrelado ao alto rendimento no processo de trabalho e se divide em três categorias de habilidades básicas.

As *basic-skills* podem ser traduzidas como habilidades básicas (ler, escrever, calcular, ouvir, falar), as *thinking skills*, como habilidades de raciocínio (criar, decidir, resolver problemas, etc.), e as “qualidades pessoais”, pautadas em critérios como responsabilidade, autoestima, sociabilidade e integridade (DEFFUNE e DEPRESBITERIS, 1997 apud SILVA, 2019, p. 127, grifos da autora).

Porquanto é possível reconhecer uma notável relação entre as competências norteadoras da organização trabalhista estadunidense e as proposições pedagógicas presentes na BNCC. Assim, compreendendo a produção de políticas públicas como o efeito dos jogos de poder entre diferentes grupos da sociedade, podemos considerar que o **conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais** previsto ao longo do documento se configura em uma espécie de trama que se fundamenta sob uma racionalidade neoliberal. Além disso, sabe-se que a produção curricular está além da organização de conhecimentos e se relaciona diretamente com o tipo de sujeito que se deseja formar. Nesse sentido, nos cabe problematizar o objetivo final da BNCC que é “formar os cidadãos que contribuirão ativamente para o desenvolvimento da sociedade” (BRASIL, 2017), tendo em vista que esse processo não se dá fora das redes complexas que compõem a racionalidade neoliberal.

Considerando o neoliberalismo como “engenharia social” (SAFATLE, 2022), o campo educacional se constitui como uma potente estratégia na produção de subjetividades compatíveis à formalização de sociedade com base no modelo empresarial, visto que a racionalidade neoliberal se estende a diferentes instituições do corpo social, podendo ser concebida como um pano de fundo na análise das práticas que conformam os modos de ser na contemporaneidade. Segundo, Gallo (2018), a interrelação *disciplina-biopolítica*, conformando corpos e subjetividades, de acordo com os princípios democráticos, tem na instituição escolar a garantia da produção de sujeitos governáveis: os cidadãos. Assim,

A generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se autocompreenderem como “empresários de si mesmos” que definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de “capitais” e que compreendem seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de “inteligência emocional” e otimização de suas competências afetivas. (SAFATLE, 2022, p. 31 grifos do autor)

A construção dessa subjetividade se dá a partir de princípios do que Gallo (2018) vai chamar de “governamentalidade democrática⁵⁴”, podendo ser percebida a partir de alguns aspectos na produção de políticas públicas. Logo, a BNCC se constitui como uma política curricular que tem como princípios a regulação e a avaliação das escolas e do trabalho docente, afastando-se dos processos de gestão democrática na educação. O processo de construção e operação da mesma tem como efeito uma espécie de torção sobre a construção do conhecimento escolar e sobre o trabalho docente, pois retira da escola e dos professores o protagonismo dos processos educativos, posicionando-os como espaço/sujeitos transmissores de conteúdos previamente organizados. Ainda nesse sentido, as avaliações em larga escala, articuladas com a prática de regulação escolar, as redes de construção de “livros auxiliares” do trabalho docente e, a própria subjetividade docente que não se autoriza a resistência e a “desobediência” faz com que as estratégias de resistência por parte de professores e diretores das escolas sejam cada vez menos efetivas, desejadas e imaginadas.

BNCC entre as parcerias público-privadas e a colonização docente

Embora, num primeiro momento, a construção da BNCC nos pareça um processo democrático para a educação, compreendemos que os embates sempre se dão em torno de que sociedade se quer formar. Nesse sentido, Foucault (2014), aponta que a educação, embora seja uma maneira sobre a qual se pode ter acesso a todo tipo de discurso, as linhas que permitem ou impedem diferentes enunciações são sempre um produto de embates e lutas sociais. Logo, é preciso destacar a intensa participação de grupos neoconservadores e grupos da iniciativa privada na construção da BNCC, levando em conta que, a construção curricular sempre é um campo de disputas e, que, para além de um organizado de conteúdos escolares, o currículo pode ser compreendido como resultado das relações de poder na fabricação de sujeitos. Assim, cabe considerar que esse embate acontece também pelas vias do campo econômico, pois diferentes instituições procuram estabelecer a gestão escolar, visto que possuem

interesses muito definidos em torno de um mercado educacional bilionário que envolve venda de materiais pedagógicos, consultorias privadas e prestação de serviços, a fim de substituir o que hoje é realizado pelas escolas e pelo sistema público de educação. (HYPOLITO, 2019, p. 194)

⁵⁴ O autor aponta que no intervalo de tempo entre o período pós-ditadura e o golpe da presidenta Dilma em 2016, podem ser percebidas diversas tentativas de implantação de um Estado democrático no país, delineando um processo de governamentalização peculiar no que diz respeito ao Brasil ou a outros países latino-americanos.

Segundo Foucault (2014, p. 41), os sistemas de educação são “uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos com os saberes que eles trazem consigo” e, nessa perspectiva compreendemos que a própria construção da BNCC não se deu de forma neutra, mas sim estratégica a fim de formar determinados tipos de sujeitos para a sociedade. Nesse sentido, é preciso ressaltar a participação massiva de instituições empresariais, editoriais e movimentos conservadores e religiosos na construção da 4ª versão do documento, o que levou a um processo de instrumentalização curricular a partir do mercado educacional, levando em conta o interesse de avaliações em larga escala e ainda a censura de temas com gênero e sexualidade. Embasadas em Popkewitz (1998), olhamos as reformas educacionais como práticas político-culturais e, assim, percebemos que, em torno da BNCC circula o discurso da inovação/mudança, com enunciados que se aproximam do campo privado.

O movimento em torno da afirmação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também pode ser considerado determinado tipo de reforma que toma o currículo e o conhecimento como objetos de regulação social e, no caso brasileiro, por meio de reducionismo do processo formativo, ratificado a partir da defesa de um discurso centrado em competências e habilidades que, além de não atender ao horizonte legal do Plano Nacional de Educação (PNE), que advoga direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, é prescritivo e padronizador. (DOURADO & SIQUEIRA, 2019, p. 295)

Algumas instituições de pesquisa e educação como a ANPed (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) questionam a legitimidade da proposta alegando que falta transparência no processo de construção da mesma a partir das consultas e debates, pois além da cisão do Ensino Médio num primeiro momento, há ainda a problemática da distorção de algumas diretrizes que apareceriam nas primeiras versões. Com isso, a instituição afirma que o processo de construção da BNCC Ensino Médio foi pautada no autoritarismo da construção, fazendo com que a versão final que estabelece as diretrizes curriculares para todo país estejam afastadas daquilo que as instituições de educação/ensino, professores e alguns sujeitos da sociedade civil esperavam com relação ao documento. Em contrapartida, algumas organizações se mobilizaram a fim de ter sua parcela de proposição na construção do documento que hoje, norteia os currículos do processo educacional brasileiro. Porém,

a julgar pelos poucos avanços que temos tido em termos do investimento maciço na melhoria das condições de salário, trabalho e carreira dos professores na educação básica, esta é ainda uma questão em grande parte retórica que reforça a culpabilização e a responsabilização da categoria profissional, expondo-a às críticas e aviltando-a no estatuto profissional, o que por sua vez também justifica o grande negócio que pode ser a educação, com a elaboração dos livros didáticos, a compra de pacotes instrucionais e a institucionalização de parcerias entre o público e privado para minimizar as

mazelas dos professores e do trabalho docente. (GARCIA e OSÓRIO, 2013, p. 161)

O Instituto Ayrton Senna é uma das instituições que se propôs a auxiliar na elaboração curricular de escolas públicas para atender as demandas da BNCC, trazendo um guia com as funções da BNCC, informações sobre o que compreendem por currículo e alguns conceitos que buscam definir o que é educação integral. O material foi construído pelo **Engenheiro Químico** e Doutor em Química, Mozart Ramos, pelo **Engenheiro Eletrônico** e Doutor em Economia Ricardo Paes de Barros, pela **Psicóloga** Pós-graduada em Gestão de Políticas Públicas, Simone André e pela **Psicóloga** e Mestre em Psicologia, Gisele Alves.

Imagem 7: Notícia publicada no site do Instituto Ayrton Senna



Fonte: institutoayrtonsenna.org.br/

É possível perceber no texto da matéria e até mesmo no título a ênfase que se dada necessidade de se adquirir competências socioemocionais, um enunciado presente não só no campo educacional, mas em outros espaços de visibilidade como na mídia. A demanda por uma educação que tenha como um dos enfoques a inteligência emocional e a formação para o mercado de trabalho vão ao encontro do *éthos* neoliberal em que vivemos, tendo em vista que, o neoliberalismo é um movimento que está para além do econômico.

Assim, é preciso lembrar que o desequilíbrio na esfera econômica e social-cultural produz efeitos também na educação, pois uma sociedade com movimentos necropolíticos operando de forma cada vez mais excludente e colocando cada vez mais pessoas à margem, precisa de um currículo que fabrique sujeitos aptos a conviverem com esses novos (velhos) modos de vida onde a precariedade prevalece. Não é nosso objetivo estabelecer o que deve ou não ser ensinado nas escolas de Educação Básica, mas sim problematizar os movimentos hegemônicos que vem se alastrando e ganhando espaço e visibilidade no campo educacional.

Sabe-se que há no país, práticas educacionais que fortalecem o deslocamento da mesma para o campo privado, um dos exemplos é o aumento das parcerias público-

privadas (*Public-private Partnership*⁵⁵) observadas, primeiramente, em outras esferas do serviço público, mas que nos últimos anos vem ganhando espaço no meio educacional. Com isso enunciações acerca da necessidade de mais **qualidade** e **eficiência** no ensino, ganham legitimidade nos debates sobre currículo. Em 27 de Junho de 2021, na matéria “Parcerias Público privadas podem representar avanço ao serviço público” publicada no Jornal Opção da cidade de Goiânia, o autor aponta a pretensão que o estado de Minas Gerais tem em elevar as parcerias público-privadas na educação a partir de quatro unidades escolares experimentais.

Imagem 8: Recorte de matéria publicada no Jornal Opção

Denominado de “charter school” o experimento que será proporcionado visa passar a gerência de escolas sob o poder do estado para a gestão de empresas privadas. Em teoria, o estado enviará os fundos aos gestores, que aplicarão da forma que acharem conveniente, e o principal, os alunos continuarão indo aos estudos totalmente de graça, a ideia é equiparar o ensino da rede pública aos da rede privada.

Fonte: www.jornalopcao.com.br

Nota-se a circulação, não só especificamente no Brasil, mas a nível mundial, de um emaranhado de enunciações que posicionam as práticas de instituições privadas num patamar de maior “qualidade” do que o serviço público e, com isso, o discurso de que a eficiência dos serviços públicos seria maior se realizada por instituições privadas é reforçado. No recorte da matéria é possível perceber o Estado deslocando sua responsabilidade acerca da gestão educacional para o setor privado, o que pode ser um problemática, visto que, de modo geral, o mesmo tem como foco o ensino voltado para o mercado de trabalho. Nesse sentido, no meio educacional, as avaliações em larga escala operam como um dispositivo de vigilância/punição, estabelecendo metas às escolas e ao trabalho docente.

No que tange, especificamente ao trabalho dos professores nas escolas de Educação Básica, podemos considerar que a BNCC fragiliza ainda mais a posição que o sujeito docente ocupa na atualidade, pois produz como um dos efeitos uma formação voltada para o treinamento e o pragmatismo de colocar em prática a listagem de conhecimentos em uma matriz curricular já proposta. Não nos cabe aqui afirmar que a BNCC é um política imposta de forma vertical, mas que, antes de disso, se trata de uma demanda e já era prevista na LDB de 1996.

⁵⁵ O termo foi cunhado no Reino Unido e se refere ao movimento em que o Estado estabelece parcerias com instituições privadas a fim de realizar serviços de interesse público. O Estado passa a ser regulador do trabalho/serviço desempenhado por empresas privadas.

Nessa perspectiva, nos cabe então problematizar as formas e, ainda, os grupos envolvidos nessa construção, pois sabe-se que a última versão da base foi finalizada “à portas fechadas” com baixa contribuição dos intelectuais e profissionais da educação. Além disso, a BNCC traz modificações acerca da própria formação da docência, que se dá a partir da tecnocracia docente, onde as questões burocráticas se tornam um eixo para o melhor funcionamento do processo educativo. Dessa maneira, os currículos oficiais para a formação de professores pautam-se a partir de

proposições curriculares fundamentadas em uma epistemologia da prática, que reduzem o professor a um profissional do tipo prático reflexivo, especialista na gestão do processo de ensino e dos seu desenvolvimento profissional, predisposto a aprender continuamente e a participar de avaliações de desempenho aferidas periodicamente de modo externo. (GARCIA e OSÓRIO, 2013, p. 163)

Nessa direção, é preciso observar quais enunciações acerca da docência aparecem no texto base da BNCC, pois se considerarmos a mesma como um elemento do *Dispositivo de Necrodocência*, é preciso perceber qual o efeito dessa linha no jogo de forças, segundo Foucault (2015), podem haver modificações de funções entre os elementos, ou seja, embora o dispositivo que trabalhamos opere para a morte do professor, é possível que as linhas de força se convertam para uma outra produção, pois embora a ordenação curricular da base crie significações acerca dos docentes, “as respostas à política curricular serão sempre mediadas pelos atores da prática, considerando suas culturas, condições de trabalho, historicidade, interesses etc.” (ROCHA e PEREIRA, 2019, p. 205).

Assim, segundo a BNCC, uma das ações em relação à docência é “criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores” (BRASIL, 2017, pág. 17), desse modo é possível prever técnicas de engessamento do trabalho docente, visto que, além da construção curricular, a BNCC perpassa a sala de aula conduzindo a conduta dos sujeitos escolares, até mesmo no modo em que o professor irá trabalhar os conteúdos propostos. Antes de mais nada, cabe nos questionar como se dará o trabalho dos mesmos nas salas de aula, visto que outro empreendimento da base em relação à docência se dará em

construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos (BRASIL, 2017, p. 17)

Logo, ressalta-se que, como propusemos, a *Necrodocência* opera como um dispositivo, visto que as linhas se articulam umas às outras na produção dos modos de ser

e estar professor na atualidade. Da mesma forma que o MESP se articula a BNCC quando consegue, a partir de embates de saber-poder, o apagamento do termo “gênero” no documento, a base se articula com as avaliações em larga escala a fim de fomentar o ranqueamento das escolas produzindo regimes de verdade baseados em números, o que pode provocar um esvaziamento do papel da escola enquanto produtora de sujeitos democráticos. É preciso ressaltar o possível esvaziamento do significado da docência enquanto produtora de conhecimento, visto que o destaque dado aos processos de avaliação reposiciona o professor como um cumpridor de metas e exige deste, práticas de ordem cada vez mais burocráticas e sistematizadas.

Nesse sentido, a fabricação do eu docente pode se dar perpassada pelas noções de meritocracia, tendo em vista que as práticas que envolvem a profissão não se dão fora da racionalidade contemporânea e que, as narrativas acerca da docência acompanham as enunciações presentes nos documentos oficiais. Assim, vale lembrar que, segundo Popkewitz (2013), a fabricação, que se dá a partir de teorias e narrativas culturais, também implica no desenvolvimento de sujeitos que regulam a própria vida. No que tange a BNCC, é possível inferir que o discurso da formação básica voltada para o mercado de trabalho produzirá efeitos também nos currículos de formação docente, visto que “a primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC” (BRASIL, 2017, p. 21).

Logo, o pragmatismo, já percebido nos currículos dos cursos de formação docente, visto a ênfase dada à prática, ganhará ainda mais legitimidade, visto que o processo formativo do professor se dará em vista da execução curricular, debilitando ainda mais seu papel enquanto profissional do conhecimento. Assim, a BNCC enquanto produtora de subjetividades, pode ser considerada como uma possível estratégia para facilitar o processo de flexibilização do trabalho docente, pois se voltarmos nosso olhar para o documento que propõe a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017), podemos perceber a tentativa da substituição da profissão, visto que de acordo com o Art. 61, consideram-se profissionais da Educação Básica,

os profissionais com **notório saber** reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para **ministrar conteúdos de áreas afins** à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado (BRASIL, 2017, p. 3 – grifos nossos)

Nesse sentido, cabe problematizar os modos como estão se dando as narrativas sobre a docência, visto que a questão do **notório saber** abre possibilidades de outros

profissionais atuarem como docentes nas escolas de Educação Básica, desapropriando o professor de seu local de trabalho, o deslegitimando enquanto profissional da educação e reforçando enunciações que posicionam a docência como mera executora de conhecimentos previamente construídos e organizados. Tomando o discurso pedagógico como um regulador simbólico das posições dos sujeitos (DÍAZ, 1998), podemos considerar que o mesmo, atravessado por outros campos discursivos, vem afastando a docência de seu protagonismo enquanto produtora de conhecimento científico-pedagógico.

Assim, podemos citar o processo de “uberização” dos professores como um dos efeitos das práticas contemporâneas acerca da docência e que, aceleram a proletarização da profissão. Na reportagem⁵⁶ publicada pelo jornal Carta Capital, do dia 28 de Agosto de 2017, com o título “Professor Uber: a precarização do trabalho invade as salas de aula”, podemos perceber a proletarização estratégica que a docência vem sofrendo. Segundo o projeto⁵⁷, que tem por finalidade suprir as ausências de professores nas escolas, o professor não teria vínculo empregatício e teria trinta minutos para aceitar a proposta e uma hora para chegar à escola. Compreendemos que a uberização docente é um elemento que vai ao encontro das estratégias políticas em torno da educação, pois se articula com a BNCC enquanto documento normatizador do currículo e com a Reforma do Ensino Médio que permite a inserção de outros profissionais nas escolas de Educação Básica a fim de exercerem a docência.

Considerações Finais

Na arena educacional é possível perceber a condução de condutas fabricadas por um complexo e dinâmico jogo de saber-poder entre diferentes campos da sociedade e, nessa perspectiva, cabe problematizar os modos de ser e estar docente constituídos a partir de políticas públicas e curriculares. Assim, consideramos a BNCC como um documento que, além de normatizar -a partir do discurso da equidade educacional- o processo educativo, tem como efeito o afastamento da docência da produção do conhecimento, ao realocá-lo em uma posição tecnicista no processo de aprendizagem. Emaranhando nas noções de competência, o professor é responsabilizado pelo êxito (ou não) das dinâmicas escolares, com avaliações (internas e externas) de seu trabalho.

⁵⁶ Reportagem disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/professor-uber-a-precariozacao-do-trabalho-invade-as-salas-de-aula/>

⁵⁷ Apresentado na cidade de Ribeirão Preto – SP, comandada pelo prefeito Duarte Nogueira.

Compreendo o *Dispositivo de Necrodocência* como um rede de elementos heterogêneos que, inter-relacionados entre si, produzem a morte do professor como sujeito do conhecimento, a BNCC se constitui como um de seus fios na produção de modos de ser e estar docente muito distantes da produção do conhecimento científico-pedagógico, visto que o documento, em um processo de codificação dos conteúdos, coloniza o trabalho do professor que passa a ser o sujeito prático da dinâmica educativa. Além disso, tendo como pano de fundo a racionalidade neoliberal, é relevante destacar a posição privilegiada das instituições privadas na construção do documento que, carrega para a educação pública preceitos mercadológicos na condução de condutas dos estudantes.

Referências Bibliográficas

BRASIL.CNE/CEB. Resolução nº 2, de 20 de Dezembro de 2019 define a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Brasília. dez. de 2019. Disponível em :< <http://www.mec.gov.br/>>.

BRASIL.CNE/CEB. Resolução nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 define Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. dez. 1996. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/>>.

BRASIL.CNE/CEB. Resolução nº 13.005 de 25 de Junho de 2014 define o Plano Nacional de Educação. Brasília. jun. de 2014. Disponível em :< <http://www.mec.gov.br/>>.

BRASIL.CNE/CEB. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2017. Disponível em :< <http://www.mec.gov.br/>>

CARVALHO, Alexandre Filordi. Lugares, formas e ações do dizer-verdadeiro no cuidado de si: o que isto tem a ver com o campo da educação contemporânea? **Fermentario**, Montevideu, v.2, n. 7, 2013.

CARVALHO, Alexandre Filordi.; GALLO, Sílvio Donizetti de Oliveira. Defender a escola do dispositivo pedagógico: o lugar do experimentum scholae na busca de outro equipamento coletivo. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 4, p. 622-641, out./dez. 2017.

CARVALHO, Alexadre Filordi de.; GALLO, Sílvio. Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p. 146-160, 2020.

DÍAZ, Mario. Foucault, docentes e discursos pedagógicos. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Liberdades Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas do governo do eu**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 135 – 142.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de.; Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação

superior. In: AGUIAR, M.A.S.; DOURADO, L.F. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes.; SIQUEIRA, Romilson Martins. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **RBP**. v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai./ago. 2019

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 74 p.

FREITAS, Fabrício Monte.; SILVA, João Alberto da.; LEITE, Maria Cecília Lorea. Diretrizes Invisíveis e Regras Distributivas nas Políticas Curriculares da Nova BNCC. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 857-870, set./dez. 2018.

GALLO, Sílvio. A Educação entre o governo dos outros e o governo de si. In: RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 211-225.

GARCIA, Maria Manuela Alves.; OSÓRIO, Mara Rejane O profissionalismo docente na reforma das licenciaturas: o discurso da política curricular oficial. In: TURA, M. L. R.; GARCIA, M. M. A. **Currículo, políticas e ação docente**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global E Formação Docente. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019

POPKEWITZ, Thomas. Reforma Educacional e construtivismo: o estado como uma problemática de governo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Liberdades Reguladas: A pedagogia construtivista e outras formas do governo do eu**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 135 – 142.

RESENDE, Haroldo de. A Educação por toda a vida como estratégia de biorregulação neoliberal. In: RESENDE, Haroldo de. **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 77-94

ROCHA, Nathália Fernandes Egito.; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. Base Nacional Comum Curricular: os discursos sobre a docência. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 13, n. 25, p. 203-217, jan./mai. 2019

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA, Nelson Junior da.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILVA, Monique Ribeiro da. Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 13, n. 25, p. 123-135, jan./mai. 2019

A INFINITA MALHA DO *DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA*: QUE NOVAS LINHAS SURGIRÃO?

Nossa pesquisa produz um conceito-ferramenta que identifica diferentes elementos relacionados à educação se interpelando e produzindo a **morte do professor enquanto sujeito do conhecimento**. O objetivo, num primeiro momento, foi construir o conceito ferramenta para a análise que nomeamos de *Dispositivo de Necrodocência*, partindo das noções de *Dispositivo* de Michel Foucault e *Necropolítica* Achille Mbembe, e para tal, nos debruçamos num estudo mais aprofundando sobre esses conceitos e outros que os permeiam como *biopolítica*, *prática* e *poder/saber*. Assim, a partir da leitura das produções intelectuais desses e de outros autores, construímos o que entendemos como *Dispositivo de Necrodocência*, um conjunto heterogêneo de elementos como as políticas públicas e curriculares, as produções midiáticas, o discurso de grupos neoconservadores e a emergência do ensino remoto que se articulam entre si, de forma estratégica, produzindo a morte do professor como sujeito do conhecimento.

Nessa perspectiva, podemos considerar que, diante da racionalidade neoliberal e das práticas voltadas à educação e, mais especificamente, ao trabalho docente, o *Dispositivo de Necrodocência* se constitui como um conceito profícuo no que tange a análise dos modos de ser professor nos dias atuais, visto que, permeados pelas discursividades e narrativas acerca da docência, o professor vem se constituindo como um sujeito da educação que cada vez mais se afasta do que acreditamos deveria, ser seu objeto de produção e trabalho: o **conhecimento**

Nesse sentido, após construir conceitualmente o emaranhado de elementos que compõem a *Necrodocência*, buscamos compreender como as linhas de enunciabilidade e visibilidade atuam nesse dispositivo e quais efeitos produzem, de forma mais geral, na docência. Para isso, analisamos alguns documentos que direcionam a educação no país como a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio, assim como o efeito que alguns movimentos, como o Escola sem Partido, produzem nos processos de ensino e, mais especificamente no trabalho de professores das escolas de Educação Básica.

Desse modo, podemos perceber que a elaboração de políticas públicas e curriculares tem se voltado em posicionar a docência como executora curricular, afastando-a da produção intelectual e de conhecimento científico-pedagógico. É possível perceber que os processos de deslocamento se dão juntamente a desprofissionalização docente e, com isso expande a possibilidade de profissionais de outras áreas atuarem

enquanto professores. Assim, articulada à BNCC, a Reforma do Ensino Médio vem reforçando a posição proletária da docência, fazendo com que, o conhecimento científico-pedagógico produzido nas escolas seja deslegitimado, visto que o processo regulatório de uma base curricular dificulta a produção de conhecimento na sala de aula. Além disso, vale destacar que, a movimentação de grupos como o Escola sem Partido impulsionou uma política de medo no que tange ao trabalho docente em sala de aula, pois as narrativas utilizadas por sujeitos neoconservadores produziram/produzem como efeito o cerceamento de professores no que tange às discussões acerca de temas como gênero e sexualidade, por exemplo.

Num terceiro momento, levando em conta a posição privilegiada da mídia com relação a dispersão de discursos, visibilidade e tessitura que a mesma tem, procuramos compreender como esta linha do dispositivo exerce sua força nos complexos jogos de poder que compõem o *Dispositivo de Necrodocência*. Assim, focalizamos as narrativas sobre a docência que têm percorrido a produção midiática a partir de enunciações da/**Revista Nova Escola** (Fundação Lemman). Nesse sentido, tendo em vista que a revista é direcionada aos assuntos educacionais, entendemos que esta acaba por produzir, nos professores, anseios por determinados “modos de ser”, formatando o trabalho docente e os modos como professores se veem diante da sociedade.

Por compreender que o Ensino Remoto se constituiu, de forma provisória, como um elemento do *Dispositivo de Necrodocência*, procuramos analisar quais efeitos o ERE produziu na docência durante o período da pandemia. Um dos aspectos levantados pelos professores foi a questão da exaustão pelo excesso de trabalho e carga burocrática e, nesse sentido a “indispensabilidade” do ensino durante a pandemia, acabou por afastar mais ainda o professor do conhecimento. Num primeiro momento, entendemos o ERE como um elemento transitório, mas os efeitos do mesmo continuam reverberando na educação até os dias atuais. Podemos considerar que um deles é o aumento e expressivo de faculdades à distância, onde os cursos em maior número e menor custo são os de licenciatura. Na mesma perspectiva, com a Reforma do Ensino Médio, de acordo com a legislação, é possível cursar parte dessa etapa de ensino na forma remota.

Embora saibamos que o manuseio/aprendizagem com as novas tecnologias também possam ser consideradas como uma produção intelectual por parte dos professores, é possível perceber que esta também é voltada para o “como” ensinar, reforçando a posição do professor como um executor de conhecimentos previamente criados.

Assim, ao longo da construção desse trabalho, tanto por elementos analisados por nós, quanto por elementos que foram surgindo e que não analisamos aqui, nos fica evidente a potência do conceito de *Dispositivo de Necrodocência* no que tange às análises contemporâneas sobre a docência em seus diferentes espaços de ensino. No caso dessa tese, nos atentamos especificamente aos professores da Educação Básica, porém podemos perceber que o dispositivo perpassa também pelos professores do Ensino Superior.

Compreendendo o *Dispositivo de Necrodocência* como um emaranhado de linhas e, sabendo que essas linhas não necessariamente são finitas ou cessam, nos dedicamos a usá-lo como ferramenta analítica potente na leitura da BNCC retomada no último movimento da tese. As produções teóricas sobre o documento, assim como as análises desse trabalho, demonstram que a BNCC, enquanto política curricular, posiciona a docência como mera executora e não como protagonista na produção intelectual do conhecimento científico-pedagógico.

Esse fenômeno têm como um dos efeitos a desvalorização simbólica do professor, tendo em vista que abre o campo pedagógico e de ensino para a atuação de profissionais de outras áreas, fragilizando, tanto a possibilidade de resistência por parte dos docentes, como a própria produção de conhecimento científico-pedagógico no contexto escolar. Nesse sentido, podemos atentar para a possibilidade da morte do professor como sujeito do conhecimento esteja antecipando a morte conhecimento em si, haja vista, por exemplo, os efeitos produzidos pelas enunciações de grupos antivacina e anticência. Assim, ao longo deste trabalho, a problemática de uma docência negligenciada enquanto produtora de intelectualidade, nos move, nesse momento, a pensar sobre a investida estratégica acerca da intelectualidade como um todo.

APENDICE I

Perguntas e respostas dos sujeitos da pesquisa presentes no questionário enviado via Google Forms para construção do ARTIGO IV da tese

Com relação a quarentena/pandemia, como você percebe o trabalho dos professores nesse período?

Emergencial, precarizado, exaustivo e mal remunerado. (P1)

Trabalho exaustivo, exigindo um tempo além do que temos de carga horária. (P2)

Um desafio, afinal nem todos os professores se adaptam com o formato virtual, porém, acredito que conseguimos fazer o melhor para manter nossos alunos recebendo o conteúdo e aprendendo dessa forma. (P3)

Percebo que ficou notório agora o distanciamento temporal entre a escola, aluno e professor. Ficou claro que o modelo de instituição educacional que temos é do século XIX, o professor tem uma formação do século XX e ao aluno é digital, do século XXI. É preciso diminuir esse distanciamento através das tecnologias digitais nas formações dos docentes. (P4)

Desgastante e acho que sem muitos retornos. (P5)

É um trabalho importante, pois possibilita com que os/as estudantes não percam a rotina e o hábito de estudar. Além disso, possibilita que os/as estudantes se mantenham atualizados sobre o que está acontecendo ao nosso redor. O ensino de ciência contribui para compreendermos o que ocorre ao nosso redor. (P6)

Exaustivo. (P7)

Essencial para manter um vínculo escola aluno. (P8)

Estamos buscando fazer o melhor para chegar aos alunos com acesso, mas ainda estamos preocupados com os alunos sem acesso, isso gera um estresse incrível. Estamos sobrecarregados com preenchimento de planilhas, solicitando a participação de alunos com acesso mas que não respondem as atividades. Penso que estamos nos esforçando muito para manter além do vínculo dos estudantes com a escola bem como o vínculo de ensino e aprendizagem. (P9)

Quais as suas considerações com relação ao volume de trabalho profissional no período de isolamento?

Embora eu não esteja ainda em ER, vejo a situação de colegas da rede privada, extremamente sobrecarregados, submetidos a condições aos quais não foram preparados nem remunerados. (P1)

O volume de trabalho triplicou aos profissionais que realmente se dedicam as tarefas. (P2)

O volume de trabalho aumentou, afinal, para ministrar aula, eu uso o meu computador, a minha luz, a internet que eu pago para o bem dos nossos alunos. (P3)

Certamente aumentou. Não é possível mais separar momento de lazer e de trabalho. Se misturou tudo. Não que antes da pandemia tivéssemos isso, mas com ela veio junto um aumento de trabalho. (P4)

São muitos e para vários não estamos preparados (P5)

Penso que o trabalho se tornou mais complicado, pois estamos vivenciando um momento diferente, em que precisamos pensar e repensar os processos de ensino aprendizagem, em uma modalidade que não estamos acostumados. Além disso, o trabalho se tornou mais complicado, pois estamos trabalhando de nossas casas, precisando conciliar as aulas online, a gravação de vídeos, a produção de materiais e os filhos pequenos, que muitas vezes não entendem o que está acontecendo. (P6)

O volume de trabalho aumentou muito, pois exige um maior tempo na preparação de cada aula a ser ministrada. (P7)

Muito planejamento para pouco retorno. (P8)

Aumentou. (P9)

Você percebeu algum efeito na sua saúde (física/mental) durante a pandemia? Se sim, você acredita que isso esteja relacionado ao trabalho?

Estou em isolamento sem ER, e vejo colegas em ER depressivos, ansiosos e com uma péssima qualidade de vida. Com medo de perder seu trabalho e com muito mais responsabilidades do que antes (P1)

O efeito em minha saúde mental foi benéfico, mesmo que tenha aumentado o volume de tarefas o estar isolado facilita a mente, pois o barulho inadequado em sala de aula com 35/40 alunos enfraquece nossa mente. Em casa tenho a tranquilidade necessária para minha concentração. (P2)

Não. (P3)

Sim. Tem efeito. Inclusive no sono, percebo que estou tendo um sono de má qualidade fruto da sobrecarga durante o dia. (P4)

Sim, muita ansiedade que reflete em dores de cabeça. (P5)

Tenho me sentido mais cansada, estressada e sem paciência. Mas, penso que esses sentimentos estão ligados a diversos fatores (cuidado da casa, trabalho, filhos pequenos, o isolamento, o vírus etc.). (P6)

"Ainda" não. (P7)

Tem dias que me sinto angustiada. Mas reuniões com colegas da escola me fazem muito bem. quase todas as aulas peço uma ativi. (P8)

Sim, mas acredito ser um somatório de vários fatores entre eles o trabalho, mas outros como as incertezas, o isolamento social, entre outros. (P9)

Você adotou alguma estratégia de ensino diferente das que você usava nas aulas presenciais durante o ensino remoto? Quais?

Não se aplica. (P1)

Sim, o planejamento que não era feito muitas vezes pela correria do dia a dia. Além do que muitas vezes o planejado era dispensado por ter que dar aulas paralelas em 80% dos dias letivos. (P2)

Sim, fiz da minha área de churrasqueira um laboratório de Biologia, para não perder as aulas práticas. (P3)

Sim. Eu realizei um Minicurso de Física Moderna com direito a certificado para os alunos participantes. Investi numa mesa digitalizadora para que a aula fôsse mais dinâmica. Tenho usado laboratórios virtuais da plataforma Plurall que a escola adotou e também do Phet colorado. (P4)

Sim, treino em olhar para a câmera. (P5)

Penso que as minhas estratégias de ensino não mudaram muito, procuro sempre possibilitar um diálogo com os/as estudantes, para que possamos juntos construir conhecimento. Na modalidade remota isso se tornar mais complicado, pois muitos estudantes sentem-se cansados, tímidos e desestimulados. Nas aulas presenciais e nas aulas remotas sempre procuro trazer vídeos, links de reportagens, sugestões de filmes, construir mapas conceituais e até mesmo experimentos foram realizados à distância etc., com o propósito de construir conhecimento durante as aulas. (P6)

Sim, mas nas aulas presenciais usava print, prezi e até mesmo o programa de slides do Google, mas agora durante esse período de pandemia estou utilizando vários outros aplicativos e recursos que não utilizava, como por exemplo gravação e edição de vídeos, net, classroom, zoom, etc.. (P7)

Quase todas as aulas peço uma atividade prática para chamar a atenção dos alunos. (P8)

Sim, estou trabalhando com textos resumidos, mais figuras. (P9)

Você teve dificuldades no planejamento de suas aulas durante a pandemia? Se sim, quais e por quê?

Não. (P1)

Nao se aplica. (P2)

Não tive dificuldade porque desde cedo fui ligado as tecnologias digitais como dispositivos para a aprendizagem. (P3)

Muitos, pois nesses meses houveram várias mudanças, ora uma planilha, ora outra, e ora outra. (P4)

Em alguns momentos sim, o uso de algumas tecnologias ainda são um desafio para a minha prática. Estou procurando conhecer simuladores e jogos online, no entanto sinto dificuldade em trabalhar com essas estratégias, por conta da questão tecnológica. Outro desafio é estimular a participação dos/as estudantes, na maioria das vezes são os/as mesmos/as que participam das aulas. Também sinto falta de conseguir acompanhar de perto os/as estudantes. (P5)

Não, mas o tempo de preparo é bem maior. (P6)

Não tive dificuldades. (P7)

Não. (P8)

Como você percebe a construção do conhecimento escolar em Ciências da Natureza por parte dos alunos em tempos de ensino remoto?

Vejo que a construção do conhecimento por parte do aluno se torna mais difícil pela falta de interação, de trocas, da circunstancialidade da aula presencial. O ambiente doméstico e a relação com a tela como janela para as relações escolares é algo muito restritivo. (P1)

Os alunos infelizmente ainda não se apropriaram da ferramenta que possuem hoje a tecnologia. Tenho comigo que 75% está aproveitando o momento para jogos, distrações n, enquanto que apenas 25% está realmente focado no ensino. (P2)

Aí vai depender muito do professor, é possível deixar o ensino remoto muito perto do ensino "normal". (P3)

Foi e está sendo uma oportunidade de desenvolver a autonomia dos estudantes. É uma ótima oportunidade de mostrar a eles que sem Ciência não se avança em nenhuma esfera. (P4)

Fraco e teórico. (P5)

Acredito que o conhecimento escolar em ciências da natureza, é importante para que os/as estudantes possam entender o que está ao seu redor. Mas, penso que alguns temas que são trabalhados acabam tornando-se difíceis de ser compreendidos de forma remota. Isso acaba desestimulando os/as estudantes. (P6)

Está bem complicado, principalmente na escola pública, muitos alunos não têm acesso a internet, mas minhas turmas a presença varia de 50 à 70% e nem todos realizam as atividades solicitadas. (P7)

Não acredito que os alunos vão avançar em relação a conhecimento. (P8)

Com dificuldades de entendimento dos termos, mas para alguns está acontecendo de forma lenta mas persistente. (P9)

Com relação à ciência, qual sua percepção sobre o papel da mesma durante a pandemia?

A ciência está com o protagonismo na resolução/desfecho da pandemia, através do desenvolvimento de vacinas, medicações mas penso que ela deveria também Assumir a busca de novos modos de produzir, viver, consumir. (P1)

Importantíssimo, podemos esclarecer a necessidade de evoluir através da saúde, bons hábitos, usar o meio como medicamento natural apropriando-se do conhecimento fisiológico. (P2)

Tem tudo a ver, os alunos confiam muito no que explicamos, tivemos a possibilidade de informá-los, parte dos conteúdos são exatamente sobre microrganismos e contaminações. (P3)

A Ciência sempre foi e sempre será importante para a construção de uma sociedade justa e igualitária, infelizmente nunca ganhou fama e notoriedade no governo atual que não investe em Ciência e Tecnologia. Mas ao mesmo tempo serve para mostrar que com a Ciência já está sendo difícil vencer essa pandemia imagina vencer uma pandemia com a não-ciência. (P4)

Muito importante mas falta z pratica. (P5)

Penso que a principal função da ciência na pandemia é procurar explicar o que vem ocorrendo no mundo nesse momento. Além disso, penso que o papel da ciência é produzir conhecimento sobre as diversas facetas dessa pandemia (economia, as questões vinculadas a violência, sobre vírus, vacina, pandemia etc.). Além disso, é papel da ciência divulgar os conhecimentos produzidos, em uma linguagem que acesse a todos/as. (P6)

O papel da ciência é fundamental, pois é através dela que teremos respostas, precisamos de incentivo para nossas universidades, pesquisas e pesquisadores, infelizmente estamos em um momento de pandemia e com um governo que não possui esse pensamento... (P7)

No início nossa disciplina foi usada para esclarecer muitas dúvidas em relação a doença. (P8)

Importantíssimo pois somos a ponte mais direta sobre as formas de contaminação, cuidados e dúvidas Com os alunos. (P9)